

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 se mostrou bastante desafiador. Do lado da economia, as expectativas de crescimento foram paulatinamente revisadas para baixo ao longo do ano, com a economia terminando o ano em forte recessão com impactos negativos em renda, nível de emprego e consumo. Nesse ambiente, os resultados da Companhia foram impactados pela retração nas vendas e contração de margens, apesar das diversas ações tomadas pela Administração, desde as melhorias na oferta de produto implementadas no final de 2014, às ações de ajuste de estoques e melhora de abastecimento nas redes de lojas ao longo do ano. Apesar de todas as dificuldades, encerramos o ano do nosso 135º aniversário com Lucro Líquido de R\$ 281,2 milhões, com níveis de rentabilidade e geração de caixa bastante saudáveis o que demonstra a força de nossas marcas e resiliência de nosso modelo de negócios.

A gestão de canais, um dos grandes focos de 2015, combinada com as melhorias na oferta de produtos iniciada no fim de 2014, suporta a estratégia de crescimento com base nas frentes de P&L (Produto & Loja). As ações de redução de estoques combinadas com as frentes de melhora de abastecimento e VM (*Visual Merchandising*) ajudaram as redes de lojas compensar parte dos impactos negativos do ambiente econômico, principalmente no final do ano. Após diversos anos de forte expansão de nossa rede de distribuição, prezamos mais pela manutenção da base atual de lojas existentes com a adição de 13 lojas (líquidas de fechamentos). Nas redes de lojas, encerramos 2015 com 840 unidades no Brasil, além de 17 no exterior. Já no canal multimarcas, atingimos 18.228 clientes. As *webstores*, 5 no total, responderam bem aos investimentos feitos na nova plataforma de *e-commerce*, com mais estabilidade e melhor experiência de compra, apresentando o maior crescimento dentre os canais operados pela Companhia.

Esse foi também um ano de investimento em nossas marcas. A marca DZARM. foi relançada com foco no público feminino, novo plano de negócios, suporte de mídia, além da inauguração de 2 lojas *flagships*. A Hering for you segue em fase de maturação com a abertura da terceira loja da marca além de importantes ajustes na oferta de produtos. Nas marcas já estabelecidas, a marca Hering permanece entre as 20 Marcas Brasileiras mais Valiosas, segundo a Interbrand, com importantes evoluções na estratégia de comunicação ao longo do ano. Já as marcas infantis, PUC e Hering Kids, passaram por pequenos ajustes em seu posicionamento a fim de aumentar sua complementariedade, com destaque para a segunda, que apresentou um dos melhores desempenhos de vendas da Companhia no ano.

O ano de 2015 foi marcado por importantes investimentos nas frentes de gestão, produção e tecnologia. Através do lançamento do programa 'Varejão' orientamos as lideranças da Companhia para um maior foco na gestão de varejo, em linha com a estratégia de crescimento com as frentes de Produto & Loja (P&L). Também foi inaugurada uma nova unidade produtiva em São Luís de Montes Belos, que passa a concentrar diversas atividades do nosso processo produtivo em Goiás. Na parte de tecnologia, finalizamos o desenvolvimento do SAP para as frentes de vendas e logística, o que foi efetivamente implementado a partir de janeiro de 2016.

Apesar dos esforços, nossos resultados foram negativamente impactados pela queda de vendas (-5,5%) e contração de margens, com EBITDA de R\$ 262,9 milhões (-33,6% vs 2014) e Margem EBITDA de 16,5%. Alinhado à nossa política conservadora de gestão financeira, encerramos o ano com endividamento muito próximo a zero e caixa líquido de R\$ 106,8 milhões, com distribuição de dividendos para o exercício (atual e proposta) de R\$ 132,0 milhões e R\$ 45,0 milhões utilizados para recompra de ações. Ainda assim, entendemos que os resultados estão aquém do potencial da Companhia.

Nosso modelo de negócio foi vivido e aprendido. Obtivemos importantes evoluções em 2015 que nos ajudarão a enfrentar as dificuldades do ambiente de negócios nos próximos anos. Assim, permanecemos confiantes em nossa estratégia e capacidade de criação de valor, a partir de um modelo de negócios diferenciado, marcas fortes, melhores padrões em Governança Corporativa e equipe de gestão coesa.

A Administração

DESEMPENHO DE VENDAS

	2015	2014	Var. 2015/2014
Receita Bruta (R\$ mil)			
Receita Bruta Total	1.900.101	2.011.023	(5,5%)
Mercado Interno	1.857.265	1.975.960	(6,0%)
Mercado Externo	42.836	35.063	22,2%
Receita Bruta Mercado Interno	1.857.265	1.975.960	(6,0%)
Hering	1.415.010	1.482.569	(4,6%)
Hering Kids	204.776	213.268	(4,0%)
PUC	130.161	155.832	(16,5%)
DZARM.	82.428	99.543	(17,2%)
Outras	24.890	24.748	0,6%
			Var.
			2015/2014
Participação Mercado Interno			
Multimarcas	815.899	933.326	(12,6%)
Franquias	727.018	745.551	(2,5%)
Lojas Próprias	257.859	246.954	4,4%
Webstore	31.599	25.381	24,5%
Total	1.832.375	1.951.212	(6,1%)
Multimarcas	44,5%	47,8%	-3,3 p.p.
Franquias	39,7%	38,2%	1,5 p.p.
Lojas Próprias	14,1%	12,7%	1,4 p.p.
Webstore	1,7%	1,3%	0,4 p.p.
Total	100,0%	100,0%	-

A abertura por canal não considera a linha "outras".

As vendas brutas da Companhia totalizaram R\$ 1,9 bilhão em 2015, retração de 5,5% em comparação a igual período de 2014, afetadas pelos efeitos negativos do declínio do cenário macroeconômico ao longo do ano no ambiente de consumo e pelo maior conservadorismo dos canais de distribuição, que buscaram operar com menores níveis de estoque.

Em 2015 a Companhia implementou um plano incentivado para redução de estoques de coleções passadas nas redes de lojas, franquias e próprias, com duração de 06 meses (maio a outubro). A iniciativa buscou ajustar o estoque de produtos de coleções passadas, abrindo espaço para uma melhor estratégia de abastecimento a partir do fim do ano. O plano privilegiou o giro de mercadorias existentes na rede, o que afetou negativamente a venda das coleções durante o período de ajuste, normalizado a partir do 4T. As vendas às franquias recuaram 2,5% e nas lojas próprias cresceram 4,4% influenciadas pela abertura líquida de 5 lojas.

O efeito adverso proveniente da deterioração do ambiente econômico foi mais pronunciado no canal multimarcas, cujas vendas retraíram 12,6%, com fraco desempenho de todas as marcas, em especial PUC e DZARM. As vendas pelas *webstores* seguiram sua trajetória de crescimento de dois dígitos (+24,5%) face às melhorias contínuas realizadas após a implementação das novas plataformas, que dispõem de maior capacidade para transações e novas funcionalidades.

A marca **Hering**, caracterizada por ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, com posicionamento democrático e boa relação custo x benefício, apresentou decréscimo de 4,6% em vendas sobre 2014, influenciada negativamente pelo cenário adverso e fraco desempenho dos canais em que opera. Em 2015, em continuidade ao plano de negócios da marca, a Companhia realizou melhorias em sortimento, abastecimento e experiência de compra, sustentando os indicadores de relevância da marca, que permanecem fortes.

Nas marcas infantis, a Companhia seguiu aperfeiçoando sua estratégia combinada entre as marcas Hering Kids e PUC, com ajustes de estrutura e posicionamento ocorridos ao longo do ano a fim de aumentar sua complementariedade. Com foco em crianças de todas as classes sociais, a **Hering Kids** apresentou retração de 4,0% nas vendas, porém com bom desempenho na rede de lojas, apresentando o melhor crescimento de vendas da Companhia no critério 'mesmas lojas', resultado das iniciativas implementadas. A marca **PUC**, focada em moda *fashion* e colorida para crianças de classes A e B, apresentou queda de 16,5% nas vendas, função do cenário desafiador somado aos ajustes realizados ao longo do ano em equipe e na rede de distribuição que culminaram com o fechamento de 10 lojas.

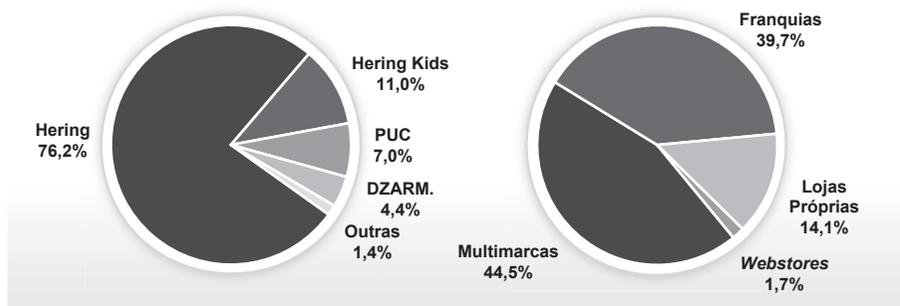
A **Hering for you**, com proposta de valor diferenciada para mulheres de classes A e B que buscam elegância sem abrir mão de conforto, segue sua trajetória de maturação. Outras duas lojas foram inauguradas em 2015 e a Companhia segue avaliando oportunidades de melhoria da estratégia de sortimento, com possível expansão da linha com inclusão de produtos *premium* e novas ocasiões de uso. A receita da Hering for you foi contabilizada junto à da marca Hering.

A **DZARM.**, moda que exalta a sensualidade feminina para mulheres de classes A e B, registrou queda de 17,2% nas vendas em relação ao ano anterior, reflexo da eliminação da linha masculina que representava aproximadamente 30% das vendas da marca. Em 2015, após a revisão do plano de negócios, a Companhia inaugurou as 02 primeiras lojas da marca em shoppings conceituados de São Paulo.

continua...

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia possui um modelo de distribuição multicanal, que possibilita que seus produtos cheguem ao consumidor final através de 840 lojas, 18.228 varejistas multimarcas e 05 webstores. Em 2015, as vendas brutas do mercado interno foram distribuídas da seguinte forma:



REDE DE LOJAS

Em 2015, a Companhia inaugurou 38 lojas no Brasil, sendo 22 Hering Store, 10 Hering Kids, 3 PUC e 1 Hering for you. Adicionalmente, as duas primeiras lojas da DZARM. foram inauguradas, após reposicionamento ocorrido no início de 2015. Ao longo do ano foram encerradas operações de 13 PUC, 9 Hering Store e 3 Kids, totalizando 25 lojas. Em outros países da América do Sul onde a Companhia possui operações, encerramos o ano com 17 lojas, mesmo número de 2014.

Quantidade de Lojas	2015	2014	2013
Total	840	827	760
Brasil	823	810	743
Hering Store	653	640	592
Própria	57	57	52
Franquia	596	583	540
Hering Kids	93	86	70
Própria	13	12	11
Franquia	80	74	59
PUC	72	82	80
Própria	8	7	7
Franquia	64	75	73
Hering for you	3	2	-
Própria	3	2	-
DZARM.	2	-	1
Própria	2	-	1
Mercado Internacional - Franquias	17	17	17

DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

As vendas totais da Hering Store, que considera apenas o desempenho da marca Hering na rede de lojas (próprias e franquias), apresentaram queda de 0,3% no ano, atingindo R\$ 1,6 bilhão. Em 2015, a Companhia deu continuidade à estratégia de Gestão de Abastecimento com o objetivo de aumentar o desempenho e eficiência das lojas. Com duração de 06 meses, o plano para ajuste de estoque de coleções passadas foi encerrado em outubro e obteve o resultado esperado: eliminação de grande parte dos itens de coleções antigas e possibilidade de melhor abastecimento para os próximos períodos, possibilitando melhor organização da loja e sortimento mais assertivo. De maneira geral, as lojas que apresentaram melhor gestão de abastecimento obtiveram melhor resultado ao longo do ano. As vendas de lojas próprias cresceram 3,2%, enquanto que as de franquias recuaram 0,9%.

As vendas medidas em lojas comparáveis (critério "mesmas lojas" existentes há pelo menos 12 meses) retraíram 3,5%, fruto do menor número de atendimentos e de peças vendidas.

Das 653 lojas de rede Hering Store, mais de 80 encontram-se no formato mais atual, que contempla avanços em *visual merchandising*, melhor organização de produtos com seções remodeladas para *jeans* e básicos, dentre outras melhorias.

Desempenho da Rede Hering Store	2015	2014	Var.
Número de Lojas	653	640	2,0%
Franquias	596	583	2,2%
Próprias	57	57	0,0%
Faturamento da Rede (R\$ mil) ⁽¹⁾	1.577.456	1.582.655	(0,3%)
Franquias (R\$ mil)	1.346.228	1.358.611	(0,9%)
Próprias (R\$ mil)	231.228	224.045	3,2%
Crescimento Same Store Sales ⁽²⁾	(3,5%)	(5,8%)	2,3 p.p.
Área de Vendas (m²)	91.356	87.426	4,5%
Faturamento (R\$ por m²)	17.501	18.493	(5,4%)
Atendimentos	13.828.828	14.098.960	(1,9%)
Peças	28.925.449	29.394.293	(1,6%)
Peças por Atendimento	2,09	2,08	0,5%
Preço Médio (R\$)	54,54	53,84	1,3%
Ticket Médio (R\$)	114,07	112,25	1,6%

⁽¹⁾ Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell-out*).

⁽²⁾ Comparado a igual período do ano anterior.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	2015	Part. (%)	2014	Part. (%)	2015/2014	Var.
Receita Bruta de Vendas	1.900.101	119,6%	2.011.023	119,8%		(5,5%)
Deduções de Venda	(311.212)	(19,6%)	(332.729)	(19,8%)		(6,5%)
Deduções de Venda						
Impostos	(388.305)	(24,4%)	(410.591)	(24,5%)		(5,4%)
Ajuste a Valor Presente	(39.358)	(2,5%)	(36.130)	(2,2%)		8,9%
Deduções de Venda						
Incentivos	116.451	7,3%	113.992	6,8%		2,2%
Receita Líquida de Vendas	1.588.889	100,0%	1.678.294	100,0%		(5,3%)
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(935.487)	(58,9%)	(923.646)	(55,0%)		1,3%
Custo dos Produtos						
Vendidos	(974.008)	(61,3%)	(959.431)	(57,2%)		1,5%
Ajuste a Valor Presente	20.320	1,3%	16.523	1,0%		23,0%
Subvenção para Custeio	18.201	1,1%	19.262	1,1%		(5,5%)
Lucro Bruto Caixa	653.402	41,1%	754.648	45,0%		(13,4%)
Depreciação e Amortização	(25.848)	(1,6%)	(20.887)	(1,2%)		23,8%
Lucro Bruto	627.554	39,5%	733.761	43,7%		(14,5%)
Despesas Operacionais	(411.855)	(25,9%)	(376.495)	(22,4%)		9,4%
Vendas	(318.494)	(20,0%)	(292.126)	(17,4%)		9,0%
Empresa	(225.766)	(14,2%)	(208.166)	(12,4%)		8,5%
Fixa	(119.891)	(7,5%)	(100.597)	(6,0%)		19,2%
Variável	(105.875)	(6,7%)	(107.569)	(6,4%)		(1,6%)
Lojas	(92.728)	(5,8%)	(83.960)	(5,0%)		10,4%
Gerais, Administrativas e						
Rem. dos Administradores	(54.089)	(3,4%)	(53.280)	(3,2%)		1,5%
Depreciação e Amortização	(21.329)	(1,3%)	(17.682)	(1,1%)		20,6%
Participação nos Resultados	-	N.D.	(668)	0,0%		N.D.
Outras Receitas (Despesas)						
Operacionais Líquidas	(17.943)	(1,1%)	(12.739)	(0,8%)		40,9%
Lucro Antes das Financeiras	215.699	13,6%	357.266	21,3%		(39,6%)
Receitas financeiras	77.961	4,9%	64.765	3,9%		20,4%
Despesas financeiras	(38.485)	(2,4%)	(30.418)	(1,8%)		26,5%
Total resultado financeiro	39.476	2,5%	34.347	2,0%		14,9%
Lucro Operacional	255.175	16,1%	391.613	23,3%		(34,8%)
Impostos Correntes - CSSL e IRPJ	1.631	0,1%	(74.042)	(4,4%)		N.D.
Impostos Diferidos - CSSL e IRPJ	24.364	1,5%	1.296	0,1%		1.779,9%
Lucro Líquido	281.170	17,7%	318.867	19,0%		(11,8%)
Atribuível aos acionistas controladores	281.170	17,7%	318.858	19,0%		(11,8%)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	N.D.	9	0,0%		N.D.
Lucro básico por ação - R\$						
Atribuível aos acionistas controladores	1,7361	N.D.	1,9374	N.D.		(10,4%)
EBITDA	262.876	16,5%	395.835	23,6%		(33,6%)

EBITDA E MARGEM EBITDA

O lucro operacional antes de juros, depreciação e amortização e impostos ('LAJIDA' ou 'EBITDA') apresentou queda de 33,6% em 2015, enquanto que a margem EBITDA atingiu 16,5% (-7,1 p.p.). Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Retração de 5,5% das vendas;
- Queda da margem bruta, em 4,2 p.p., decorrente principalmente do (i) fraco desempenho de vendas, insuficiente para diluição de custos fixos, (ii) aumento de custos e (iii) maior atividade promocional com foco na venda de artigos de coleções anteriores em posse da Companhia;
- Aumento de 9,4% nas despesas operacionais devido principalmente ao (i) reconhecimento de despesas relacionadas à campanha de redução de estoques dos franqueados que totalizou R\$ 7,5 milhões; (ii) maiores investimentos realizados em publicidade e marketing, com destaque aos investimentos destinados para o relançamento da marca DZARM. e (iii) maior despesa com lojas próprias pela adição líquida de 5 unidades no ano;
- Aumento de Outras Despesas Operacionais majoritariamente devido à indenizações trabalhistas decorrentes da reorganização das plantas fabris.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2015 não houve o pagamento de participação nos lucros em função dos resultados abaixo do planejado.

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	2015	2014	Var. 2015/2014
Lucro Líquido	281.170	318.867	(11,8%)
(+) IR e CPLL	(25.995)	72.746	N.D.
(-) Receita Financeira Líquida	(39.476)	(34.347)	14,9%
(+) Depreciações e Amortizações	47.177	38.569	22,3%
(=) EBITDA	262.876	395.835	(33,6%)
Margem EBITDA	16,5%	23,6%	-7,1 p.p.

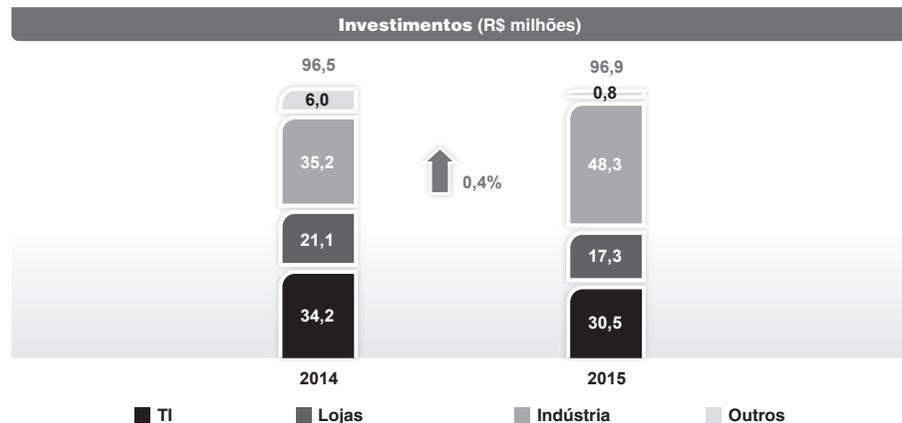
LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido da Companhia apresentou retração de 11,8%, atingindo R\$ 281,2 milhões, com queda de 1,3 p.p. na margem líquida, decorrente da retração de vendas e menores margens operacionais, compensada parcialmente por menor taxa efetiva de imposto de renda que a observada em 2014, devido, majoritariamente, (i) a efeitos decorrentes da dissolução e liquidação da subsidiária Hering Overseas Ltd. e dívida *intercompany*, que gerou R\$ 53,5 milhões na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social - para mais informações, vide Fato Relevante publicado em 02.10.2015; (ii) ao montante de Juros Sobre Capital Próprio 36% superior a 2014 e (iii) a maior participação de produtos locais no *mix* de venda, que por sua vez gera maior montante de incentivos fiscais.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 96,9 milhões em 2015, destacando-se o montante destinado às instalações fabris, destacadamente à inauguração da planta de São Luis de Montes Belos (GO), além de investimentos realizados no Centro de Distribuição em Goiás.

Os investimentos destinados à infraestrutura de TI concentraram-se na implementação do sistema SAP. Na frente de lojas, destacou-se o montante direcionado para a abertura de 5 lojas próprias, incluindo a inauguração das 2 lojas da marca DZARM. após reformulação de seu plano de negócios.



ENDIVIDAMENTO

Por mais um ano a Cia. Hering encerra o exercício fiscal com caixa líquido, alinhado à política conservadora de gestão financeira. Ao final de 2015 havia R\$ 108,1 milhões em caixa e aplicações financeiras e caixa líquido de R\$ 106,8 milhões. A diminuição do caixa refere-se, principalmente, à quitação de dívidas e recompra de ações realizadas ao longo do ano.

Endividamento (R\$ mil)	2015	Part. (%)	2014	Part. (%)
Curto Prazo	(1.308)	100%	(23.422)	100%
Longo Prazo	-	0%	-	0%
Total da Dívida	(1.308)	100%	(23.422)	100%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	108.093		182.036	
(=) Caixa Líquido	106.785		158.614	

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos relativos ao exercício de 2015 totalizaram R\$ 132,0 milhões, representando *payout ratio* de 47,0%, sendo que R\$ 92,0 milhões já foram pagos, conforme detalhado abaixo:

- Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2015 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 27,9 milhões (R\$ 0,1725 por ação). O pagamento foi realizado em 25 de junho de 2015.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 28 de outubro de 2015 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 30,0 milhões (R\$ 0,1864 por ação) com base na posição acionária de 28/10/2015. O pagamento foi realizado em 11 de novembro de 2015.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2015 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 34,2 milhões (R\$ 0,2125 por ação) com base na posição acionária de 16/12/2015. O pagamento foi realizado em 29 de dezembro de 2015.

Foi destinado à conta de dividendos adicionais propostos o montante de R\$ 40,0 milhões, sendo correspondente a destinação do lucro líquido de 2015, a ser apresentado como proposta da Administração sujeito à deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2016:

Proposta de Distribuição de Dividendos	R\$ milhões	R\$ por ação ⁽¹⁾	Declaração em	Pago em
Dividendos totais propostos ⁽²⁾	132,0	0,8200	-	-
(-) Proventos já pagos	92,0	0,5714		
Juros Sobre o Capital Próprio	27,9	0,1725	27/05/15	25/06/15
Dividendos	30,0	0,1864	28/10/15	11/11/15
Juros Sobre o Capital Próprio	34,2	0,2125	16/12/15	29/12/15
= Dividendos complementares ⁽²⁾	40,0	0,2486	A definir ⁽²⁾	A definir ⁽²⁾
Lucro líquido do exercício - controladora	281,2			
Payout ratio	47,0%			

⁽¹⁾ Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.

⁽²⁾ A ser ratificado em Assembleia Geral de Acionistas.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Não houve recompra de ações relativas ao novo programa, aprovado em reunião realizada em 29/07/2015, que autoriza a aquisição de até 8 milhões de ações, correspondentes a 6,38% do total de ações em circulação até 27/07/2016.

No âmbito do Programa de Recompra encerrado em 25/07/2015 que permitia a aquisição de até 5 milhões de ações, as recompras foram executadas conforme demonstrado no quadro abaixo:

Período	Programa 2014/2015		
	Quantidade de ações	Preço médio - R\$	Valor total - R\$
4T14	577.000	20,58	11.874.686
1T15	625.800	16,58	10.375.046
2T15	2.529.900	13,67	34.587.354
Total	3.732.700	15,23	56.837.086

RECONHECIMENTOS

Em 2015, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação, dentre elas:

- 200 Maiores Grupos (Jornal Valor Econômico)
- As Empresas mais Admiradas do Brasil (Revista Carta Capital)
- 18ª colocada no *ranking* das Marcas Mais Valiosas do País (Interbrand)
- Melhores e Maiores do Brasil (Revista Exame)
- Prêmio Valor 1000 (Jornal Valor Econômico)

COLABORADORES

Ao longo de 2015, aprimoramos nossas ações de gestão de pessoas, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro. A Companhia finalizou o ano com 7.548 colaboradores.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2016, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital - 2016	
Investimentos	R\$ mil
Lojas	25.000
Industrial	14.000
Logística	13.000
Tecnologia da Informação	11.000
Outros	235
Total Geral	63.235
Fontes Próprias (Reserva de retenção de lucros)	27.601
Fontes Próprias (Geração de caixa da operação)	35.634

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2015, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	104.325	171.535	108.093	182.036					
Contas a receber de clientes	7	494.504	510.630	494.861	510.630					
Estoques	9	318.343	297.008	318.343	297.008					
Impostos a recuperar	10	32.635	11.960	32.639	11.963					
Instrumentos financeiros derivativos	23	4.620	7.504	4.620	7.504					
Outras contas a receber	8	6.058	2.429	6.058	2.429					
Despesas antecipadas		1.024	583	1.024	583					
		961.509	1.001.649	965.638	1.012.153					
Não circulante										
Partes relacionadas	21	-	337	-	-					
Aplicações financeiras restritas	6	2.994	2.199	2.994	2.199					
Impostos a recuperar	10	14.515	5.412	14.515	5.412					
Impostos diferidos	11	39.638	14.338	39.638	14.338					
Outras contas a receber	8	10.730	8.139	10.730	8.140					
Investimentos										
Empresas controladas	13	3.585	12.630	-	-					
Outros investimentos		-	-	-	7					
Imobilizado	14	325.285	300.882	325.285	300.882					
Intangível	15	113.692	88.908	113.692	88.908					
		510.439	432.845	506.854	419.886					
		1.471.948	1.434.494	1.472.492	1.432.039					
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	16	1.308	23.422	1.308	23.422					
Fornecedores		150.953	171.373	150.953	171.373					
Salários e encargos sociais		42.214	40.354	42.214	40.354					
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	911	840	911	840					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	-	8.178	81	8.269					
Obrigações tributárias	18	20.148	21.822	20.181	21.836					
Provisões para riscos	20	1.700	1.445	1.700	1.445					
Outras provisões	20	20.954	20.230	20.954	20.230					
Obrigações por incentivos fiscais	19	11.332	16.038	11.332	16.038					
Dividendos e juros de capital próprio a pagar		599	551	599	551					
Partes relacionadas	21	1.786	4.128	-	-					
Outras contas a pagar		9.742	7.880	11.839	9.309					
		261.647	316.261	262.072	313.667					
Não circulante										
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	7.488	7.758	7.488	7.758					
Provisões para riscos	20	9.471	7.546	9.471	7.546					
Outras provisões	20	1.788	3.030	1.788	3.030					
Benefícios a empregados	22	14.372	10.616	14.372	10.616					
Obrigações por incentivos fiscais	19	3.218	13.215	3.218	13.215					
Outras contas a pagar		-	-	119	130					
		36.337	42.165	36.456	42.295					
Patrimônio líquido	24									
Capital social		346.368	313.086	346.368	313.086					
Reserva de capital		20.569	14.996	20.569	14.996					
Ações em tesouraria		(41.323)	(11.882)	(41.323)	(11.882)					
Reservas de lucros		796.779	697.538	796.779	697.538					
Ajuste de avaliação patrimonial		11.577	12.332	11.577	12.332					
Dividendos adicionais propostos		39.994	49.998	39.994	49.998					
Atribuído aos acionistas controladores		1.173.964	1.076.068	1.173.964	1.076.068					
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	9					
		1.173.964	1.076.068	1.173.964	1.076.077					
		1.471.948	1.434.494	1.472.492	1.432.039					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	28	1.585.293	1.674.913	1.588.889	1.678.294					
Custo dos produtos vendidos	29	(961.335)	(944.533)	(961.335)	(944.533)					
Lucro bruto		623.958	730.380	627.554	733.761					
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	30	(318.478)	(292.122)	(318.494)	(292.126)					
Administrativas e gerais	31	(45.504)	(44.634)	(45.511)	(44.965)					
Honorários da Administração	21	(8.544)	(8.293)	(8.578)	(8.315)					
Depreciação e amortização		(21.329)	(17.682)	(21.329)	(17.682)					
Participação nos resultados	26	-	(668)	-	(668)					
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	32	(17.796)	(12.700)	(17.943)	(12.739)					
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		212.307	354.281	215.699	357.266					
Receitas financeiras	33	76.198	64.291	77.961	64.765					
Despesas financeiras	33	(40.575)	(31.205)	(38.485)	(30.418)					
Receitas (despesas) financeiras líquidas		35.623	33.086	39.476	34.347					
Equivalência patrimonial	13	6.835	5.750	-	-					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		254.765	393.117	255.175	391.613					
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	2.041	(73.634)	1.631	(74.042)					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	24.364	(625)	24.364	1.296					
Lucro líquido do exercício		281.170	318.858	281.170	318.867					
Atribuível aos:										
Acionistas controladores		281.170	318.858	281.170	318.858					
Acionistas não controladores		-	-	-	9					
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$										
Básico	35	1,7361	1,9374	1,7361	1,9374					
Diluído	35	1,7068	1,9163	1,7068	1,9163					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício		281.170	318.858	281.170	318.867
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Benefícios a empregados - plano de previdência privada	22	215	217	215	217
Benefícios a empregados - plano de saúde	22	(1.506)	170	(1.506)	170
		(1.291)	387	(1.291)	387
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	23	(525)	2.496	(525)	2.496
		(525)	2.496	(525)	2.496
		(1.816)	2.883	(1.816)	2.883
Resultado abrangente do exercício		279.354	321.741	279.354	321.750
Total do resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		279.354	321.741	279.354	321.741
Acionistas não controladores		-	-	-	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora											
	Reservas de lucros					Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros				Outros resultados abrangentes	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	239.435	10.209	211.258	47.887	338.412	-	49.993	-	10.064	907.258	-	907.258
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	387	387	-	387
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	387	(387)	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	4.787	-	-	-	-	-	-	-	4.787	-	4.787
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	(11.882)	-	-	-	(11.882)	-	(11.882)
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	228	(228)	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.723)	(1.723)	-	(1.723)
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	4.219	4.219	-	4.219
Dividendos adicionais propostos 2013 pagos 2014	-	-	-	-	-	-	(49.993)	-	-	(49.993)	-	(49.993)
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	57.127	-	-	-	(57.127)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reserva legal	16.305	-	-	(16.305)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais	219	-	(219)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	1.488	-	(1.488)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	318.858	-	318.858	9	318.867
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	15.943	-	-	-	(15.943)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	105.361	-	-	-	-	(105.361)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(95.843)	-	(95.843)	-	(95.843)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	49.998	(49.998)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	52.328	-	-	(52.328)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	313.086	14.996	317.888	47.525	332.125	(11.882)	49.998	-	12.332	1.076.068	9	1.076.077
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.291)	(1.291)	-	(1.291)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	(1.291)	1.291	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	5.573	-	-	-	-	-	-	-	5.573	-	5.573
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	(44.988)	-	-	-	(44.988)	-	(44.988)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	(15.547)	15.547	-	-	-	-	-	-
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	230	(230)	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.483)	(3.483)	-	(3.483)
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	2.958	2.958	-	2.958
Dividendos adicionais propostos 2014 pagos 2015	-	-	-	-	-	-	(49.998)	-	-	(49.998)	-	(49.998)
Aumento de capital com reserva legal	33.282	-	-	(33.282)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste reserva de incentivos fiscais	-	-	(12)	-	-	-	-	12	-	-	-	-
Participação dos acionistas no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	281.170	-	281.170	-	281.170
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	14.059	-	-	-	(14.059)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	106.422	-	-	-	-	(106.422)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(92.045)	-	(92.045)	-	(92.045)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	39.994	(39.994)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	27.601	-	-	(27.601)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	346.368	20.569	424.298	28.302	344.179	(41.323)	39.994	-	11.577	1.173.964	-	1.173.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
Receitas					Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.896.290	2.007.440	1.900.101	2.011.023	Lucro líquido do exercício	281.170	318.858	281.170	318.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.838)	(5.280)	(5.838)	(5.280)	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
	1.890.452	2.002.160	1.894.263	2.005.743	Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(24.364)	625	(24.364)	(1.296)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)					Variações monetária, cambial e juros não realizados	2.589	2.260	663	1.774
Matérias-primas consumidas	(338.105)	(321.457)	(338.320)	(321.659)	Depreciação e amortização	47.177	38.569	47.177	38.569
Custos das mercadorias vendidas	(340.757)	(360.365)	(340.757)	(360.365)	Provisão créditos liquidação duvidosa	5.838	5.280	5.838	5.280
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(466.240)	(438.378)	(466.445)	(438.772)	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	551	973	551	973
	(1.145.102)	(1.120.200)	(1.145.522)	(1.120.796)	Plano de opção de compra de ações	5.573	4.787	5.573	4.787
Retenções					Provisão para ajuste a valor de realização estoques	7.573	2.297	7.573	2.297
Depreciação e amortização	(47.177)	(38.569)	(47.177)	(38.569)	Provisão para contingências	4.358	3.404	4.358	3.404
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	698.173	843.391	701.564	846.378	Benefícios a empregados	1.800	1.365	1.800	1.365
Valor adicionado recebido em transferência					Equivalência patrimonial	(6.835)	(5.750)	-	-
Equivalência patrimonial	6.835	5.750	-	-	Variações nos ativos e passivos				
Receitas financeiras	76.198	64.291	77.961	64.765	(Aumento) redução em contas a receber de clientes	10.288	(37.623)	9.931	(37.623)
Aluguéis	445	208	445	208	(Aumento) nos estoques	(28.908)	(3.736)	(28.908)	(3.736)
	83.478	70.249	78.406	64.973	(Aumento) em impostos a recuperar	(29.778)	(508)	(29.779)	(392)
Valor adicionado total a distribuir	781.651	913.640	779.970	911.351	(Aumento) redução em outros ativos	(4.574)	2.011	(4.574)	2.235
Distribuição do valor adicionado					Aumento (redução) em fornecedores	(20.420)	18.235	(20.420)	18.235
Pessoal					Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	1.026	(4.430)	1.683	(4.576)
Remuneração direta	206.526	203.525	206.526	203.525	Aumento em IRPJ e CSLL	13.694	69.606	14.051	69.957
Benefícios	25.754	14.949	25.754	14.949	IRPJ e CSLL pagos	(21.872)	(105.065)	(22.239)	(105.405)
FGTS	15.529	14.632	15.529	14.632	(Redução) em obrigações tributárias	(16.576)	(17.171)	(16.557)	(15.256)
	247.809	233.106	247.809	233.106	Juros pagos por empréstimos	(873)	(1.771)	(873)	(1.771)
Tributos					Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	227.437	292.216	232.654	297.688
Federais	127.877	239.569	128.286	238.056	Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Estaduais	46.104	55.195	46.104	55.195	Dividendos recebidos	6.189	661	-	-
Municipais	1.695	1.463	1.695	1.463	Recebimento de recursos de baixa de investimento	446.106	-	-	(7)
	175.676	296.227	176.085	294.714	Aquisições de ativo imobilizado	(63.650)	(54.625)	(63.650)	(54.625)
Remuneração do capital de terceiros					Aquisições de ativo intangível	(33.265)	(41.921)	(33.265)	(41.921)
Juros	643	1.777	643	1.777	Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	355.380	(95.885)	(96.915)	(96.553)
Aluguéis	41.568	37.109	41.568	37.109	Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Outros	34.785	26.563	32.695	25.778	Aplicações financeiras	(795)	(1.130)	(795)	(1.130)
	76.996	65.449	74.906	64.664	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(141.995)	(145.785)	(141.995)	(145.785)
Remuneração de capitais próprios					Empréstimos tomados	1.652	964	1.652	964
Juros sobre capital próprio	62.057	45.850	62.057	45.850	Pagamentos de empréstimos	(23.556)	(1.976)	(23.556)	(1.976)
Dividendos	29.988	49.993	29.988	49.993	Pagamentos de empréstimos controlada	(436.414)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	39.994	49.998	39.994	49.998	Aquisição de ações para tesouraria	(44.988)	(11.882)	(44.988)	(11.882)
Lucros retidos	149.131	173.017	149.131	173.017	Partes relacionadas	(3.931)	(48)	-	-
Lucros retidos acionistas não controladores	-	-	-	9	Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(650.027)	(159.857)	(209.682)	(159.809)
	281.170	318.858	281.170	318.867	Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(67.210)	36.474	(73.943)	41.326
Valor adicionado total distribuído	781.651	913.640	779.970	911.351	Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
					No início do exercício	171.535	135.061	182.036	140.710
					No fim do exercício	104.325	171.535	108.093	182.036
						(67.210)	36.474	(73.943)	41.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) -

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 12 de fevereiro de 2016. (b) Base de mensuração - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo atuarial de benefício definido que é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido, do plano baseado em ações e instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos pelos

seus valores justos. (c) Moeda funcional e moeda de apresentação - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. (d) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações so-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

bre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido

Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões

Nota 22 - Benefícios a empregados

Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

Nota 27 - Mensuração do plano baseado em ações

Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **(a) Base de consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

	País	Participação (%)	
		2015	2014
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	-	100,00
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	-	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	-	100,00
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00
Hering Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	-	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. No primeiro trimestre de 2015, as controladas Têxtil Santa Catarina Ltda., VH Serviços e Construções S.A. e Garema Malhas Ltda., foram incorporadas pela controlada HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda. No terceiro trimestre de 2015 a controlada Hering Overseas Ltd. foi dissolvida e liquidada, e a totalidade do seu patrimônio retornou para a controladora integral Cia. Hering. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de investimento da controlada Hering Overseas, estava sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não estava planejada e nem havia probabilidade de ocorrer em futuro previsível. Após estudos efetuados pela Administração objetivando simplificar e reduzir a estrutura societária da Companhia, no terceiro trimestre de 2015 a controlada Hering Overseas Ltd. foi dissolvida e liquidada, e a totalidade de seu patrimônio retornou para a controladora integral Cia. Hering. **(b) Moeda estrangeira** - A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. **(c) Instrumentos financeiros** - **(i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: **Investimentos mantidos até o vencimento** - Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reco-

nhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge accounting*, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo circulante. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **(d) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. **(e) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(f) Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de con-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

clusão e despesas de vendas. **(g) Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,62
Instalações e equipamentos de produção	8,69
Móveis e utensílios	6,41
Bens de informática	4,81
Veículos	4,49
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,16

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis prospectivamente. **(iii) Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(h) Ativo intangível - (i) Reconhecimento e mensuração** - A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. O valor de *software*, refere-se aos *softwares* adquiridos de terceiros que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Amortização** - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10,00 anos
Fundo de comércio	4,97 anos
<i>Software</i>	7,63 anos

(iii) Gastos subsequentes - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*) - (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam

sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros. **(j) Arrendamento mercantil** - A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador. **(k) Benefícios a empregados - (i) Planos de benefícios definido** - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui planos de assistência médica e plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Para ambos os casos, os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. No caso do plano de pensão quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados** - A obrigação líquida da Companhia em relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem. **(iii) Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(iv) Transações do plano baseado em ações** - Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. **(i) Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **(m) Ajuste a valor presente** - As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 1,12% a.m. e 0,85% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 87 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 44 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

tida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversões são registradas no resultado financeiro. **(n) Capital social** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, quando aprovados em Assembleia Geral. **(i) Ações em Tesouraria** - Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. **(o) Receita operacional - Venda de produtos** - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(p) Subvenção e assistência governamentais** - As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos. **(q) Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registradas no resultado através do método de juros efetivos. **(r) Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, reconhecidos no resultado. O imposto diferido referente ao passivo atuarial de benefícios a empregados é reconhecido no resultado abrangente quando refere-se ao passivo referente a ganhos ou perdas atuariais. O imposto diferido referente ao instrumento financeiro derivativo designado como "hedge accounting" é reconhecido em outros resultados abrangentes, quando refere-se à parcela designada e qualificada como "hedge accounting" reconhecida em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, pelas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite, entre outras situações, neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária. No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (anteriormente MP nº 627/13), que revoga o Regime Tributário de Transição

(RTT) e traz outras providências. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 é facultada às empresas. A Administração da Companhia avaliando as disposições contidas na Lei, o cenário de normatizações e controles fiscais alternativos à evidência contábil a serem disciplinados pela Receita Federal do Brasil, optou pela não adoção das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70º da Lei nº 12.973/14 para o ano calendário de 2014. A partir de 2015 a Companhia adotou as disposições previstas na Lei nº 12.973. **(s) Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **(t) Informação por segmento** - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 37. **(u) Demonstração do valor adicionado** - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **(v) Adoção das IFRS novas e revisadas - Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas** - Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações financeiras: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (01.01.2018); IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (01.01.2018); IFRS 16 - Leasing (01.01.2019); Emenda ao IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado (01.01.2016); Emenda ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Apresentação das Demonstrações Financeiras (01.01.2016); Emenda ao IAS 2 (CPC 32) - Tributos sobre o lucro (01.01.2017); Emenda ao IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em conjunto. (01.01.2016); Emenda ao IFRS 12 (CPC 45) - Divulgações de participações em outras entidades. (01.01.2016); Emenda ao IAS 38 (CPC 04 (R1)) - Intangível (01.01.2016); Emenda ao IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimento em Coligada em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. (01.01.2016); Emenda ao IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações financeiras consolidadas (01.01.2016); Melhoria anuais em diversos pronunciamentos contábeis (ciclo 2012-2014) (01.01.2016). O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos** - O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos** - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. **(iv) Transações do plano baseado em ações** - O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes* para o 1º ao 5º programa e Binomial para o 6º ao 9º programa. Variações

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Circulante	Rendimentos em 2015	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos		5.240	18.541	6.756	22.099
Caixa e bancos - Moeda estrangeira		362	2.599	2.614	7.743
Aplicações financeiras:					
Renda fixa - CDB	100,0% a 102,0% da variação do CDI	44.987	63.995	44.987	65.794
Renda fixa - Operações compromissadas	100,0% a 101,0% da variação do CDI	53.736	86.400	53.736	86.400
		104.325	171.535	108.093	182.036

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Refere-se a aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 95,0% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Essas aplicações estão vinculadas a operações de incentivos fiscais (redução por reinvestimento - IRPJ) realizadas pela Companhia que, uma vez comprovados os investimentos realizados na unidade industrial incentivada (Parnamirim - RN), os valores são liberados para a Companhia. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
No país	495.926	517.352	496.283	517.352
No exterior	17.368	11.547	17.368	11.547
	513.294	528.899	513.651	528.899
Ajuste a valor presente	(8.473)	(6.511)	(8.473)	(6.511)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.317)	(11.758)	(10.317)	(11.758)
	494.504	510.630	494.861	510.630

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o ano foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(6.511)	(6.276)
Adições	(39.358)	(36.327)
Baixas	37.396	36.092
Saldo no final do exercício	(8.473)	(6.511)

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 87 dias. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Circulante	
	Controladora	Consolidado
	2015	2014
Adiantamento a fornecedores internos	105	169
Adiantamento a funcionários	4.948	2.049
Contas a receber pela venda de imobilizado	144	144
Outros	861	67
	6.058	2.429

	Controladora		Não Circulante Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fomentar - Bolsa Garantia	838	838	838	838
Produzir - Bolsa Universitária	-	395	-	395
Depósitos Judiciais - INSS	1.849	1.741	1.849	1.741
Depósitos Judiciais - IPTU	1.033	955	1.033	955
Depósitos Judiciais - Outros	773	752	773	752
Depósitos trabalhistas e cíveis	5.231	2.357	5.231	2.357
Contas a receber pela venda de imobilizado	502	646	502	646
Outros	504	455	504	456
	10.730	8.139	10.730	8.140

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Produtos acabados	107.803	96.594
Produtos para revenda	82.800	71.492
Produtos em elaboração	41.355	45.501
Estoque em poder de terceiros	22.459	21.045
Matérias-primas e almoxarifado	52.282	48.105
Importações em andamento	21.836	16.312
Adiantamento a fornecedores	1.310	1.888
Provisão para ajuste a valor de realização	(11.502)	(3.929)
	318.343	297.008

O aumento no saldo de estoques, deu-se, principalmente em decorrência do desempenho abaixo do planejado no quarto trimestre de 2015, variação cambial desfavorável na compra de produtos para revenda e matérias-primas, antecipação de produção e compras visando a entrada do sistema SAP, ocorrida em 01 de janeiro de 2016. Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(3.929)	(1.632)
Constituição provisão	(16.096)	(7.707)
Reversão provisão por venda	8.523	5.410
Saldo no final do exercício	(11.502)	(3.929)

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Circulante	
	Controladora	Consolidado
	2015	2014
IPI	387	500
ICMS a recuperar	5.024	6.442
ICMS a recuperar - CIAP	2.348	2.348
IRPJ e CSLL a compensar (a)	20.211	11
INSS a recuperar	532	491
IRRF a compensar	1.752	1.741
Outros	2.381	434
	32.635	11.960

	Não Circulante	
	Controladora	Consolidado
	2015	2014
IPTU (b)	2.095	1.975
ICMS a recuperar	7.793	-
ICMS a recuperar - CIAP	3.345	3.437
Outros	1.282	-
	14.515	5.412

(a) IRPJ e CSLL a compensar - A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução ao longo do ano de 2015. A liquidação da totalidade das séries originais de Euronotes detidas pela sua controlada Hering Overseas Ltd. em setembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa 13, gerou prejuízo fiscal de imposto de renda e base de cálculo negativa de contribuição social acumulada no ano corrente. Por sua vez, os valores recolhidos no exercício foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação a curto prazo com o imposto de renda e contribuição social devidos no exercício seguinte. (b) Imposto predial e territorial urbano (IPTU) - A Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. Em junho de 2011, a Companhia procedeu o registro da atualização monetária do crédito à taxa de 1% ao mês, a partir da data do reconhecimento do crédito, no montante de R\$ 739, cujo saldo atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2015 corresponde ao montante de R\$ 2.095, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Cia. Hering.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

(a) **Composição** - A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

Ativo	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	18.901	-
AVP - clientes e fornecedores	1.774	1.494
Provisão para contingências fiscais	1.060	991
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.508	3.998
Provisão para despesas administrativas	1.193	1.550
Provisão para despesas comerciais	2.296	1.244
Provisão para despesas variáveis de vendas	3.717	4.447
Provisão para perda estoques obsoletos	3.911	1.336
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.738	2.066
Passivo atuarial benefícios a empregados	4.886	3.609
Tributos com exigibilidade suspensa	583	532
Outras diferenças temporárias	322	33
Total do ativo	44.889	21.300

Passivo

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Varição cambial ativa e passiva (líquido)	732	(509)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(3.856)	(3.974)
Tributos s/ hedge accounting	(2.108)	(2.379)
Outras diferenças temporárias	(19)	(100)
Total do passivo	(5.251)	(6.962)
Total líquido	39.638	14.338

O tributo sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados está sendo realizado pelo pagamento das contribuições. Os créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social decorrem da liquidação da totalidade das séries originais de *Euronotes* detidas pela sua controlada Hering Overseas Ltd. em setembro de 2015, conforme descrito nas notas explicativas 13 e 34, tem expectativa de realização em período inferior a 12 meses. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2015 são:

2016	38.254
2017	996
2018	996
2019	424
Acima de 2019	4.219
	44.889

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

(b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

Ativo	Saldo em 2013	Reconhecido em		Saldo em 2014	Reconhecido em		Saldo em 2015
		Reconhecido no Resultado (*)	Outros Resultados Abrangentes		Reconhecido no Resultado	Outros Resultados Abrangentes	
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	-	18.901	-	18.901
Tributos com exigibilidade suspensa	489	43	-	532	51	-	583
AVP - clientes e fornecedores	1.566	(72)	-	1.494	280	-	1.774
Passivo atuarial benef. empregados	3.233	574	(198)	3.609	612	665	4.886
Provisões temporárias	17.039	(1.374)	-	15.665	3.080	-	18.745
	22.327	(829)	(198)	21.300	22.924	665	44.889
Passivo							
Var. camb. ativa e passiva (líquido)	(669)	160	-	(509)	1.241	-	732
Tributos s/ correção monetária imob.	(4.092)	118	-	(3.974)	118	-	(3.856)
Tributos s/ hedge accounting	(1.093)	-	(1.286)	(2.379)	-	271	(2.108)
Outras diferenças temporárias	(26)	(74)	-	(100)	81	-	(19)
	(5.880)	204	(1.286)	(6.962)	1.440	271	(5.251)
Total líquido	16.447	(625)	(1.484)	14.338	24.364	936	39.638

(*) Na Demonstração de Resultado Consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2014, o montante de IRPJ e CSLL diferidos reconhecido no ano totalizou R\$ 1.296, devido à constituição pelas empresas controladas da receita de R\$ 1.921, referente IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 21 (b).

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia, no ano 2000, relativa ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, e dezembro de 2011. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra a Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	HRG Com.		Hering Internac.	
	Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda.	S.A. - SAFI	2015	2014
Total de ativos circulante e não circulante	1.876	4.039	5.915	21.115
Total de passivos circulante e não circulante	258	2.072	2.330	8.478
Patrimônio líquido	1.618	1.967	3.585	12.637
Receitas líquidas do exercício	3.811	-	3.811	3.379
Resultado do exercício	3.034	(30)	3.004	4.861
Participação no capital em %	99,99%	100,00%		
Saldo no início do exercício (*) (**)	4.774	1.358	6.132	7.541
Dividendos	(6.189)	-	(6.189)	(661)
Equivalência patrimonial	3.033	609	3.642	5.750
Investimento pela equivalência patrimonial	1.618	1.967	3.585	12.630

(*) No trimestre findo em 31 de março de 2015, as controladas Têxtil Santa Catarina Ltda., VH Serviços e Construções S.A. e Garema Malhas Ltda., foram incorporadas pela controlada HRG Com. Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda., cujos saldos contábeis incorporados foram baseados nos Laudos de Avaliação conforme determinado no Protocolo de Incorporação. (**) No trimestre findo em 30 de setembro de 2015, ocorreu a dissolução e liquidação da controlada Hering Overseas Ltd., cujo saldo de investimento no início do exercício era R\$ 6.498, e montante de resultado de equivalência até 30 de setembro de 2015 de R\$ 3.193, que somado ao resultado de equivalência do exercício em 31 de dezembro de 2015 das demais investidas de R\$ 3.642, totaliza R\$ 6.835 constante no resultado da controladora. A partir de 2010, com a adoção do IFRS, conforme orientado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, parágrafo 15, o investimento mantido na controlada Hering Overseas Ltd. estava apresentado pelo valor líquido de um empréstimo devido pela Companhia àquela empresa, pois foi considerado, em essência, como parte do investimento líquido. Essa apresentação foi efetuada considerando, principalmente, que a liquidação não estava planejada nem havia probabilidade de ocorrer em futuro previsível. No decorrer do ano de 2014 e durante o ano de 2015, a Administração estudou a forma de dissolução e liquidação da controlada Hering Overseas Ltd., cuja forma de operacionalização se deu no terceiro trimestre de 2015. Em 19 de agosto de 2015, após estudos efetuados objetivando simplificar e reduzir a estrutura societária, a Administração da Companhia teve a aprovação do Conselho de Administração para dissolver, liquidar e extinguir a Controlada Hering Overseas Ltd. Nesse processo, conforme divulgado no Fato Relevante de 02 de outubro de 2015, a totalidade das séries originais de *Euronotes* emitidas pela Companhia e detidas pela sua controlada Hering Overseas Ltd., foi liquidada pelo seu valor nominal com seus respectivos encargos, totalizando USD 111.675 mil, tendo sido o pagamento da última parcela realizado em 29 de setembro de 2015, mesma data em que foi concluído o processo de dissolução e liquidação da subsidiária Hering Overseas Ltd. O valor do empréstimo liquidado em reais totalizou R\$ 436.414, cuja variação cambial sobre o valor de principal e juros totalizou R\$ 157.450, gerando uma redução de R\$ 53.533 na rubrica de provisão com imposto de renda e contribuição social. O valor do investimento liquidado em reais, totalizou R\$ 446.106, sendo que a totalidade do patrimônio da investida retornou para a controladora integral Cia. Hering. Durante o exercício foram recebidos dividendos das investidas HRG Com. Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda., Têxtil Santa Catarina Ltda., VH Serviços e Construções S.A. e Garema Malhas Ltda.

continua...

14. ATIVO IMOBILIZADO

(a) Composição da movimentação do custo e depreciação

	Controladora e Consolidado								
	Saldo em 2013	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2014	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2015
Custo:									
Edifícios e benfeitorias	103.103	216	1.115	-	104.434	-	19.971	-	124.405
Instalações e equip. produção	193.453	11.432	1.452	(3.118)	203.219	8.335	4.334	(3.025)	212.863
Móveis e utensílios	26.477	6.375	59	(810)	32.101	4.318	257	(860)	35.816
Bens de informática	28.976	4.768	24	(1.337)	32.431	6.157	307	(477)	38.418
Veículos	2.002	211	-	(64)	2.149	274	-	(39)	2.384
Benfeit. imóveis de terceiros	29.365	486	11.550	(13)	41.388	142	11.561	(607)	52.484
Terrenos	28.624	490	-	-	29.114	-	-	-	29.114
Imobilização em andamento	2.181	30.647	(14.200)	-	18.628	44.424	(36.430)	-	26.622
	414.181	54.625	-	(5.342)	463.464	63.650	-	(5.008)	522.106
Depreciação:									
Edifícios e benfeitorias	(21.669)	(3.300)	-	-	(24.969)	(3.557)	-	-	(28.526)
Instalações e equip. produção	(82.998)	(15.039)	-	2.351	(95.686)	(17.635)	-	2.860	(110.461)
Móveis e utensílios	(11.757)	(2.537)	-	778	(13.516)	(4.216)	-	699	(17.033)
Bens de informática	(13.042)	(5.203)	-	1.322	(16.923)	(6.158)	-	438	(22.643)
Veículos	(1.238)	(300)	-	65	(1.473)	(256)	-	29	(1.700)
Benfeit. imóveis de terceiros	(5.360)	(4.662)	-	7	(10.015)	(6.911)	-	468	(16.458)
	(136.064)	(31.041)	-	4.523	(162.582)	(38.733)	-	4.494	(196.821)
Saldo Líquido:									
Edifícios e benfeitorias	81.434	(3.084)	1.115	-	79.465	(3.557)	19.971	-	95.879
Instalações e equip. produção	110.455	(3.607)	1.452	(767)	107.533	(9.300)	4.334	(165)	102.402
Móveis e utensílios	14.720	3.838	59	(32)	18.585	102	257	(161)	18.783
Bens de informática	15.934	(435)	24	(15)	15.508	(1)	307	(39)	15.775
Veículos	764	(89)	-	1	676	18	-	(10)	684
Benfeit. imóveis de terceiros	24.005	(4.176)	11.550	(6)	31.373	(6.769)	11.561	(139)	36.026
Terrenos	28.624	490	-	-	29.114	-	-	-	29.114
Imobilização em andamento	2.181	30.647	(14.200)	-	18.628	44.424	(36.430)	-	26.622
	278.117	23.584	-	(819)	300.882	24.917	-	(514)	325.285

(b) **Revisão de vida útil** - A vida útil do ativo imobilizado foi revisada para os bens adquiridos a partir do exercício de 2014 e de 2015. Devido à ampla faixa de taxas de depreciação, calculamos a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo imobilizado:

Descrição	Vida útil média (em anos) - 2015	Vida útil média (em anos) - 2014
Edifícios e benfeitorias	31,62	29,89
Instalações e equipamentos de produção	8,69	10,63
Móveis e utensílios	6,41	9,01
Bens de informática	4,81	5,23
Veículos	4,49	4,43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,16	8,84

Não foi possível estimar o efeito da alteração da vida útil ocorrida nos anos de 2014 e de 2015 para os exercícios subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do imobilizado, e que nos exercícios subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos imobilizados. (c) **Bens dados em garantia e penhora** - Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais, conforme demonstrados na nota explicativa 19. (d) **Valor recuperável do ativo imobilizado** - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

(a) Composição da movimentação do custo e amortização

	Controladora e Consolidado							
	Saldo em 2013	Adições	Baixas	Saldo em 2014	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2015
Custo:								
Marcas e patentes	2.689	170	-	2.859	93	-	-	2.952
Fundo de comércio	32.527	11.792	(1.165)	43.154	9.013	-	(662)	51.505
Software	35.052	3.671	(1.412)	37.311	2.314	3.272	-	42.897
Intangível em andamento software (i)	33.897	26.288	(2)	60.183	21.845	(3.272)	-	78.756
	104.165	41.921	(2.579)	143.507	33.265	-	(662)	176.110
Amortização:								
Marcas e patentes	(2.093)	(119)	-	(2.212)	(117)	-	-	(2.329)
Fundo de comércio	(23.842)	(5.015)	1.013	(27.844)	(5.330)	-	625	(32.549)
Software	(23.561)	(2.394)	1.412	(24.543)	(2.997)	-	-	(27.540)
	(49.496)	(7.528)	2.425	(54.599)	(8.444)	-	625	(62.418)
Saldo Líquido:								
Marcas e patentes	596	51	-	647	(24)	-	-	623
Fundo de comércio	8.685	6.777	(152)	15.310	3.683	-	(37)	18.956
Software	11.491	1.277	-	12.768	(683)	3.272	-	15.357
Intangível em andamento software	33.897	26.288	(2)	60.183	21.845	(3.272)	-	78.756
	54.669	34.393	(154)	88.908	24.821	-	(37)	113.692

(i) Refere-se principalmente ao projeto de implantação do sistema SAP, cujo go live ocorreu em 01 de janeiro de 2016.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) **Revisão de vida útil** - A vida útil do ativo intangível foi revisada a partir do exercício de 2015, e apresentamos abaixo a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo intangível:

Descrição	Vida útil média (em anos) - 2015	Vida útil média (em anos) - 2014
Marcas e patentes	10,00	10,00
Fundo de comércio	4,97	5,00
Software	7,63	5,00

Não foi possível estimar o efeito da alteração da vida útil ocorrida no ano de 2015 para os exercícios subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do intangível, e que nos exercícios subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos intangíveis. (c) **Valor recuperável de ativos** - O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Modalidade	Encargos anuais	Ano de vencimento	Moeda	Controladora e Consolidado	
				2015	2014
Capital de giro	Juros de 8%	2015	R\$	-	22.551
Capital de giro	Juros de 6,5%	2015	R\$	-	871
Capital de giro	Juros de 12%	2016	R\$	1.308	-
Parcelas circulante				1.308	23.422

As captações ocorridas durante os exercícios de 2015 e 2014 não continham custos de transação. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas (*covenants* financeiros) nos exercícios apresentados. No período findo em 30 de junho de 2015, foram desvinculados os bens do ativo imobilizado mantidos como garantia do empréstimo captado junto ao FNE e liquidado em 11 de março de 2014. A Companhia não mantém nenhuma garantia para os empréstimos e financiamentos.

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
REFIS IV - INSS (a)	138	127	1.416	1.439
REFIS IV - PIS/COFINS/IOF (a)	773	713	6.072	6.319
	911	840	7.488	7.758

(a) **REFIS IV** - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais. O saldo remanescente do parcelamento é atualizado monetariamente com base na taxa SELIC. No ano de 2015 foi efetuado pagamento no montante de R\$ 885 (R\$ 7.764 nos 12 meses de 2014) referente aos impostos parcelados REFIS. Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2017	917
2018	917
2019	917
2020	917
2021	917
2022 a 2024	2.903
	7.488

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, condições estas, que estão sendo cumpridas pela Companhia.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
	2015	2014	2015	2014
ICMS sobre vendas	5.464	8.446	5.464	8.446
PIS e COFINS	11.720	10.234	11.733	10.244
Imposto de renda e contribuição social	-	8.178	81	8.269
Imposto de renda retido na fonte	2.429	2.399	2.429	2.399
Outros	535	743	555	747
	20.148	30.000	20.262	30.105

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
PRODEC - SC (a)	7.121	13.015	-	6.504
PRODEC III - SC (b)	4.174	2.608	2.728	6.221
PROADI - RN (c)	37	20	-	-
Produzir (d)	-	395	-	-
Outros	-	-	490	490
	11.332	16.038	3.218	13.215

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável. (a) **Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)** - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuam para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia para fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído. O valor contratado em julho de 1999 foi de R\$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo era de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGPM-FGV ao mês. (b) **Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III)** - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O montante utilizado até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 15.514. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual. (c) **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI)** - destinado à formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 240 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2015 foi de R\$ 9.694 (R\$ 9.711 em 2014) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. (d) **Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR)** - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. O valor contratado em março de 2009 foi de R\$ 68.573, foi aportado em dezembro de 2012 com atualizações, resultando no montante de R\$ 199.975. O início da utilização do benefício ocorreu em maio de 2009 e por meio do termo que aprovou o aporte financeiro, foi aprovada a possibilidade de utilização até dezembro de 2020. Este incentivo não foi utilizado nos exercícios de 2014 e 2015. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício. De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano. Como obrigação pela fruição do benefício a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 5.250, composto por terrenos, edifícios e benfeitorias. As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Crédito Outorgado (Lei do Vestuário - GO), TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet, são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 116.451 em 2015 e R\$ 113.992 em 2014) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 18.201 em 2015 e R\$ 19.262 em 2014). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS. Em agosto de 2014, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) de nº 001-155/2014-GSF com a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, procedendo à alteração do TARE já firmado de nº 078/2011-GSF, relativo ao incentivo denominado Crédito Outorgado (Lei do Vestuário), com o objetivo de assegurar a manutenção e captação do referido benefício e doravante os consequentes benefícios de Imposto de Renda e Contribuição Social associados, oferecido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no Estado de Goiás, até o exercício de 2020, a título de subvenção para investimentos, mediante o estabelecimento de contrapartidas relacionadas a realização de investimentos e geração de atividade econômica no estado de Goiás, a saber:

- adimplência para com as obrigações tributárias estaduais;
- realização de investimentos para ampliação de sua atividade no estado de Goiás que resulte no aumento da capacidade produtiva em 5% (cinco por cento), até 2020, dos estabelecimentos fabris, frente à produção realizada no ano de 2013;
- promoção de treinamento e capacitação de mão de obra prioritariamente local a ser aproveitada nos estabelecimentos fabris;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• manutenção de 1.400 (um mil e quatrocentos) empregos diretos, considerados todos os estabelecimentos da Companhia no estado, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Os incentivos de Goiás usufruídos em 2015 foram assim caracterizados como subvenção para investimento e por conseguinte excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R\$ 32.887 (R\$ 30.664 em 2014). O incentivo estadual PROADI (usufruído no Rio Grande do Norte) também configura subvenção para investimento e no mesmo exercício gerou uma redução de R\$ 3.296 (R\$ 3.302 em 2014). O total da redução do Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente das subvenções para investimento em 2015 foi de R\$ 36.183, demonstrado na nota explicativa 34. Caso a Companhia necessite efetuar investimentos em ativo fixo para cumprimento de obrigações do referido benefício fiscal, esse montante será apropriado ao resultado em função da depreciação ou amortização dos ativos relacionados. A Companhia efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais (Proadi, Produzir, Fomentar, TTD e Lei do Vestuário) caracterizados como subvenção para investimento, no montante de R\$ 106.421 em 2015 (R\$ 99.901 em 2014) na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital.

20. PROVISÕES PARA RISCOS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Provisões para riscos:				
Trabalhistas (a)	1.700	1.445	2.607	2.539
Tributárias (b)	-	-	3.117	2.915
Cíveis (c)	-	-	3.747	2.092
	1.700	1.445	9.471	7.546
Outras Provisões:				
Despesas comerciais (d)	16.766	16.738	-	-
Despesas administrativas (e)	4.188	3.492	1.788	3.030
	20.954	20.230	1.788	3.030
	22.654	21.675	11.259	10.576

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconhecem um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 2.744 (R\$ 2.357 em 31 de dezembro de 2014). (b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, INSS maternidade, Taxa coleta de lixo e ICMS para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. (c) Cíveis - principal montante refere-se à ação indenizatória nos autos do processo nº 583.00.1997.207326-0, junto à 17ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, que resulta no montante de R\$ 1.437 e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 2.487. (d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas e provisões referente a campanhas de vendas. (e) Provisão para despesas administrativas - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários advocatícios e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

	2013				2014				2015			
	Saldo em	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em	Adições	Reversões	Utilização
Provisões para riscos:												
Trabalhistas	3.604	2.961	-	(2.581)	3.984	2.605	(178)	(2.104)	4.307			
Tributárias	2.747	168	-	-	2.915	202	-	-	3.117			
Cíveis	1.829	315	(40)	(12)	2.092	2.765	(1.036)	(74)	3.747			
	8.180	3.444	(40)	(2.593)	8.991	5.572	(1.214)	(2.178)	11.171			
Outras Provisões:												
Despesas comerciais	18.999	65.159	-	(67.420)	16.738	66.785	-	(66.757)	16.766			
Despesas administrativas	5.405	29.310	-	(28.193)	6.522	32.833	-	(33.379)	5.976			
Provisão participação nos resultados	7.149	6.638	(5.970)	(7.817)	-	3.522	(3.522)	-	-			
	31.553	101.107	(5.970)	(103.430)	23.260	103.140	(3.522)	(100.136)	22.742			
	39.733	104.551	(6.010)	(106.023)	32.251	108.712	(4.736)	(102.314)	33.913			

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da Administração foram realizadas conforme a seguir:

(a) Operações com pessoal-chave da Administração - A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 173.461 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 196.808 em 31 de dezembro de 2014). Em relação às contingências possíveis tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal através dos Processos Administrativos Fiscais números 13971.721768.2012-37 decorrente de Auto de Infração de CIDE, 13971.721769/2012-71, decorrente de Auto de Infração de IRPJ e CSLL, que somados compõe o montante de R\$ 61.988; 13971.723247/2014-76 e 13971.720699/2011-53, decorrentes de lançamento de Ofício exigindo contribuições previdenciárias, que somados compõe o montante de R\$ 30.127 e; diversas compensações não homologadas relativas a pagamentos a maior de IRPJ e CSLL relativos ao ano calendário de 2010, que somadas resultam no montante de R\$ 6.497, e de COFINS, do ano calendário 2008, no montante de R\$ 4.617 todos apontados como perda possível na opinião dos Advogados patronos dos recursos. A Companhia litiga na esfera administrativa estadual em Goiás, nos processos números 4.01.13.015551.22, 4.01.13.019996.08 e 4.01.13.020196.40, decorrentes de Autos de Infração de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, de Telecomunicações e de Energia Elétrica) no montante de R\$ 5.782, apontados como perda possível na opinião dos Advogados patronos dos recursos. No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito n. 2336991 e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim n. 12.205-5. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim n. 12.205-5 (Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 583.00.2012.195973-0, em trâmite perante a 43ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital). O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA. Em sede de embargos à execução, a Companhia demonstrou que a dívida em questão foi totalmente quitada. Adicionalmente, a Companhia ofertou exceção de pré-executividade arguindo basicamente a ocorrência da prescrição do direito de ação na hipótese. Os embargos à execução ainda não foram processados, aguardando o julgamento definitivo da exceção de pré-executividade. A exceção ofertada foi acolhida pelo juiz da causa, que proferiu sentença extinguindo a execução. A Massa Falida do Banco Santos interpôs recurso contra a sentença. O recurso foi respondido. Por ocasião do julgamento ocorrido em 20 de outubro de 2014, o recurso foi provido pelo Tribunal de São Paulo, que entendeu não ter ocorrido a prescrição. Contra essa decisão a Companhia já interpôs embargos de declaração em 03 de dezembro de 2014, pendente de julgamento, e pretende na sequência interpor recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça. Por último, o quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito nº 2336991 (Ação Monitória nº 2012.189676-0, em trâmite perante a 28ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital), cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Aos 09 de abril de 2013, a Companhia foi citada para apresentar defesa, o que foi feito no prazo legal. Em sentença de 01 de agosto de 2014 o juiz da causa julgou procedente a monitoria em favor da Massa Falida do Banco Santos. Aos 29 de agosto de 2014 a Companhia interpôs recurso de apelação contra a decisão, o qual aguarda processamento e posterior julgamento. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até dezembro de 2015 (sem o cômputo dos juros legais) resulta em R\$ 101.441. A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R\$ 67.143 e possível para R\$ 34.298.

são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27. Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração, representado por seu Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Honorários da Administração	8.544	8.293	8.578	8.315
Benefícios de curto prazo	940	901	940	901
Outros (INSS)	1.705	1.659	1.705	1.659
Plano baseado em ações	4.598	4.162	4.598	4.162
	15.787	15.015	15.821	15.037

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição. **(b) Outras transações com partes relacionadas** - As transações referem-se aos contratos de mútuos. O prazo de vigência destes contratos é indeterminado.

	Controladora		Consolidado	
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
	2015	2014	2015	2014
VH Serviços e Construções S.A.	-	239	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	-	-	7
Garema Malhas Ltda.	-	98	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	1.786	4.121
	-	337	1.786	4.128

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou à operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. No ano de 2015, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 3.027 (R\$ 2.428 em 31 de dezembro de 2014), reconhecido no resultado no grupo de custos. Em 24 de novembro de 2014, a Cia. Hering realizou a compra dos créditos referente IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL respectivamente, no montante de R\$ 1.921, de suas empresas controladas (Garema Indústria e Comércio Ltda., VH Serviços e Construções S.A., Têxtil Santa Catarina Ltda. e HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.), conforme avençado em Contrato de Cessão de Créditos entre as partes, para serem utilizados na quitação integral da modalidade de parcelamento previsto no art. 3º da Lei nº 11.941/09, com amparo no art. 33 da Lei nº 13.043/14, observadas as condições ali previstas. A cessão dos referidos créditos ocorreu de forma onerosa, pelo montante registrado contabilmente nas empresas controladas. Em outubro e novembro de 2015 ocorreram algumas operações de venda de pontos comerciais detidos pela Companhia para empresa franqueada relacionada a alguns Administradores da Companhia. O valor total da venda do ponto comercial e fundo de comércio perfaz o montante de R\$ 950. A Companhia entendeu que os termos do acordo apresentavam-se consistentes com os padrões de negócio vigentes. Em 31 de dezembro de 2015, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas. **(c) Vendas para partes relacionadas** - A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 31.412 (R\$ 25.751 em 31 de dezembro de 2014), do qual R\$ 9.724 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 6.952 em 31 de dezembro de 2014). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 15.210, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários, e mantém planos de assistência médica conforme descrito abaixo: **Plano de Previdência Privada** - Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única. O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2015 era de 266 pessoas, tendo contribuído no exercício com o montante de R\$ 1.085 e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizam, em 31 de dezembro de 2015, 8.893 pessoas, cujo valor contribuído pela patrocinadora referente ao benefício mínimo desses participantes no exercício totalizou R\$ 18. **Plano de Assistência Médica** - A Companhia possui os planos de assistência médica, Unimed e Sul América para seus funcionários (planos de benefício definido). Os participantes dos planos em 31 de dezembro de 2015 estavam assim apresentados:

	Planos	
	Unimed	Sul América
Empregados		
Empregados ativos	1.511	304
Empregados aposentados	27	23
Empregados desligados	54	19

A Companhia faz a avaliação atuarial do plano de assistência médica e contabiliza um passivo, correspondente à estimativa do incremento futuro no custo dos planos de saúde oferecidos aos seus funcionários em decorrência da possibilidade desses funcionários ao se aposentarem ou forem desligados, fazerem a opção por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos. Esta possibilidade está amparada pela Lei nº 9.656/98. No período pós emprego, o valor da mensalidade é custeado pelos beneficiários.

A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2015, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

(a) Saldos do plano de pensão e assistência médica - benefício definido

	Controladora e Consolidado			
	Previdência		Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	(27.117)	(22.182)	(14.372)	(10.616)
Valor justo dos ativos do plano	27.927	23.079	-	-
Efeito do teto de reconhecimento de ativo (asset ceiling)	(810)	(897)	-	-
Déficit (superávit)	-	-	(14.372)	(10.616)

A movimentação dos planos de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Previdência		Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	-	-	(10.616)	(9.507)
Reconhecido no resultado	(325)	(328)	(1.475)	(1.364)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	325	328	(2.281)	255
Saldo em 31 de dezembro	-	-	(14.372)	(10.616)

(b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado			
	Previdência		Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	22.182	21.492	10.616	9.507
Custos do serviço corrente e juros	348	328	202	197
Juros sobre obrigação atuarial (Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	4.337	(313)	2.440	(208)
Benefícios pagos no ano	(2.266)	(1.840)	(158)	(47)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	27.117	22.182	14.372	10.616

(c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado			
	Previdência		Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	23.079	21.733	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	2.646	2.544	-	-
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	4.071	285	-	-
Contribuições de empregador	397	357	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(2.266)	(1.840)	-	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	27.927	23.079	-	-

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2015 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R\$ 27.927, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R\$ 3.490. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

(d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado			
	Previdência		Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Custo do serviço corrente	348	328	203	197
Juros sobre as obrigações atuariais	2.516	2.515	1.272	1.167
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.646)	(2.544)	-	-
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	107	29	-	-
Total da despesa reconhecida	325	328	1.475	1.364

(e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado			
	Previdência		Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Montante acumulado em 1º de janeiro (Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	310	638	(1.621)	(1.366)
Montante acumulado em 31 de dezembro	(15)	310	660	(1.621)

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33(R1) e IAS19.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado				Previdência			Assistência Médica		
	Previdência		Assistência Médica		Cenários Projetados			Cenários Projetados		
	2016	2015	2016	2015	Cenários Base	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%	Cenário Base	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	112	348	273	203						
Juros sobre obrigação atuarial	3.355	2.516	1.838	1.272						
Rendimento esperado dos ativos	(3.490)	(2.646)	-	-						
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	107	107	-	-						
Remensuração do plano	-	57	-	-						
	84	382	2.111	1.475						
Impactos nas obrigações do plano de benefício definido										
Taxa de desconto	27.117	26.137	28.170	14.372	13.167	15.788				
Taxa de inflação	27.117	27.117	27.117	14.372	14.372	14.372				
Taxa de custos médicos	-	-	-	14.372	15.879	13.034				
Tabela de mortalidade (+1 -1)	27.117	27.551	26.668	14.372	14.994	13.760				
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	7,49	7,36	7,62	18,46	18,13	18,79				

Em 2015 foi reconhecido em despesa o montante de R\$ 325 e R\$ 1.475 referente aos planos de previdência e assistência médica respectivamente (R\$ 328 e R\$ 1.364 em 2014).

(g) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
	2015	2014	2013	2012	2011
Plano de previdência					
Valor presente das obrigações atuariais	(27.117)	(22.182)	(21.492)	(23.041)	(19.909)
Valor justo dos ativos do plano	27.927	23.079	21.733	21.746	19.616
Efeito do <i>asset ceiling</i>	(810)	(897)	(241)	-	-
(Déficit) superávit para planos cobertos	-	-	-	(1.295)	(293)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(4.337)	313	(1.933)	2.017	2.162
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	(4.071)	284	93	907	(235)
Plano de assistência médica					
Valor presente das obrigações atuariais	(14.372)	(10.616)	(9.507)	(17.826)	(12.862)
(Déficit) superávit	(14.372)	(10.616)	(9.507)	(17.826)	(12.862)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	2.440	(208)	(4.288)	2.505	-

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 425 com os planos de benefícios definidos durante o exercício.

(h) **Premissas atuariais** - A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado			
	Previdência		Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida				
Taxa de desconto nominal	13,20%	12,04%	12,89%	12,04%
Taxa de aumento nominal do salário	6,92%	6,92%	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de aumento de pensões	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de desconto nominal (despesa/receita)	12,04%	12,36%	12,04%	12,36%
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
<i>Health Care Cost Trend Rate</i>	N/A	N/A	3 % a.a.	3 % a.a.
Fator de Idade (<i>Aging Factor</i>)	N/A	N/A	0 até 24	0 até 24
			anos: 0,05%	anos: 0,05%
			25 até 54	25 até 54
			anos: 2,0%	anos: 2,0%
			55 até 79	55 até 79
			anos: 4,5%	anos: 4,5%
			80 para	80 para
			cima: 3,0%	cima: 3,0%

(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos

	2015	2014	2015	2014
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	19,6	19,6	19,6	19,6
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	19,6	19,6	19,6	19,6

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 *Male*, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez RRB-1944(EI) e (iii) Tábua de Mortalidade de Inválidos RRB-1944(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada. (i) **Análise de sensibilidade** - As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2015 que demonstram o efeito de um aumento ou uma redução de meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos previdenciários e nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros de custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) **Gerenciamento de riscos** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 10.317 (R\$ 11.758 em 31 de dezembro de 2014) representativos de 2,01% do saldo de contas a receber em aberto (2,22% em 31 de dezembro de 2014), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) **Exposição a riscos de créditos** - O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	108.093	182.036
Aplicações financeiras	2.994	2.199
Contas a receber de clientes	513.651	528.899
Outras contas a receber	16.788	10.569
Instrumentos financeiros derivativos	4.620	7.504

(ii) **Perdas por redução no valor recuperável** - O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
	2015	2014
Contas a receber		
A vencer	494.709	511.042
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	6.312	5.425
De 31 a 90 dias	3.776	3.448
De 91 a 180 dias	2.473	2.826
De 181 a 360 dias	4.080	4.163
Acima de 360 dias	2.301	1.995
	513.651	528.899

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(11.758)	(10.768)
Adições	(5.838)	(5.280)
Baixas	7.279	4.290
Saldo no final do exercício	(10.317)	(11.758)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

do título contra o resultado do exercício. (iii) **Garantias** - A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Consolidado	
	2015	2014
Instrumentos de taxa variável (Ativos financeiros)	101.717	154.393
Instrumentos de taxa fixa (Passivos financeiros)	(1.308)	(23.422)

- Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

- Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2015, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2015:

	Taxa média de juros	Consolidado						Superior a 3 anos	Total
		Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 anos		
Caixa e equivalentes de caixa	-	108.093	-	-	-	-	-	108.093	
Cientes e outras contas a receber	0,85%	185.013	251.296	73.083	-	-	-	509.392	
Incentivos fiscais	0,60%	(1.675)	(2.446)	(7.480)	(1.508)	(1.578)	(163)	(14.850)	
Fornecedores e outras contas a pagar	1,12%	(96.722)	(56.117)	(13.210)	(118)	-	-	(166.167)	
Instrumentos financeiros derivativos	1,22%	2.302	1.577	803	-	-	-	4.682	
		<u>197.011</u>	<u>194.982</u>	<u>53.833</u>	<u>(1.626)</u>	<u>(1.578)</u>	<u>(163)</u>	<u>442.459</u>	

A Companhia possui junto a instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3 (m). Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo em relação aos prazos praticados para pagamento. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência da operação realizada. Em 31 de dezembro de 2015, o montante dessa operação totalizava R\$ 43.166 (R\$ 32.935 em 31 de dezembro de 2014).

- Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2015	2014
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	2.614	7.743
Contas a receber (nota explicativa 7)	17.368	11.547
Fornecedores	(14.798)	(34.653)
Instrumentos financeiros derivativos (nocional value)	71.067	74.374
	<u>76.251</u>	<u>59.011</u>

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações de matéria-prima, produto acabado e tecidos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha o montante de USD 22.995 mil em cartas de crédito referentes a importações contratadas junto aos fornecedores.

- Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

(b) **Instrumentos financeiros - valor justo** - O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil	2015 Valor justo	2014 Valor contábil	2014 Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	108.093	108.093	182.036	182.036
Custo amortizado:				
Aplicações financeiras restritas -				
Títulos mantidos até o vencimento	2.994	2.994	2.199	2.199
Clientes e outras contas a receber	500.919	500.919	513.059	513.059
Empréstimos e financiamentos	(1.308)	(1.308)	(23.422)	(23.422)
Fornecedores e outras contas a pagar	(162.911)	(162.911)	(180.812)	(180.812)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	138	138	508	508
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de <i>hedge</i>	4.482	4.482	6.996	6.996

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.
- Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

(c) **Gestão de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se: Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2015 estão abaixo apresentados:

Indicadores de Gestão de Capital	Consolidado	
	2015	2014
Dívida Curto Prazo	(1.308)	(23.422)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	108.093	182.036
Caixa Líquido	<u>106.785</u>	<u>158.614</u>

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre. (d) **Análise de sensibilidade - Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio** - A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2015 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no exercício de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Consolidado						
	Saldo 2015	Provável	Possível	Remoto			
	R\$	Taxa	Ganho	Taxa	Ganho	Taxa	Ganho
		(Perda)	(Perda)		(Perda)		(Perda)
Caixa em moeda estrangeira	2.614	3,9048	-	4,8810	654	5,8572	1.307
Contas a receber	17.368	3,9048	-	4,8810	4.342	5,8572	8.684
Fornecedores	(14.798)	3,9048	-	4,8810	(3.700)	5,8572	(7.399)
Exposição e ganhos e perdas líquidos	5.184	-	-	1.296	-	2.592	-

Operação	Valor		Consolidado						
	Saldo 2015	Nocional 2015	Provável	Possível	Remoto				
	R\$	USD	Taxa	Ganho	Taxa	Ganho	Taxa	Ganho	
		Strike	(Perda)	(Perda)		(Perda)		(Perda)	
Instrumentos financeiros derivativos	4.620	18.200	3,5616	3,9048	1.626	4,8810	13.147	5,8572	30.914
Exposição e ganhos e perdas líquidos	4.620	18.200	-	1.626	-	13.147	-	30.914	-

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" da tabela acima. **(e) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. A Companhia mantinha operações de "compra" de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, designadas como *hedge accounting* a partir de 01 de novembro de 2013, cujo objeto de *hedge* refere-se às importações e compras futuras de mercadoria para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos são contabilizados no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2015 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Valor Justo Liquidado	Reconhecido em			
						Outros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes (represado) (*)	Resultado operacional	Resultado financeiro
27/04/2015	01/12/2015	3.000	3,8506	-	2.220	-	1.718	748	(246)
27/04/2015	04/01/2016	3.000	3,9048	2.302	-	2.164	-	-	138
09/12/2015	01/03/2016	4.000	4,0355	752	-	752	-	-	-
09/12/2015	01/03/2016	4.200	4,0355	790	-	790	-	-	-
09/12/2015	01/04/2016	4.000	4,0742	776	-	776	-	-	-
		18.200		4.620	2.220	4.482	1.718	748	(108)

(*) O valor reconhecido em Outros resultados abrangentes represado, será realizado contra rubrica de Resultado operacional no momento em que o item objeto de *hedge* afetar o resultado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha um nocional de instrumentos derivativos de USD 18.200 (USD 15.200 referente operações em aberto e USD 3.000 referente a operações liquidadas) e, essas operações acumulavam um saldo credor referente à variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações de valor justo de R\$ 4.620 registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante. Como contrapartida, foram registrados os seguintes valores nas seguintes rubricas: R\$ 4.482 em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R\$ 2.958 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) e R\$ 138 reconhecido como Receita Financeira. Adicionalmente, o montante de R\$ 2.220 foi liquidado gerando ganho de R\$ 1.718 (R\$ 1.134 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social

Diferidos) represado em Outros Resultados Abrangentes, R\$ 748 reconhecido como receita em Resultado Operacional e R\$ 246 reconhecido como despesa em Resultado Financeiro. As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 somaram um Nocional de USD 63.660, gerando um valor que representou um ganho de R\$ 21.610 para a Companhia, dos quais, R\$ 10.993 como Receita Financeira (R\$ 10.170 em 2015 e R\$ 823 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 10.617 como receita em Resultado Operacional (R\$ 9.977 em 2015 e R\$ 640 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2014 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Valor Justo Liquidado	Reconhecido em			
						Outros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes (represado) (*)	Resultado operacional	Resultado financeiro
24/06/2014	01/12/2014	4.000	2,3406	-	955	-	603	153	199
24/06/2014	02/01/2015	3.000	2,3590	950	-	771	-	-	179
24/06/2014	02/01/2015	3.000	2,3590	950	-	835	-	-	115
24/06/2014	02/02/2015	2.000	2,6680	614	-	611	-	-	3
20/08/2014	02/02/2015	3.000	2,3327	932	-	372	-	358	202
20/08/2014	02/02/2015	3.000	2,3327	932	-	678	-	131	123
20/08/2014	02/03/2015	3.000	2,3496	936	-	936	-	-	-
20/08/2014	02/03/2015	4.000	2,3496	1.248	-	1.248	-	-	-
20/08/2014	01/04/2015	3.000	2,3676	942	-	942	-	-	-
		28.000		7.504	955	6.393	603	642	821

(*) O valor reconhecido em Outros resultados abrangentes represado, foi realizado contra rubrica de Resultado operacional no momento em que o item objeto de *hedge* afetou o resultado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha um nocional de instrumentos derivativos em aberto de USD 28.000 e, essas operações acumulavam um saldo credor referente à variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações de valor justo de R\$ 7.504 registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante. Como contrapartida, foram registrados os seguintes valores nas seguintes rubricas: R\$ 6.393 em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R\$ 4.219 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos), R\$ 622 como Receita Financeira e R\$ 489 como receita em Resultado Operacional. Adicionalmente, o montante de R\$ 955 foi liquidado gerando ganho de R\$ 603 (R\$ 398 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) represado em Outros Resultados Abrangentes, R\$ 153

reconhecido em Resultado Operacional e R\$ 199 como Resultado Financeiro. As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 somaram um Nocional de USD 96.200, gerando um valor que representou uma perda de R\$ 6.253 para a Companhia, dos quais, R\$ 407 como Despesa Financeira (R\$ 752 em despesa em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 345 em receita no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013), e R\$ 5.846 como despesa em Resultado Operacional (R\$ 6.043 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 198 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social - O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e integralizado é composto por 163.771.187 ações ordinárias (incluídas as 2.892.700 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2015		2014	
Coronation Fund Managers Ltd. (*)	24.370.992	14,9%	24.697.759	15,0%
Gávea Investimentos Ltda.	16.381.359	10,0%	-	-
Investimento e Participação INPASA S.A.	11.964.724	7,3%	11.964.724	7,3%
Ivo Hering	11.768.370	7,2%	11.768.370	7,1%
Cambuhy Investimentos Ltda.	9.983.500	6,1%	-	-
Templeton Asset Management, Ltd. (**)	8.576.300	5,2%	-	-
Arx Investimentos Ltda.	8.024.788	4,9%	8.345.256	5,1%
Outros	72.701.154	44,4%	107.835.078	65,5%
	163.771.187	100%	164.611.187	100%

(*) Gestor com sede na África do Sul

(**) Gestor com sede em Singapura

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social de R\$ 313.086, para R\$ 346.368, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de Reserva Legal no montante de R\$ 33.282. Nessa Assembleia também foi aprovado o cancelamento de 840.000 ações ordinárias de emissão da Companhia no montante de R\$ 15.547, que se referem a parte do saldo das ações que se encontram em tesouraria, sem redução do valor do Capital Social, utilizando parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros. **(b) Ações em tesouraria** - Em 24 de julho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2008. A quantidade a recomprar estava limitada a 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia, que corresponde a 3,88% do total de 128.854.790 das ações ordinárias em circulação. O prazo para a aquisição das ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações Ordinárias iniciou em 24 de julho de 2014, encerrando-se em 25 de julho de 2015. Em 29 de julho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Novo Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2008. A quantidade a recomprar está limitada a 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias da Companhia, que corresponde a 6,38% do total de 125.438.290 das ações ordinárias em circulação. O prazo máximo para a aquisição das ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações Ordinárias será de 365 dias, contados a partir de 29 de julho de 2015, encerrando-se em 27 de julho de 2016, cabendo a Diretoria definir as datas em que a recompra será efetivamente executada. Em 31 de dezembro de 2015 as ações em tesouraria possuíam a seguinte composição:

	Quantidade (milhares)	Custo médio - R\$ (*)	Custo total - R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2014	577	20,59	11.882
Recompra (1º Programa)	3.156	14,25	44.988
Cancelamento (1º Programa)	(840)	18,51	(15.547)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.893	14,28	41.323

(*) Inclui corretagem e taxas da BM&FBovespa e CBLIC.

(c) Reserva de capital - Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

(d) Reservas de lucros**• Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	281.170
Reserva legal 5%	14.059

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2015, o montante constituído de reserva de retenção de lucros de R\$ 27.601, destina-se para fazer face a novos investimentos em função do orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2016.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais - Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 19) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2015	2014
Lei do Vestuário - GO	186.918	90.190
Pró-Emprego - SC	87.084	87.084
Proadi - RN	80.930	71.236
Fomentar - GO	31.750	31.750
Produzir - GO	6.562	6.562
Lucro Exploração IRPJ	29.449	29.461
Redução Reinvestimento IRPJ	1.605	1.605
	424.298	317.888

Em 2015, constituiu-se Reserva de Incentivos Fiscais no montante de R\$ 106.422, referente Subvenção para Investimentos. Adicionalmente, houve o ajuste de R\$ (12) na Reserva de Lucro Exploração IRPJ.

(e) Remuneração aos acionistas - O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	281.170
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(106.410)
(-) Reserva legal	(14.059)
Base de cálculo	160.701
Dividendos obrigatórios (25%) - pagos antecipadamente	40.175
Dividendos adicionais e Juros sobre Capital Próprio deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras	51.870
	92.045

Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos à aprovação da AGO 39.994

Durante o exercício de 2015 foi pago o montante de R\$ 92.045, correspondente aos dividendos obrigatórios de R\$ 40.175 e dividendos e juros sobre capital próprio deliberados e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras de R\$ 51.870. Do montante total pago, R\$ 29.988 referem-se à dividendos deliberados em reunião do Conselho de 28 de outubro de 2015 para pagamento em 11 de novembro de 2015, e R\$ 62.057 referem-se a juros sobre capital próprio conforme descrito na nota explicativa 25. A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, adicionalmente ao montante já pago de R\$ 92.045, a Administração propõe o montante de R\$ 39.994 de dividendos adicionais que representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)
27.871	161.569 (*)	0,1725
29.988	160.878 (*)	0,1864
34.186	160.878 (*)	0,2125
39.994	160.878 (*)	0,2487 (**)
132.039		0,8201

(*) A quantidade de ações considerada para cálculo está líquida das ações em tesouraria.

(**) O valor do dividendo por ação poderá ser modificado em razão do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações dentro do Plano de Recompra de Ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo das reservas de lucros (exceto reservas de incentivos fiscais) excede o capital social em R\$ 26.113, após feitas todas as destinações previstas na legislação societária. Conforme previsto no Art.199 da Lei nº 6.404/76 a Administração irá propor à Assembleia a utilização do montante de R\$ 13.057 para aumento de capital, de parte do saldo da reserva de retenção de lucros.

(f) Outros resultados abrangentes - O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi, Plano de Saúde (nota explicativa 22) e instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 23).

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi pago aos acionistas o montante de: (i) R\$ 23.943 (líquido do IRRF no montante de R\$ 3.928) correspondente ao ano de 2015, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2015; (ii) R\$ 29.602 (líquido do IRRF no montante de R\$ 4.584) correspondente ao ano de 2015, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2015.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2015 não houve provisão para participação nos resultados (R\$ 668 em 31 de dezembro de 2014).

27. PROGRAMA DE STOCK OPTIONS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui em aberto o 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º programa de *stock options* (opções de ações) instituídos no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008. A aprovação em reunião do Conselho de Administração, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa	8º Programa	9º Programa
Data de aprovação	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15
Quantidade de ações outorgadas	184.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112
Preço de exercício - R\$/ação	36,67	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64

As ações outorgadas no primeiro e segundo programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários. O número de ações mencionados no 3º programa refere-se à quantidade de ações antes do desdobramento ocorrido em 29 de outubro de 2010. Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento das ações

para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções. Do número total de 6.196.978 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º programa) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 633.036 durante o exercício de 2010, 708.035 durante o exercício de 2011, 793.785 durante o exercício de 2012, 387.288 durante o exercício de 2013 e 174.000 foram canceladas no exercício de 2009, 47.600 no exercício de 2013 e 365.297 durante o exercício de 2015. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2015, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,70% (1,10% em 31 de dezembro de 2014).

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º programas, e o modelo Binomial para o 6º, 7º, 8º e 9º programa (utilizou-se esse método pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características). O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 5.573 (R\$ 4.787 em 31 de dezembro de 2014).

As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método Black & Scholes para o 1º ao 5º programa e Binomial para o 6º ao 9º programa, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa	8º Programa	9º Programa	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	R\$/ação
Preço de fechamento	10,42	11,04	41,5	33,5	45,91	43,5	30,56	21,79	11,64	R\$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	2,75%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	43,71%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	5,50%	a.a.
Taxa de desligamento (*)	-	-	-	-	-	1,01%	1,01%	1,10%	5,00%	a.a.
Taxa de desligamento (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	15,00%	a.a.
Market to Strike Ratio	-	-	-	-	-	2,33	2,33	2,25	2,25	
Cupom de IPCA (**)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	6,65%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17	11,87	8,8	5,38	3,87	R\$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	3.134	641	5.128	4.404	R\$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento (***)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros.

(**) Taxa de juros livre de risco.

(***) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programas.

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º programas foram obtidas diretamente do serviço Bloomberg e para o 4º programa foram retiradas diretamente do serviço Economatica. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de

Derivativos - Taxas de Mercado para Swaps". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das Stock Options. Os períodos analisados foram:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa	8º Programa	9º Programa
Data de início	30/mai/07	29/mai/08	28/mai/09	31/mai/10	09/mai/11	30/set/10	31/ago/10	23/mai/11	29/jul/08
Data de término	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções está demonstrado a seguir:

	2015		2014	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	1.812.122	32,73	858.272	37,97
Opções outorgadas	1.335.112	12,64	953.850	25,05
Opções canceladas	(365.297)	27,81	-	-
Opções em circulação no final do exercício	<u>2.781.937</u>	26,62	<u>1.812.122</u>	32,73
Opções exercíveis no final do exercício	799.103	39,75	433.418	35,08

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita de venda mercado interno	1.610.456	1.740.446	1.614.267	1.744.029
Receita de venda em lojas próprias	283.714	274.257	283.714	274.257
Receita de venda mercado externo	42.836	35.063	42.836	35.063
Receita de royalties	20.710	21.421	20.710	21.421
Devoluções	(61.426)	(63.747)	(61.426)	(63.747)
Receita bruta de vendas	1.896.290	2.007.440	1.900.101	2.011.023
Ajuste a valor presente - Receita	(39.358)	(36.328)	(39.358)	(36.328)
Ajuste a valor presente - ICMS	20	197	20	197
Abatimentos e Repasse IBCC	(1.063)	(7.919)	(1.063)	(7.919)
Impostos sobre as vendas	(270.596)	(288.477)	(270.811)	(288.679)
Deduções da receita	(310.997)	(332.527)	(311.212)	(332.729)
Receita líquida	1.585.293	1.674.913	1.588.889	1.678.294

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Custos dos bens ou serviços vendidos:		
Matéria prima e material de revenda	575.494	580.179
Salários, encargos e benefícios	163.870	161.816
Depreciação	25.848	20.887
Mão-de-obra	148.919	141.910
Energia	10.865	6.865
Outros Custos	36.339	32.876
	961.335	944.533

30. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas comissões s/ vendas	61.067	66.390	61.067	66.390
Despesas fretes s/ vendas	43.544	39.969	43.544	39.969
Despesas com pessoal	73.991	69.925	73.991	69.925
Despesas com propaganda, publicidade e promoções	58.713	43.157	58.713	43.157
Despesas com locação de imóveis	32.518	28.641	32.518	28.641
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.838	5.280	5.838	5.280
Despesas com amostras e desenv. de produtos	13.878	12.855	13.878	12.855
Despesas com viagens e estadias	6.970	7.173	6.970	7.173
Despesas com serviços de terceiros	16.573	15.771	16.573	15.771
Outras despesas	5.386	2.961	5.402	2.965
	318.478	292.122	318.494	292.126

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas com pessoal	23.357	20.678	23.357	20.678
Despesas com serviços de terceiros	9.004	9.222	9.004	9.222
Despesas com propaganda institucional	1.640	1.771	1.640	1.771
Despesas com serviços de TI	4.533	3.399	4.533	3.399
Despesas com doações	1.005	3.196	1.005	3.196
Despesas com viagens	1.554	1.408	1.554	1.408
Despesas com locação	2.207	2.253	2.207	2.253
Outras despesas	2.204	2.707	2.211	3.038
	45.504	44.634	45.511	44.965

32. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	6.094	168	6.094	168
Indenização recebida de sinistro	1.460	2.264	1.460	2.264
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	1.889	551	1.889	551
Outras	2.411	573	2.411	573
	11.854	3.556	11.854	3.556
Outras despesas operacionais				
Constituições e reversões de provisões trabalhistas e cíveis	(2.387)	(2.770)	(2.531)	(2.770)
Plano de ações	(5.573)	(4.787)	(5.573)	(4.787)
Avaliação atuarial plano de saúde e previdência	(1.800)	(1.692)	(1.800)	(1.692)
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(602)	(766)	(602)	(766)
Provisão perda estoque (b)	(5.838)	-	(5.838)	-
Indenizações trabalhistas (c)	(10.330)	(3.768)	(10.330)	(3.768)
Outras	(3.120)	(2.473)	(3.123)	(2.512)
	(29.650)	(16.256)	(29.797)	(16.295)
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	(17.796)	(12.700)	(17.943)	(12.739)

(a) Refere-se principalmente a créditos de PIS e Cofins de exercícios anteriores, incidentes sobre mercadorias e serviços classificáveis como insumos, sobre imobilizado relacionado ao processo produtivo e edificações/benfeitorias. (b) Refere-se à provisão para perda de estoques de insumos obsoletos e produto acabado de segunda qualidade. (c) Indenização trabalhista referente à reorganização da estrutura.

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	19.475	20.063	19.475	20.063
Juros sobre tributos recuperados	1.877	717	1.877	717
Ajuste a valor presente	37.396	36.092	37.396	36.092
Receita com derivativos	10.062	69	10.062	69
Outras receitas	7.388	7.350	9.151	7.824
	76.198	64.291	77.961	64.765
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(643)	(1.779)	(643)	(1.779)
Encargos financeiros sobre tributos	(2.422)	(3.849)	(2.422)	(3.849)
Ajuste a valor presente	(19.467)	(16.421)	(19.467)	(16.421)
Atualização provisões para riscos	(2.129)	(1.002)	(2.129)	(1.002)
IOF sobre operações financeiras	(1.826)	(100)	(1.826)	(100)
Outras despesas	(6.617)	(4.797)	(7.177)	(4.010)
Variação cambial passiva líquida	(7.471)	(3.257)	(4.821)	(3.257)
	(40.575)	(31.205)	(38.485)	(30.418)
Resultado financeiro líquido	35.623	33.086	39.476	34.347

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Impostos correntes:				
Contribuição social	102	(21.794)	(13)	(22.088)
Imposto de renda	1.939	(51.840)	1.644	(51.954)
	2.041	(73.634)	1.631	(74.042)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	6.456	(166)	6.456	331
Imposto de renda	17.908	(459)	17.908	965
	24.364	(625)	24.364	1.296

(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido antes de impostos	254.765	393.117	255.175	391.613
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(86.620)	(133.660)	(86.760)	(133.148)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	2.324	1.955	-	-
Subvenção para investimento (i)	36.183	33.966	36.183	33.966
Juros sobre capital próprio	21.099	15.589	21.099	15.589
Variação cambial liquidação Euronotes (ii)	53.533	-	53.533	-
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	-	4.109	-	4.109
Redução IRPJ Lucro da Exploração	-	5.527	-	5.527
Outras adições (exclusões) permanentes	(114)	(1.745)	1.940	1.211
Imposto de renda e contribuição social	26.405	(74.259)	25.995	(72.746)
Imposto de renda e contribuição social corrente	2.041	(73.634)	1.631	(74.042)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24.364	(625)	24.364	1.296
Alíquota efetiva	(10%)	19%	(10%)	19%

(i) Refere-se aos benefícios fiscais PRODUIR, PROADI, TTD e Crédito Outorgado (Lei do vestuário), mencionados na nota explicativa 19. (ii) Em setembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa 13, ocorreu a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira Eurobonus, que a Companhia mantinha com a sua Controlada Hering Overseas Ltd. A variação cambial passiva decorrente da operação sobre o valor de principal e juros foi de R\$ 157.450, gerando uma redução de R\$ 53.533 na rubrica de provisão com imposto de renda e contribuição social. Em 2010, na aplicação do Pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, amparada no item 39, a Companhia efetuou a reversão do imposto de renda diferido sobre diferença temporária surgida em decorrência do empréstimo em moeda estrangeira mantido com a controlada Hering Overseas, em função de possuir pleno controle sob a periodicidade desta diferença temporária e da remota possibilidade de que esta diferença se revertesse no futuro. Ainda, conforme descrito na nota explicativa 13, em 19 de agosto de 2015 a Administração obteve a aprovação do Conselho de Administração para proceder a dissolução, liquidação e extinção da controlada, assim no mês de agosto a Companhia voltou a efetuar o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a variação cambial do empréstimo.

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Constituição (reversão) sobre adições temporárias	4.104	(906)	4.104	(906)
Reversão sobre exclusões temporárias	1.241	163	1.241	163

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Constituição sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	18.901	-	18.901	1.921
Realização da correção monetária do ativo próprio	118	118	118	118
	24.364	(625)	24.364	1.296

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

(a) **Lucro básico por ação** - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	281.170	318.858
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	164.058	164.611
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(2.103)	(29)
	161.955	164.582
Lucro básico por ação - R\$	1,7361	1,9374

(b) **Lucro diluído por ação** - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	281.170	318.858
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	161.955	164.582
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	2.782	1.812
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.737	166.394
Lucro diluído por ação - R\$	1,7068	1,9163

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 84 (87 em 31 de dezembro de 2014) contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2015	2014
Até um ano	24.170	18.875
Acima de um ano e até cinco anos	38.282	33.960
Acima de cinco anos	2.241	1.650
	64.693	54.485

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2015	2014
Despesas com arrendamento mercantil operacional	40.640	36.091

DIRETORIA

Fábio Hering - Diretor Presidente
Alessandra Cristina da Costa Morrison - Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização
Edson Amaro - Diretor de Marcas
Edgar de Oliveira Filho - Diretor Industrial
Frederico de Aguiar Oldani - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Marciel Eder Costa - Diretor Administrativo
Moacyr José Matheussi - Diretor de Suprimentos
Ronaldo Loos - Diretor Comercial

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Varejo, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	2015	2014
Hering	1.415.010	1.482.569
Hering Kids	204.776	213.268
PUC	130.161	155.832
DZARM.	82.428	99.543
Outras	24.890	24.748
Receita bruta mercado interno	1.857.265	1.975.960
Receita bruta mercado externo	42.836	35.063
Receita bruta total	1.900.101	2.011.023

Canal	Consolidado	
	2015	2014
Varejo	815.899	933.326
Franquias	727.018	745.551
Webstore	31.599	25.381
Lojas próprias	257.859	246.954
Outras	24.890	24.748
Receita bruta mercado interno	1.857.265	1.975.960
Receita bruta mercado externo	42.836	35.063
Receita bruta total	1.900.101	2.011.023

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2015	2014
Receita bruta mercado interno	1.857.265	1.975.960
Receita bruta mercado externo	42.836	35.063
Receita bruta	1.900.101	2.011.023
Deduções da receita	(311.212)	(332.729)
Receita líquida	1.588.889	1.678.294

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2015 apenas 2,70% (2,09% em 31 de dezembro de 2014) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado). Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 145.571 para danos materiais, R\$ 35.318 para lucros cessantes e R\$ 27.000 para responsabilidade civil.

39. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering - Presidente
Anderson Lemos Birman - Conselheiro
Andrea Oliveira Mota Baril - Conselheira
Fábio Hering - Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior - Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits - Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior - Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

**Cia. Hering
Blumenau - SC**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 12 de Fevereiro de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP-011.609/O-8 F-SC
Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS-057.770/O-2

Deloitte.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 se mostrou bastante desafiador. Do lado da economia, as expectativas de crescimento foram paulatinamente revisadas para baixo ao longo do ano, com a economia terminando o ano em forte recessão com impactos negativos em renda, nível de emprego e consumo. Nesse ambiente, os resultados da Companhia foram impactados pela retração nas vendas e contração de margens, apesar das diversas ações tomadas pela Administração, desde as melhorias na oferta de produto implementadas no final de 2014, às ações de ajuste de estoques e melhoria de abastecimento nas redes de lojas ao longo do ano. Apesar de todas as dificuldades, encerramos o ano do nosso 135º aniversário com Lucro Líquido de R\$ 281,2 milhões, com níveis de rentabilidade e geração de caixa bastante saudáveis o que demonstra a força de nossas marcas e resiliência de nosso modelo de negócios.

A gestão de canais, um dos grandes focos de 2015, combinada com as melhorias na oferta de produtos iniciada no fim de 2014, suporta a estratégia de crescimento com base nas frentes de P&L (Produto & Loja). As ações de redução de estoques combinadas com as frentes de melhoria de abastecimento e VM (Visual Merchandising) ajudaram as redes de lojas compensar parte dos impactos negativos do ambiente econômico, principalmente no final do ano. Após diversos anos de forte expansão de nossa rede de distribuição, prezamos mais pela manutenção da base atual de lojas existentes com a adição de 13 lojas (líquidas de fechamentos). Nas redes de lojas, encerramos 2015 com 840 unidades no Brasil, além de 17 no exterior. Já no canal multimarcas, atingimos 18.228 clientes. As *webstores*, 5 no total, responderam bem aos investimentos feitos na nova plataforma de *e-commerce*, com mais estabilidade e melhor experiência de compra, apresentando o maior crescimento dentre os canais operados pela Companhia.

Esse foi também um ano de investimento em nossas marcas. A marca DZARM. foi relançada com foco no público feminino, novo plano de negócios, suporte de mídia, além da inauguração de 2 lojas *flagships*. A Hering for you segue em fase de maturação com a abertura da terceira loja da marca além de importantes ajustes na oferta de produtos. Nas marcas já estabelecidas, a marca Hering permanece entre as 20 Marcas Brasileiras mais Valiosas, segundo a Interbrand, com importantes evoluções na estratégia de comunicação ao longo do ano. Já as marcas infantis, PUC e Hering Kids, passaram por pequenos ajustes em seu posicionamento a fim de aumentar sua complementariedade, com destaque para a segunda, que apresentou um dos melhores desempenhos de vendas da Companhia no ano.

O ano de 2015 foi marcado por importantes investimentos nas frentes de gestão, produção e tecnologia. Através do lançamento do programa "Varejão" orientamos as lideranças da Companhia para um maior foco na gestão de varejo, em linha com a estratégia de crescimento com as frentes de Produto & Loja (P&L). Também foi inaugurada uma nova unidade produtiva em São Luís de Montes Belos, que passa a concentrar diversas atividades do nosso processo produtivo em Goiás. Na parte de tecnologia, finalizamos o desenvolvimento do SAP para as frentes de vendas e logística, o que foi efetivamente implementado a partir de janeiro de 2016.

Apesar dos esforços, nossos resultados foram negativamente impactados pela queda de vendas (-5,5%) e contração de margens, com EBITDA de R\$ 262,9 milhões (-33,6% vs 2014) e Margem EBITDA de 16,5%. Alinhado à nossa política conservadora de gestão financeira, encerramos o ano com endividamento muito próximo a zero e caixa líquido de R\$ 106,8 milhões, com distribuição de dividendos para o exercício (atual e proposta) de R\$ 132,0 milhões e R\$ 45,0 milhões utilizados para recompra de ações. Ainda assim, entendemos que os resultados estão aquém do potencial da Companhia.

Nosso modelo de negócio foi vivido e aprendido. Obtivemos importantes evoluções em 2015 que nos ajudarão a enfrentar as dificuldades do ambiente de negócios nos próximos anos. Assim, permanecemos confiantes em nossa estratégia e capacidade de criação de valor, a partir de um modelo de negócios diferenciado, marcas fortes, melhores padrões em Governança Corporativa e equipe de gestão coesa.

A Administração

DESEMPENHO DE VENDAS

	2015	2014	Var. 2015/2014
Receita Bruta (R\$ mil)			
Receita Bruta Total	1.900.101	2.011.023	(5,5%)
Mercado Interno	1.857.265	1.975.960	(6,0%)
Mercado Externo	42.836	35.063	22,2%
Receita Bruta Mercado Interno	1.857.265	1.975.960	(6,0%)
Hering	1.415.010	1.482.569	(4,6%)
Hering Kids	204.776	213.268	(4,0%)
PUC	130.161	155.832	(16,5%)
DZARM.	82.428	99.543	(17,2%)
Outras	24.890	24.748	0,6%
Participação Mercado Interno			
Multimarcas	815.899	933.326	(12,6%)
Franquias	727.018	745.551	(2,5%)
Lojas Próprias	257.859	246.954	4,4%
Webstore	31.599	25.381	24,5%
Total	1.832.375	1.951.212	(6,1%)
Multimarcas	44,5%	47,8%	-3,3 p.p.
Franquias	39,7%	38,2%	1,5 p.p.
Lojas Próprias	14,1%	12,7%	1,4 p.p.
Webstore	1,7%	1,3%	0,4 p.p.
Total	100,0%	100,0%	-

A abertura por canal não considera a linha "outras". As vendas brutas da Companhia totalizaram R\$ 1,9 bilhão em 2015, retração de 5,5% em comparação a igual período de 2014, afetadas pelos efeitos negativos do declínio do cenário macroeconômico ao longo do ano no ambiente de consumo e pelo maior conservadorismo dos canais de distribuição, que buscaram operar com menores níveis de estoque.

Em 2015 a Companhia implementou um plano incentivado para redução de estoques de coleções passadas nas redes de lojas, franquias e próprias, com duração de 06 meses (maio a outubro). A iniciativa buscou ajustar o estoque de produtos de coleções passadas, abrindo espaço para uma melhor estratégia de abastecimento a partir do fim do ano. O plano privilegiou o giro de mercadorias existentes na rede, o que afetou negativamente a venda das coleções durante o período de ajuste, normalizado a partir do 4T. As vendas às franquias recuaram 2,5% e nas lojas próprias cresceram 4,4% influenciadas pela abertura líquida de 5 lojas.

O efeito adverso proveniente da deterioração do ambiente econômico foi mais pronunciado no canal multimarcas, cujas vendas retrairam 12,6%, com fraco desempenho de todas as marcas, em especial PUC e DZARM. As vendas pelas *webstores* seguiram sua trajetória de crescimento de dois dígitos (+24,5%) face às melhorias contínuas realizadas após a implementação das novas plataformas, que dispõem de maior capacidade para transações e novas funcionalidades.

A marca Hering, caracterizada por ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, com posicionamento democrático e boa relação custo x benefício, apresentou decréscimo de 4,6% em vendas sobre 2014, influenciada negativamente pelo cenário adverso e fraco desempenho dos canais em que opera. Em 2015, em continuidade ao plano de negócios da marca, a Companhia realizou melhorias em sortimento, abastecimento e experiência de compra, sustentando os indicadores de relevância da marca, que permanecem fortes.

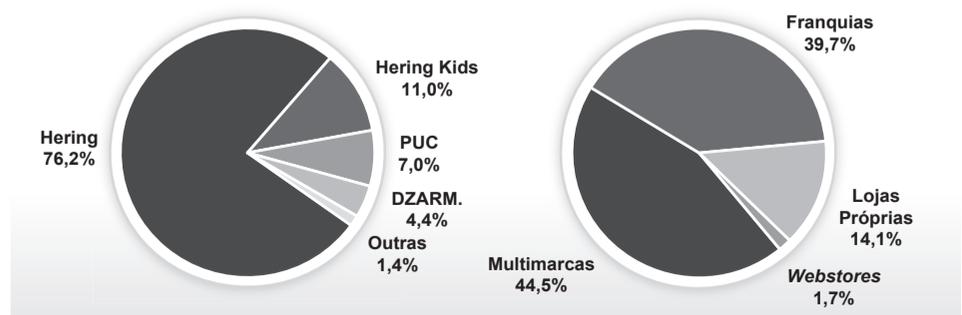
Nas marcas infantis, a Companhia seguiu aperfeiçoando sua estratégia combinada entre as marcas Hering Kids e PUC, com ajustes de estrutura e posicionamento ocorridos ao longo do ano a fim de aumentar sua complementariedade. Com foco em crianças de todas as classes sociais, a Hering Kids apresentou retração de 4,0% nas vendas, porém com bom desempenho na rede de lojas, apresentando o melhor crescimento de vendas da Companhia no critério "mesmas lojas", resultado das iniciativas implementadas. A marca PUC, focada em moda *fashion* e colorida para crianças de classes A e B, apresentou queda de 16,5% nas vendas, função do cenário desafiador somado aos ajustes realizados ao longo do ano em equipe e na rede de distribuição que culminaram com o fechamento de 10 lojas.

A Hering for you, com proposta de valor diferenciada para mulheres de classes A e B que buscam elegância sem abrir mão de conforto, segue sua trajetória de maturação. Outras duas lojas foram inauguradas em 2015 e a Companhia segue avaliando oportunidades de melhoria da estratégia de sortimento, com possível expansão da linha com inclusão de produtos *premium* e novas ocasiões de uso. A receita da Hering for you foi contabilizada junto à da marca Hering.

A DZARM., moda que exalta a sensualidade feminina para mulheres de classes A e B, registrou queda de 17,2% nas vendas em relação ao ano anterior, reflexo da eliminação da linha masculina que representava aproximadamente 30% das vendas da marca. Em 2015, após a revisão do plano de negócios, a Companhia inaugurou as 02 primeiras lojas da marca em shoppings conceituados de São Paulo.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia possui um modelo de distribuição multicanal, que possibilita que seus produtos cheguem ao consumidor final através de 840 lojas, 18.228 varejistas multimarcas e 05 *webstores*. Em 2015, as vendas brutas do mercado interno foram distribuídas da seguinte forma:



REDE DE LOJAS

Em 2015, a Companhia inaugurou 38 lojas no Brasil, sendo 22 Hering Store, 10 Hering Kids, 3 PUC e 1 Hering for you. Adicionalmente, as duas primeiras lojas da DZARM. foram inauguradas, após reposicionamento ocorrido no início de 2015. Ao longo do ano foram encerradas operações de 13 PUC, 9 Hering Store e 3 Kids, totalizando 25 lojas. Em outros países da América do Sul onde a Companhia possui operações, encerramos o ano com 17 lojas, mesmo número de 2014.

Quantidade de Lojas	2015	2014	2013
Total	840	827	760
Brasil	823	810	743
Hering Store	653	640	592
Própria	57	57	52
Franquia	596	583	540
Hering Kids	93	86	70
Própria	13	12	11
Franquia	80	74	59
PUC	72	82	80
Própria	8	7	7
Franquia	64	75	73
Hering for you	3	2	-
Própria	3	2	-
DZARM.	2	-	1
Própria	2	-	1
Mercado Internacional - Franquias	17	17	17

DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

As vendas totais da Hering Store, que considera apenas o desempenho da marca Hering na rede de lojas (próprias e franquias), apresentaram queda de 0,3% no ano, atingindo R\$ 1,6 bilhão. Em 2015, a Companhia deu continuidade à estratégia de Gestão de Abastecimento com o objetivo de aumentar o desempenho e eficiência das lojas. Com duração de 06 meses, o plano para ajuste de estoque de coleções passadas foi encerrado em outubro e obteve o resultado esperado: eliminação de grande parte dos itens de coleções antigas e possibilidade de melhor abastecimento para os próximos períodos, possibilitando melhor organização da loja e sortimento mais assertivo. De maneira geral, as lojas que apresentaram melhor gestão de abastecimento obtiveram melhor resultado ao longo do ano. As vendas de lojas próprias cresceram 3,2%, enquanto que as de franquias recuaram 0,9%.

As vendas medidas em lojas comparáveis (critério "mesmas lojas" existentes há pelo menos 12 meses) retrairam 3,5%, fruto do menor número de atendimentos e de peças vendidas.

Das 653 lojas de rede Hering Store, mais de 80 encontram-se no formato mais atual, que contempla avanços em *visual merchandising*, melhor organização de produtos com seções remodeladas para *jeans* e básicos, dentre outras melhorias.

	2015	2014	Var.
Desempenho da Rede Hering Store			
Número de Lojas	653	640	2,0%
Franquias	596	583	2,2%
Próprias	57	57	0,0%
Faturamento da Rede (R\$ mil) (1)	1.577.456	1.582.655	(0,3%)
Franquias (R\$ mil)	1.346.228	1.358.611	(0,9%)
Próprias (R\$ mil)	231.228	224.045	3,2%
Crescimento Same Store Sales (2)	(3,5%)	(5,8%)	2,3 p.p.
Área de Vendas (m²)	91.356	87.426	4,5%
Faturamento (R\$ por m²)	17.501	18.493	(5,4%)
Atendimentos	13.828.828	14.098.960	(1,9%)
Peças	28.925.449	29.394.293	(1,6%)
Peças por Atendimento	2,09	2,08	0,5%
Preço Médio (R\$)	54,54	53,84	1,3%
Ticket Médio (R\$)	114,07	112,25	1,6%

(1) Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell-out*).

(2) Comparado a igual período do ano anterior.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	2015	Part. (%)	2014	Part. (%)	Var. 2015/2014
Receita Bruta de Vendas	1.900.101	119,6%	2.011.023	119,8%	(5,5%)
Deduções de Venda	(311.212)	(19,6%)	(332.729)	(19,8%)	(6,5%)
Deduções de Venda Impostos	(388.305)	(24,4%)	(410.591)	(24,5%)	(5,4%)
Ajuste a Valor Presente	(39.358)	(2,5%)	(36.130)	(2,2%)	8,9%
Deduções de Venda Incentivos	116.451	7,3%	113.992	6,8%	2,2%
Receita Líquida de Vendas	1.588.889	100,0%	1.678.294	100,0%	(5,3%)
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(935.487)	(58,9%)	(923.646)	(55,0%)	1,3%
Custo dos Produtos Vendidos	(974.008)	(61,3%)	(959.431)	(57,2%)	1,5%
Ajuste a Valor Presente	20.320	1,3%	16.523	1,0%	23,0%
Subvenção para Custeio	18.201	1,1%	19.262	1,1%	(5,5%)
Lucro Bruto Caixa	653.402	41,1%	754.648	45,0%	(13,4%)
Depreciação e Amortização	(25.848)	(1,6%)	(20.887)	(1,2%)	23,8%
Lucro Bruto	627.554	39,5%	733.761	43,7%	(14,5%)
Despesas Operacionais	(411.855)	(25,9%)	(376.495)	(22,4%)	9,4%
Vendas	(318.494)	(20,0%)	(292.126)	(17,4%)	9,0%
Empresa	(225.766)	(14,2%)	(208.166)	(12,4%)	8,5%
Fixa	(119.891)	(7,5%)	(100.597)	(6,0%)	19,2%
Variável	(105.875)	(6,7%)	(107.569)	(6,4%)	(1,6%)
Lojas	(92.728)	(5,8%)	(83.960)	(5,0%)	10,4%
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(54.089)	(3,4%)	(53.280)	(3,2%)	1,5%
Depreciação e Amortização	(21.329)	(1,3%)	(17.682)	(1,1%)	20,6%
Participação nos Resultados	-	N.D.	(668)	0,0%	N.D.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(17.943)	(1,1%)	(12.739)	(0,8%)	40,9%
Lucro Antes das Financeiras	215.699	13,6%	357.266	21,3%	(39,6%)
Receitas financeiras	77.961	4,9%	64.765	3,9%	20,4%
Despesas financeiras	(38.485)	(2,4%)	(30.418)	(1,8%)	26,5%
Total resultado financeiro	39.475	2,5%	34.347	2,0%	14,9%
Lucro Operacional	255.175	16,1%	391.613	23,3%	(34,8%)
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	1.631	0,1%	(74.042)	(4,4%)	N.D.
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	24.364	1,5%	1.296	0,1%	1.779,9%
Lucro Líquido	281.170	17,7%	318.867	19,0%	(11,8%)
Atribuível aos acionistas controladores	281.170	17,7%	318.858	19,0%	(11,8%)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	N.D.	9	0,0%	N.D.
Lucro básico por ação - R\$					
Atribuível aos acionistas controladores	1,7361	N.D.	1,9374	N.D.	(10,4%)
EBITDA	262.876	16,5%	395.835	23,6%	(33,6%)

EBITDA E MARGEM EBITDA

O lucro operacional antes de juros, depreciação e amortização e impostos ("LAJIDA" ou "EBITDA") apresentou queda de 33,6% em 2015, enquanto que a margem EBITDA atingiu 16,5% (-7,1 p.p.). Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Retração de 5,5% das vendas;
- Queda da margem bruta, em 4,2 p.p., decorrente principalmente do (i) fraco desempenho de vendas, insuficiente para diluição de custos fixos, (ii) aumento de custos e (iii) maior atividade promocional com foco na venda de artigos de coleções anteriores em posse da Companhia;
- Aumento de 9,4% nas despesas operacionais devido principalmente ao (i) reconhecimento de despesas relacionadas à campanha de redução de estoques dos franqueados que totalizou R\$ 7,5 milhões; (ii) maiores investimentos realizados em publicidade e marketing, com destaque aos investimentos destinados para o relançamento da marca DZARM. e (iii) maior despesa com lojas próprias pela adição líquida de 5 unidades no ano;
- Aumento de Outras Despesas Operacionais majoritariamente devido à indenizações trabalhistas decorrentes da reorganização das plantas fabris.

continua...

...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2015 não houve o pagamento de participação nos lucros em função dos resultados abaixo do planejado.

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	2015	2014	Var. 2015/2014
Lucro Líquido	281.170	318.867	(11,8%)
(+) IR e CSLL	(25.995)	72.746	N.D.
(-) Receita Financeira Líquida	(39.476)	(34.347)	14,9%
(+) Depreciações e Amortizações	47.177	38.569	22,3%
(=) EBITDA	262.876	395.835	(33,6%)
Margem EBITDA	16,5%	23,6%	-7,1 p.p.

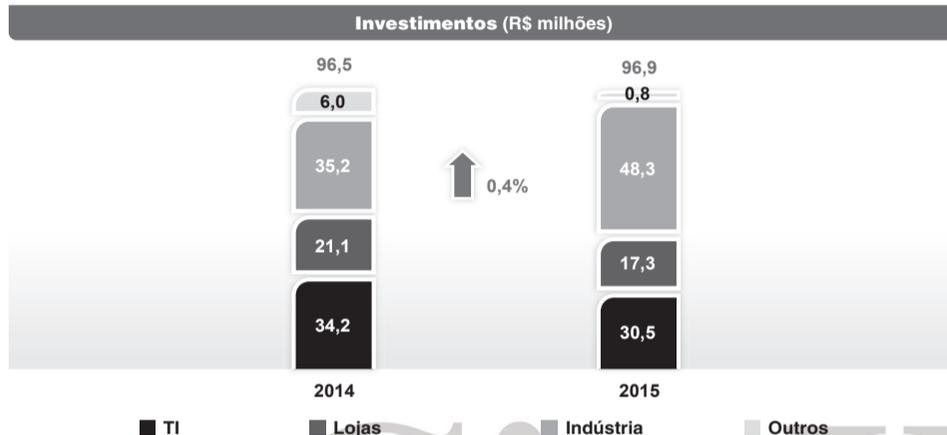
LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido da Companhia apresentou retração de 11,8%, atingindo R\$ 281,2 milhões, com queda de 1,3 p.p. na margem líquida, decorrente da retração de vendas e menores margens operacionais, compensada parcialmente por menor taxa efetiva de imposto de renda que a observada em 2014, devido, majoritariamente, (i) a efeitos decorrentes da dissolução e liquidação da subsidiária Hering Overseas Ltd. e dívida *intercompany*, que gerou R\$ 53,5 milhões na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social - para mais informações, vide Fato Relevante publicado em 02.10.2015; (ii) ao montante de Juros Sobre Capital Próprio 36% superior a 2014 e (iii) a maior participação de produtos locais no *mix* de venda, que por sua vez gera maior montante de incentivos fiscais.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 96,9 milhões em 2015, destacando-se o montante destinado às instalações fabris, destacadamente à inauguração da planta de São Luis de Montes Belos (GO), além de investimentos realizados no Centro de Distribuição em Goiás.

Os investimentos destinados à infraestrutura de TI concentraram-se na implementação do sistema SAP. Na frente de lojas, destacou-se o montante direcionado para a abertura de 5 lojas próprias, incluindo a inauguração das 2 lojas da marca DZARM, após reformulação de seu plano de negócios.



ENDIVIDAMENTO

Por mais um ano a Cia. Hering encerra o exercício fiscal com caixa líquido, alinhado à política conservadora de gestão financeira. Ao final de 2015 havia R\$ 108,1 milhões em caixa e aplicações financeiras e caixa líquido de R\$ 106,8 milhões. A diminuição do caixa refere-se, principalmente, à quitação de dívidas e recompra de ações realizadas ao longo do ano.

Endividamento (R\$ mil)	2015	Part. (%)	2014	Part. (%)
Curto Prazo	(1.308)	100%	(23.422)	100%
Longo Prazo	-	0%	-	0%
Total da Dívida	(1.308)	100%	(23.422)	100%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	108.093		182.036	
(=) Caixa Líquido	106.785		158.614	

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos relativos ao exercício de 2015 totalizaram R\$ 132,0 milhões, representando *payout ratio* de 47,0%, sendo que R\$ 92,0 milhões já foram pagos, conforme detalhado abaixo:

- Em Reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2015 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 27,9 milhões (R\$ 0,1725 por ação). O pagamento foi realizado em 25 de junho de 2015.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 28 de outubro de 2015 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 30,0 milhões (R\$ 0,1864 por ação) com base na posição acionária de 28/10/2015. O pagamento foi realizado em 11 de novembro de 2015.

Em Reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2015 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 34,2 milhões (R\$ 0,2125 por ação) com base na posição acionária de 16/12/2015. O pagamento foi realizado em 29 de dezembro de 2015.

Foi destinado à conta de dividendos adicionais propostos o montante de R\$ 40,0 milhões, sendo correspondente a destinação do lucro líquido de 2015, a ser apresentado como proposta da Administração sujeito a deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2016:

Proposta de Distribuição de Dividendos	R\$ milhões	R\$ por ação ⁽¹⁾	Declarado em	Pago em
Dividendos totais propostos ⁽²⁾	132,0	0,8200	-	-
(-) Proventos já pagos	92,0	0,5714	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio	27,9	0,1725	27/05/15	25/06/15
Dividendos	30,0	0,1864	28/10/15	11/11/15
Juros Sobre o Capital Próprio	34,2	0,2125	16/12/15	29/12/15
= Dividendos complementares ⁽²⁾	40,0	0,2486	A definir ⁽²⁾	A definir ⁽²⁾
Lucro líquido do exercício - controladora	281,2			
Payout ratio	47,0%			

⁽¹⁾ Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.

⁽²⁾ A ser ratificado em Assembleia Geral de Acionistas.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Não houve recompra de ações relativas ao novo programa, aprovado em reunião realizada em 29/07/2015, que autoriza a aquisição de até 8 milhões de ações, correspondentes a 6,38% do total de ações em circulação até 27/07/2016.

No âmbito do Programa de Recompra encerrado em 25/07/2015 que permitia a aquisição de até 5 milhões de ações, as recompras foram executadas conforme demonstrado no quadro abaixo:

Programa 2014/2015			
Período	Quantidade de ações	Preço médio - R\$	Valor total - R\$
4T14	577.000	20,58	11.874.686
1T15	625.800	16,58	10.375.046
2T15	2.529.900	13,67	34.587.354
Total	3.732.700	15,23	56.837.086

RECONHECIMENTOS

Em 2015, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação, dentre elas:

- 200 Maiores Grupos (Jornal Valor Econômico)
- As Empresas mais Admiradas do Brasil (Revista Carta Capital)
- 18ª colocada no *ranking* das Marcas Mais Valiosas do País (Interbrand)
- Melhores e Maiores do Brasil (Revista Exame)
- Prêmio Valor 1000 (Jornal Valor Econômico)

COLABORADORES

Ao longo de 2015, aprimoramos nossas ações de gestão de pessoas, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro. A Companhia finalizou o ano com 7.548 colaboradores.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2016, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital - 2016		R\$ mil
Investimentos		25.000
Lojas		14.000
Industrial		13.000
Logística		11.000
Tecnologia da Informação		235
Outros		63.235
Total Geral		27.601
Fontes Próprias (Reserva de retenção de lucros)		27.601
Fontes Próprias (Geração de caixa da operação)		35.634

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2015, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2015	2014	2015	2014		2015	2014			
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	104.325	171.535	108.093	182.036						
Contas a receber de clientes	7	494.504	510.630	494.861	510.630						
Estoques	9	318.343	297.008	318.343	297.008						
Impostos a recuperar	10	32.635	11.960	32.639	11.963						
Instrumentos financeiros derivativos	23	4.620	7.504	4.620	7.504						
Outras contas a receber	8	6.058	2.429	6.058	2.429						
Despesas antecipadas		1.024	583	1.024	583						
		961.509	1.001.649	965.638	1.012.153						
Não circulante											
Partes relacionadas	21	-	337	-	-						
Aplicações financeiras restritas	6	2.994	2.199	2.994	2.199						
Impostos a recuperar	10	14.515	5.412	14.515	5.412						
Impostos diferidos	11	39.638	14.338	39.638	14.338						
Outras contas a receber	8	10.730	8.139	10.730	8.140						
Investimentos											
Empresas controladas	13	3.585	12.630	-	-						
Outros investimentos		-	-	-	7						
Imobilizado	14	325.285	300.882	325.285	300.882						
Intangível	15	113.692	88.908	113.692	88.908						
		510.439	432.845	506.854	419.886						
		1.471.948	1.434.494	1.472.492	1.432.039						
Passivo											
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	16	1.308	23.422	1.308	23.422						
Fornecedores		150.953	171.373	150.953	171.373						
Salários e encargos sociais		42.214	40.354	42.214	40.354						
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	911	840	911	840						
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	-	8.178	-	81						
Obrigações tributárias	18	20.148	21.822	20.181	21.836						
Provisões para riscos	20	1.700	1.445	1.700	1.445						
Outras provisões	20	20.954	20.230	20.954	20.230						
Obrigações por incentivos fiscais	19	11.332	16.038	11.332	16.038						
Dividendos e juros de capital próprio a pagar		599	551	599	551						
Partes relacionadas	21	1.786	4.128	-	-						
Outras contas a pagar		9.742	7.880	11.839	9.309						
		261.647	316.261	262.072	313.667						
Não circulante											
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	7.488	7.758	7.488	7.758						
Provisões para riscos	20	9.471	7.546	9.471	7.546						
Outras provisões	20	1.788	3.030	1.788	3.030						
Benefícios a empregados	22	14.372	10.616	14.372	10.616						
Obrigações por incentivos fiscais	19	3.218	13.215	3.218	13.215						
Outras contas a pagar		-	-	119	130						
		36.337	42.165	36.456	42.295						
Patrimônio líquido											
Capital social		346.368	313.086	346.368	313.086						
Reserva de capital		20.569	14.996	20.569	14.996						
Ações em tesouraria		(41.323)	(11.882)	(41.323)	(11.882)						
Reservas de lucros		796.779	697.538	796.779	697.538						
Ajuste de avaliação patrimonial		11.577	12.332	11.577	12.332						
Dividendos adicionais propostos		39.994	49.998	39.994	49.998						
Atribuído aos acionistas controladores		1.173.964	1.076.068	1.173.964	1.076.068						
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	9						
		1.173.964	1.076.068	1.173.964	1.076.077						
		1.471.948	1.434.494	1.472.492	1.432.039						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014		
Receita operacional líquida	28	1.585.293	1.674.913	1.588.889	1.678.294	Receitas (despesas) financeiras líquidas		35.623	33.086	39.476	34.347
Custo dos produtos vendidos	29	(961.335)	(944.533)	(961.335)	(944.533)	Equivalência patrimonial	13	6.835	5.750	-	-
Lucro bruto		623.958	730.380	627.554	733.761	Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		254.765	393.117	255.175	391.613
Receitas (despesas) operacionais						Imposto de renda e contribuição social correntes	34	2.041	(73.634)	1.631	(74.042)
Vendas	30	(318.478)	(292.122)	(318.494)	(292.126)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	24.364	(625)	24.364	1.296
Administrativas e gerais	31	(45.504)	(44.634)	(45.511)	(44.965)	Lucro líquido do exercício		281.170	318.858	281.170	318.867
Honorários da Administração	21	(8.544)	(8.293)	(8.578)	(8.315)	Atribuível aos:					
Depreciação e amortização		(21.329)	(17.682)	(21.329)	(17.682)	Acionistas controladores		281.170	318.858	281.170	318.858
Participação nos resultados	26	-	(668)	-	(668)	Acionistas não controladores		-	-	-	9
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	32	(17.796)	(12.700)	(17.943)	(12.739)	Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$					
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		212.307	354.281	215.699	357.266	Básico	35	1,7361	1,9374	1,7361	1,9374
Receitas financeiras	33	76.198	64.291	77.961	64.765	Diluído	35	1,7068	1,9163	1,7068	1,9163
Despesas financeiras	33	(40.575)	(31.205)	(38.485)	(30.418)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Notas	2015	Controladora 2014	2015	Consolidado 2014
Lucro líquido do exercício		281.170	318.858	281.170	318.867
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Benefícios a empregados - plano de previdência privada	22	215	217	215	217
Benefícios a empregados - plano de saúde	22	(1.506)	170	(1.506)	170
		(1.291)	387	(1.291)	387
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Valor justo de instrumento financeiro de hedge de fluxo de caixa	23	(525)	2.496	(525)	2.496
		(525)	2.496	(525)	2.496
		(1.816)	2.883	(1.816)	2.883
Resultado abrangente do exercício		279.354	321.741	279.354	321.750
Total do resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		279.354	321.741	279.354	321.741
Acionistas não controladores		-	-	-	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora										Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	239.435	10.209	211.258	47.887	338.412	-	49.993	-	10.064	907.258	-	907.258
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	387	387	-	387
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	387	(387)	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	4.787	-	-	-	-	-	-	-	4.787	-	4.787
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	(11.882)	-	-	-	(11.882)	-	(11.882)
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	228	(228)	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.723)	(1.723)	-	(1.723)
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	4.219	4.219	-	4.219
Dividendos adicionais propostos 2013 pagos 2014	-	-	-	-	-	-	(49.993)	-	-	(49.993)	-	(49.993)
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros	57.127	-	-	-	(57.127)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reserva legal	16.305	-	-	(16.305)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais	219	-	(219)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	1.488	-	(1.488)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	318.858	-	318.858	9	318.867
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	15.943	-	-	-	(15.943)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	105.361	-	-	-	-	(105.361)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(95.843)	-	(95.843)	-	(95.843)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	49.998	(49.998)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	52.328	-	-	(52.328)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	313.086	14.996	317.888	47.525	332.125	(11.882)	49.998	-	12.332	1.076.068	9	1.076.077
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.291)	(1.291)	-	(1.291)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	(1.291)	1.291	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	5.573	-	-	-	-	-	-	-	5.573	-	5.573
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	(44.988)	-	-	-	(44.988)	-	(44.988)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	(15.547)	15.547	-	-	-	-	-	-
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	230	(230)	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.483)	(3.483)	-	(3.483)
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	2.958	2.958	-	2.958
Dividendos adicionais propostos 2014 pagos 2015	-	-	-	-	-	-	(49.998)	-	-	(49.998)	-	(49.998)
Aumento de capital com reserva legal	33.282	-	-	(33.282)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste reserva de incentivos fiscais	-	-	(12)	-	-	-	-	12	-	-	-	-
Participação dos acionistas no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	281.170	-	281.170	-	281.170
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	14.059	-	-	-	(14.059)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	106.422	-	-	-	-	(106.422)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(92.045)	-	(92.045)	-	(92.045)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	39.994	(39.994)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	27.601	-	-	(27.601)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	346.368	20.569	424.298	28.302	344.179	(41.323)	39.994	-	11.577	1.173.964	-	1.173.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.896.290	2.007.440	1.900.101	2.011.023
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.838)	(5.280)	(5.838)	(5.280)
	1.890.452	2.002.160	1.894.263	2.005.743
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(338.105)	(321.457)	(338.320)	(321.659)
Custos das mercadorias vendidas	(340.757)	(360.365)	(340.757)	(360.365)
Material, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(466.240)	(438.378)	(466.445)	(438.772)
	(1.145.102)	(1.120.200)	(1.145.522)	(1.120.796)
Retenções				
Depreciação e amortização	(47.177)	(38.569)	(47.177)	(38.569)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	698.173	843.391	701.564	846.378
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	6.835	5.750	-	-
Receitas financeiras	76.198	64.291	77.961	64.765
Aluguéis	445	208	445	208
	83.478	70.249	78.406	64.973
Valor adicionado total a distribuir	781.651	913.640	779.970	911.351
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	206.526	203.525	206.526	203.525
Benefícios	25.754	14.949	25.754	14.949
FGTS	15.529	14.632	15.529	14.632
	247.809	233.106	247.809	233.106
Tributos				
Federais	127.877	239.569	128.286	238.056
Estaduais	46.104	55.195	46.104	55.195
Municipais	1.695	1.463	1.695	1.463
	175.676	296.227	176.085	294.714
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	643	1.777	643	1.777
Aluguéis	41.568	37.109	41.568	37.109
Outros	34.785	26.563	32.695	25.778
	76.996	65.449	74.906	64.664
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	62.057	45.850	62.057	45.850
Dividendos	29.988	49.993	29.988	49.993
Dividendos adicionais propostos	39.994	49.998	39.994	49.998
Lucros retidos	149.131	173.017	149.131	173.017
Lucros retidos acionistas não controladores	-	-	-	9
	281.170	318.858	281.170	318.867
Valor adicionado total distribuído	781.651	913.640	779.970	911.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	281.170	318.858	281.170	318.867
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.364)	625	(24.364)	(1.296)
Líquidos	2.589	2.260	663	1.774
Variações monetária, cambial e juros não realizados	47.177	38.569	47.177	38.569
Depreciação e amortização	5.838	5.280	5.838	5.280
Provisão créditos liquidação duvidosa	551	973	551	973
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	5.573	4.787	5.573	4.787
Plano de opção de compra de ações	7.573	2.297	7.573	2.297
Provisão para ajuste a valor de realização estoques	4.358	3.404	4.358	3.404
Provisão para contingências	1.800	1.365	1.800	1.365
Benefícios a empregados	(6.835)	(5.750)	-	-
Equivalência patrimonial				
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	10.288	(37.623)	9.931	(37.623)
(Aumento) nos estoques	(28.908)	(3.736)	(28.908)	(3.736)
(Aumento) em impostos a recuperar	(29.778)	(508)	(29.779)	(392)
(Aumento) redução em outros ativos	(4.574)	2.011	(4.574)	2.235
Aumento (redução) em fornecedores	(20.420)	18.235	(20.420)	18.235
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	1.026	(4.430)	1.683	(4.576)
Aumento em IRPJ e CSLL	13.694	69.606	14.051	69.957
IRPJ e CSLL pagos	(21.872)	(105.065)	(22.239)	(105.405)
(Redução) em obrigações tributárias	(16.576)	(17.171)	(16.557)	(15.256)
Juros pagos por empréstimos	(873)	(1.771)	(873)	(1.771)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	227.437	292.216	232.654	297.688
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	6.189	661	-	-
Recebimento de recursos de baixa de investimento	446.106	-	-	(7)
Aquisições de ativo imobilizado	(63.650)	(54.625)	(63.650)	(54.625)
Aquisições de ativo intangível	(33.265)	(41.921)	(33.265)	(41.921)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	355.380	(95.885)	(96.915)	(96.553)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aplicações financeiras	(795)	(1.130)	(795)	(1.130)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(141.995)	(145.785)	(141.995)	(145.785)
Empréstimos tomados	1.652	964	1.652	964
Pagamentos de empréstimos	(23.556)	(1.976)	(23.556)	(1.976)
Pagamentos de empréstimos controlada	(436.414)	-	-	-
Aquisição de ações para tesouraria	(44.988)	(11.882)	(44.988)	(11.882)
Partes relacionadas	(3.931)	(48)	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(650.027)	(159.857)	(209.682)	(159.809)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(67.210)	36.474	(73.943)	41.326
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	171.535	135.061	182.036	140.710
No fim do exercício	104.325	171.535	108.093	182.036
	(67.210)	36.474	(73.943)	41.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

(a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e também conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 12 de fevereiro de 2016. **(b) Base de mensuração** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo atuarial de benefício definido que é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido, do plano baseado em ações e instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos pelos seus valores justos. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido
- Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões
- Nota 22 - Benefícios a empregados
- Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros
- Nota 27 - Mensuração do plano baseado em ações
- Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **(a) Base de consolidação** - As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

	País	Participação (%)	
		2015	2014
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	-	100,00
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	-	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	-	100,00
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00
Hering Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	-	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. No primeiro trimestre de 2015, as controladas Têxtil Santa Catarina Ltda., VH Serviços e Construções S.A. e Garema Malhas Ltda., foram incorporadas pela controlada HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda. No terceiro trimestre de 2015 a controlada Hering Overseas Ltd. foi dissolvida e liquidada, e a totalidade do seu patrimônio retornou para a controladora integral Cia. Hering. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de investimento da controlada Hering Overseas, estava sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não estava planejada e nem havia probabilidade de ocorrer em futuro previsível. Após estudos efetuados pela Administração objetivando simplificar e reduzir a estrutura societária da Companhia, no terceiro trimestre de 2015 a controlada Hering Overseas Ltd. foi dissolvida e liquidada, e a totalidade do seu patrimônio retornou para a controladora integral Cia. Hering. **(b) Moeda estrangeira** - A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional,

são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. **(c) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: **Investimentos mantidos até o vencimento** - Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge accounting*, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como *hedge* de fluxo de caixa. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio não são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo circulante. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **(d) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. **(e) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(f) Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **(g) Imobilizado** - **(i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,62
Instalações e equipamentos de produção	8,69
Móveis e utensílios	6,41
Bens de informática	4,81
Veículos	4,49
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,16

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis prospectivamente. **(iii) Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(h) Ativo intangível - (i) Reconhecimento e mensuração** - A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. O valor de *software*, refere-se aos *softwares* adquiridos de terceiros que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Amortização** - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10,00 anos
Fundo de comércio	4,97 anos
<i>Software</i>	7,63 anos

(iii) Gastos subsequentes - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*) - (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros. **(j) Arrendamento mercantil** - A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador. **(k) Benefícios a empregados - (i) Planos de benefícios definido** - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui planos de assistência médica e plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Para ambos os casos, os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. No caso do plano de pensão quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem. Remensurações não são reclassificadas para o resultado do exercício em exercícios subsequentes. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados** - A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem. **(iii) Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(iv) Transações do plano baseado em ações** - Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. **(i) Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **(m) Ajuste a valor presente** - As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 1,12% a.m. e 0,85% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 87 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 44 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversões são registradas no resultado financeiro. **(n) Capital social** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, quando aprovados em Assembleia Geral. **(i) Ações em Tesouraria** - Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. **(o) Receita operacional - Venda de produtos** - A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é

reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(p) Subvenção e assistência governamentais** - As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos. **(q) Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registradas no resultado através do método de juros efetivos. **(r) Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, reconhecidos no resultado. O imposto diferido referente ao passivo atuarial de benefícios a empregados é reconhecido no resultado abrangente quando refere-se ao passivo referente a ganhos ou perdas atuariais. O imposto diferido referente ao instrumento financeiro derivativo designado como "*hedge accounting*" é reconhecido em outros resultados abrangentes, quando refere-se à parcela designada e qualificada como "*hedge accounting*" reconhecida em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, pelas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite, entre outras situações, neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária. Na dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (anteriormente MP nº 627/13), que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 é facultada às empresas. A Administração da Companhia avaliando as disposições contidas na Lei, o cenário de normalizações e controles fiscais alternativos à evidência contábil a serem disciplinados pela Receita Federal do Brasil, optou pela não adoção das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º da Lei nº 12.973/14 para o ano calendário de 2014. A partir de 2015 a Companhia adotou as disposições previstas na Lei nº 12.973. **(s) Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **(t) Informação por segmento** - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 37. **(u) Demonstração do valor adicionado** - Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **(v) Adoção das IFRS novas e revisadas - Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas** - Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações financeiras: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (01.01.2018); IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (01.01.2018); IFRS 16 - *Leasing* (01.01.2019); Emenda ao IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado (01.01.2016); Emenda ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Apresentação das Demonstrações Financeiras (01.01.2016); Emenda ao IAS 2 (CPC 32) - Tributos sobre o lucro (01.01.2017); Emenda ao IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em conjunto. (01.01.2016); Emenda ao IFRS 12 (CPC 45) - Divulgações de participações em outras entidades. (01.01.2016); Emenda ao IAS 38 (CPC 04 (R1) - Intangível (01.01.2016); Emenda ao IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimento em Coligada em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. (01.01.2016); Emenda ao IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações financeiras consolidadas (01.01.2016); Melhorias anuais em diversos pronunciamentos contábeis (ciclo 2012-2014) (01.01.2016). O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos** - O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos** - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. **(iv) Transações do plano baseado em ações** - O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes* para o 1º ao 5º programa e Binomial para o 6º ao 9º programa. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Circulante	Rendimentos em 2015	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos		5.240	18.541	6.756	22.099
Caixa e bancos - Moeda estrangeira		362	2.599	2.614	7.743
Aplicações financeiras:					
Renda fixa - CDB	100,0% a 102,0% da variação do CDI	44.987	63.995	44.987	65.794
Renda fixa - Operações compromissadas	100,0% a 101,0% da variação do CDI	53.736	86.400	53.736	86.400
		104.325	171.535	108.093	182.036

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Refere-se a aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 95,0% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Essas aplicações estão vinculadas a operações de incentivos fiscais (redução por reinvestimento - IRPJ) realizadas pela Companhia que, uma vez comprovados os investimentos realizados na unidade industrial incentivada (Parnamirim - RN), os valores são liberados para a Companhia. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
No país	495.926	517.352	496.283	517.352
No exterior	17.368	11.547	17.368	11.547
	513.294	528.899	513.651	528.899
Ajuste a valor presente	(8.473)	(6.511)	(8.473)	(6.511)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.317)	(11.758)	(10.317)	(11.758)
	494.504	510.630	494.861	510.630

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o ano foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(6.511)	(6.276)
Adições	(39.358)	(36.327)
Baixas	37.396	36.092
Saldo no final do exercício	(8.473)	(6.511)

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 87 dias. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Circulante	
	2015	2014
Adiantamento a fornecedores internos	105	169
Adiantamento a funcionários	4.948	2.049
Contas a receber pela venda de imobilizado	144	144
Outros	861	67
	6.058	2.429

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Fomentar - Bolsa Garantia	838	838	838	838
Produzir - Bolsa Universitária	-	395	-	395
Depósitos Judiciais - INSS	1.849	1.741	1.849	1.741
Depósitos Judiciais - IPTU	1.033	955	1.033	955
Depósitos Judiciais - Outros	773	752	773	752
Depósitos trabalhistas e cíveis	5.231	2.357	5.231	2.357
Contas a receber pela venda de imobilizado	502	646	502	646
Outros	504	455	504	456
	10.730	8.139	10.730	8.140

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Produtos acabados	107.803	96.594
Produtos para revenda	82.800	71.492
Produtos em elaboração	41.355	45.501
Estoque em poder de terceiros	22.459	21.045
Matérias-primas e almoxarifado	52.282	48.105
Importações em andamento	21.836	16.312
Adiantamento a fornecedores	1.310	1.888
Provisão para ajuste a valor de realização	(11.502)	(3.929)
	318.343	297.008

O aumento no saldo de estoques, deu-se, principalmente em decorrência do desempenho abaixo do planejado no quarto trimestre de 2015, variação cambial desfavorável na compra de produtos para revenda e matérias-primas, antecipação de produção e compras visando a entrada do sistema SAP, ocorrida em 01 de janeiro de 2016. Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(3.929)	(1.632)
Constituição provisão	(16.096)	(7.707)
Reversão provisão por venda	8.523	5.410
Saldo no final do exercício	(11.502)	(3.929)

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

(b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

Ativo	Controladora e Consolidado		Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Saldo em 2014	Controladora e Consolidado		Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Saldo em 2015
	Saldo em 2013	Reconhecido no Resultado (*)			Reconhecido no Resultado	Saldo em 2015		
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	-	-	-	-	18.901	-	-	18.901
Tributos com exigibilidade suspensa	489	43	-	532	51	-	-	583
AVP - clientes e fornecedores	1.566	(72)	-	1.494	280	-	-	1.774
Passivo atuarial benef. empregados	3.233	574	(198)	3.609	612	665	-	4.886
Provisões temporárias	17.039	(1.374)	-	15.665	3.080	-	-	18.745
	22.327	(829)	(198)	21.300	22.924	665	-	44.889
Passivo								
Var. camb. ativa e passiva (líquido)	(669)	160	-	(509)	1.241	-	-	732
Tributos s/ correção monetária imob.	(4.092)	118	-	(3.974)	118	-	-	(3.856)
Tributos s/ hedge accounting	(1.093)	-	(1.286)	(2.379)	-	271	-	(2.108)
Outras diferenças temporárias	(26)	(74)	-	(100)	81	-	-	(19)
	(5.880)	204	(1.286)	(6.962)	1.440	271	-	(5.251)
Total líquido	16.447	(625)	(1.484)	14.338	24.364	936	-	39.638

(*) Na Demonstração de Resultado Consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2014, o montante de IRPJ e CSLL diferidos reconhecido no ano totalizou R\$ 1.296, devido à constituição pelas empresas controladas da receita de R\$ 1.921, referente IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 21 (b).

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia, no ano 2000, relativa ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, e dezembro de 2011. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra a Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	HRG Com. Vest. Intern. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	2015	2014
Total de ativos circulante e não circulante	1.876	4.039	5.915	21.115
Total de passivos circulante e não circulante	258	2.072	2.330	8.478
Patrimônio líquido	1.618	1.967	3.585	12.637
Receitas líquidas do exercício	3.811	-	3.811	3.379
Resultado do exercício	3.034	(30)	3.004	4.861
Participação no capital em %	99,99%	100,00%	-	-
Saldo no início do exercício (**)	4.774	1.358	6.132	7.541
Dividendos	(6.189)	-	(6.189)	(661)
Equivalência patrimonial	3.033	609	3.642	5.750
Investimento pela equivalência patrimonial	1.618	1.967	3.585	12.630

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Circulante Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IRPJ	387	500	387	500
ICMS a recuperar	5.024	6.442	5.024	6.442
ICMS a recuperar - CIAP	2.348	2.341	2.348	2.341
IRPJ e CSLL a compensar (a)	20.211	11	20.211	11
INSS a recuperar	532	491	532	491
IRRF a compensar	1.752	1.741	1.752	1.741
Outros	2.381	434	2.385	437
	32.635	11.960	32.639	11.963

	Não Circulante Controladora e Consolidado	
	2015	2014
IPTU (b)	2.095	1.975
ICMS a recuperar	7.793	-
ICMS a recuperar - CIAP	3.345	3.437
Outros	1.282	-
	14.515	5.412

(a) **IRPJ e CSLL a compensar** - A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução ao longo do ano de 2015. A liquidação da totalidade das séries originais de Euronotes detidas pela sua controlada Hering Overseas Ltd. em setembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa 13, gerou prejuízo fiscal de imposto de renda e base de cálculo negativa de contribuição social acumulada no ano corrente. Por sua vez, os valores recolhidos no exercício foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação a curto prazo com o imposto de renda e contribuição social devidos no exercício seguinte. (b) **Imposto predial e territorial urbano (IPTU)** - A Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. Em junho de 2011, a Companhia procedeu o registro da atualização monetária do crédito à taxa de 1% ao mês, a partir da data do reconhecimento do crédito, no montante de R\$ 739, cujo saldo atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2015 corresponde ao montante de R\$ 2.095, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Cia. Hering.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

(a) **Composição** - A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Ativo	2015	2014
Prejuízos Fiscais e Base Negativa	18.901	-
AVP - clientes e fornecedores	1.774	1.494
Provisão para contingências fiscais	1.060	991
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.508	3.998
Provisão para despesas administrativas	1.193	1.550
Provisão para despesas comerciais	2.296	1.244
Provisão para despesas variáveis de vendas	3.717	4.447
Provisão para perda estoques obsoletos	3.911	1.336
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.738	2.066
Passivo atuarial benefícios a empregados	4.886	3.609
Tributos com exigibilidade suspensa	583	532
Outras diferenças temporárias	322	33
Total do ativo	44.889	21.300
Passivo		
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	732	(509)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(3.856)	(3.974)
Tributos s/ hedge accounting	(2.108)	(2.379)
Outras diferenças temporárias	(19)	(100)
Total do passivo	(5.251)	(6.962)
Total líquido	39.638	14.338

O tributo sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados está sendo realizado pelo pagamento das contribuições. Os créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social decorrem da liquidação da totalidade das séries originais de Euronotes detidas pela sua controlada Hering Overseas Ltd. em setembro de 2015, conforme descrito nas notas explicativas 13 e 34, tem expectativa de realização em período inferior a 12 meses. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2015 são:

2016	38.254
2017	996
2018	996
2019	424
Acima de 2019	4.219
	44.889

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. ATIVO IMOBILIZADO

(a) Composição da movimentação do custo e depreciação

	2013				2014				Controladora e Consolidado	
	Saldo em 2013	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2014	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2015	
Custo:										
Edifícios e benfeitorias	103.103	216	1.115	-	104.434	-	19.971	-	124.405	
Instalações e equip. produção	193.453	11.432	1.452	(3.118)	203.219	8.335	4.334	(3.025)	212.863	
Móveis e utensílios	26.477	6.375	59	(810)	32.101	4.318	257	(860)	35.816	
Bens de informática	28.976	4.768	24	(1.337)	32.431	6.157	307	(477)	38.418	
Veículos	2.002	211	-	(64)	2.149	274	-	(39)	2.384	
Benfeit. imóveis de terceiros	29.365	486	11.550	(13)	41.388	142	11.561	(607)	52.484	
Terrenos	28.624	490	-	-	29.114	-	-	-	29.114	
Imobilização em andamento	2.181	30.647	(14.200)	-	18.628	44.424	(36.430)	-	26.622	
	414.181	54.625	-	(5.342)	463.464	63.650	-	(5.008)	522.106	
Depreciação:										
Edifícios e benfeitorias	(21.669)	(3.300)	-	-	(24.969)	(3.557)	-	-	(28.526)	
Instalações e equip. produção	(82.998)	(15.039)	-	2.351	(95.686)	(17.635)	-	2.860	(110.461)	
Móveis e utensílios	(11.757)	(2.537)	-	778	(13.516)	(4.216)	-	699	(17.033)	
Bens de informática	(13.042)	(5.203)	-	1.322	(16.923)	(6.158)	-	438	(22.643)	
Veículos	(1.238)	(300)	-	65	(1.473)	(256)	-	29	(1.700)	
Benfeit. imóveis de terceiros	(5.360)	(4.662)	-	7	(10.015)	(6.911)	-	468	(16.458)	
	(136.064)	(31.041)	-	4.523	(162.582)	(38.733)	-	4.494	(196.821)	
Saldo Líquido:										
Edifícios e benfeitorias	81.434	(3.084)	1.115	-	79.465	(3.557)	19.971	-	95.879	
Instalações e equip. produção	110.455	(3.607)	1.452	(767)	107.533	(9.300)	4.334	(165)	102.402	
Móveis e utensílios	14.720	3.838	59	(32)	18.585	102	257	(161)	18.783	
Bens de informática	15.934	(435)	24	(15)	15.508	(1)	307	(39)	15.775	
Veículos	764	(89)	-	1	676	18	-	(10)	684	
Benfeit. imóveis de terceiros	24.005	(4.176)	11.550	(6)	31.373	(6.769)	11.561	(139)	36.026	
Terrenos	28.624	490	-	-	29.114	-	-	-	29.114	
Imobilização em andamento	2.181	30.647	(14.200)	-	18.628	44.424	(36.430)	-	26.622	
	278.117	23.584	-	(819)	300.882	24.917	-	(514)	325.285	

(b) Revisão de vida útil - A vida útil do ativo imobilizado foi revisada para os bens adquiridos a partir do exercício de 2014 e de 2015. Devido à ampla faixa de taxas de depreciação, calculamos a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo imobilizado:

Descrição	Vida útil média (em anos) - 2015	Vida útil média (em anos) - 2014
Edifícios e benfeitorias	31,62	29,89
Instalações e equipamentos de produção	8,69	10,63
Móveis e utensílios	6,41	9,01
Bens de informática	4,81	5,23
Veículos	4,49	4,43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,16	8,84

Não foi possível estimar o efeito da alteração da vida útil ocorrida nos anos de 2014 e de 2015 para os exercícios subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do imobilizado, e que nos exercícios subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos imobilizados. (c) Bens dados em garantia e penhora - Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais, conforme demonstrados na nota explicativa 19. (d) Valor recuperável do ativo imobilizado - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

(a) Composição da movimentação do custo e amortização

	2013			2014			Controladora e Consolidado	
	Saldo em 2013	Adições	Baixas	Saldo em 2014	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2015
Custo:								
Marcas e patentes	2.689	170	-	2.859	93	-	-	2.952
Fundo de comércio	32.527	11.792	(1.165)	43.154	9.013	-	(662)	51.505
Software	35.052	3.671	(1.412)	37.311	2.314	3.272	-	42.897
Intangível em andamento software (i)	33.897	26.288	(2)	60.183	21.845	(3.272)	-	78.756
	104.165	41.921	(2.579)	143.507	33.265	-	(662)	176.110
Amortização:								
Marcas e patentes	(2.093)	(119)	-	(2.212)	(117)	-	-	(2.329)
Fundo de comércio	(23.842)	(5.015)	1.013	(27.844)	(5.330)	-	625	(32.549)
Software	(23.561)	(2.394)	1.412	(24.543)	(2.997)	-	-	(27.540)
	(49.496)	(7.528)	2.425	(54.599)	(8.444)	-	625	(62.418)
Saldo Líquido:								
Marcas e patentes	596	51	-	647	(24)	-	-	623
Fundo de comércio	8.685	6.777	(152)	15.310	3.683	-	(37)	18.956
Software	11.491	1.277	-	12.768	(683)	3.272	-	15.357
Intangível em andamento software	33.897	26.288	(2)	60.183	21.845	(3.272)	-	78.756
	54.669	34.393	(154)	88.908	24.821	-	(37)	113.692

(i) Refere-se principalmente ao projeto de implantação do sistema SAP, cujo go live ocorreu em 01 de janeiro de 2016.

(b) Revisão de vida útil - A vida útil do ativo intangível foi revisada a partir do exercício de 2015, e apresentamos abaixo a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo intangível:

Descrição	Vida útil média (em anos) - 2015	Vida útil média (em anos) - 2014
Marcas e patentes	10,00	10,00
Fundo de comércio	4,97	5,00
Software	7,63	5,00

Não foi possível estimar o efeito da alteração da vida útil ocorrida no ano de 2015 para os exercícios subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do intangível, e que nos exercícios subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos intangíveis. (c) Valor recuperável de ativos - O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Modalidade	Encargos anuais	Ano de vencimento	Moeda	Controladora e Consolidado	
				2015	2014
Capital de giro	Juros de 8%	2015	R\$	-	22.551
Capital de giro	Juros de 6,5%	2015	R\$	-	871
Capital de giro	Juros de 12%	2016	R\$	1.308	-
				1.308	23.422

As captações ocorridas durante os exercícios de 2015 e 2014 não continham custos de transação. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros) nos exercícios apresentados. No período findo em 30 de junho de 2015, foram desvinculados os bens do ativo imobilizado mantidos como garantia do empréstimo captado junto ao FNE e liquidado em 11 de março de 2014. A Companhia não mantém nenhuma garantia para os empréstimos e financiamentos.

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
REFIS IV - INSS (a)	138	127	1.416	1.439
REFIS IV - PIS/COFINS/IOF (a)	773	713	6.072	6.319
	911	840	7.488	7.758

(a) REFIS IV - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais. O saldo remanescente do parcelamento é atualizado monetariamente com base na taxa SELIC. No ano de 2015 foi efetuado pagamento no montante de R\$ 885 (R\$ 7.764 nos 12 meses de 2014) referente aos impostos parcelados REFIS. Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2017	917
2018	917
2019	917
2020	917
2021	917
2022 a 2024	2.903
	7.488

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, condições estas, que estão sendo cumpridas pela Companhia.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS sobre vendas	5.464	8.446	5.464	8.446
PIS e COFINS	11.720	10.234	11.733	10.244
Imposto de renda e contribuição social	-	8.178	81	8.269
Imposto de renda retido na fonte	2.429	2.399	2.429	2.399
Outros	535	743	555	747
	20.148	30.000	20.262	30.105

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
PRODEC - SC (a)	7.121	13.015	-	6.504
PRODEC III - SC (b)	4.174	2.608	2.728	6.221
PROADI - RN (c)	37	20	-	-
Produzir (d)	-	395	-	-
Outros	-	-	490	490
	11.332	16.038	3.218	13.215

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável. (a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuem para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia para fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído. O valor contratado em julho de 1999 foi de R\$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo era de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGP-M/FGV ao mês. (b) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O montante utilizado até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 15.514. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual. (c) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) - destinado à formação do ativo circulante da unidade situada no município de Pamamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 240 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2015 foi de R\$ 9.694 (R\$ 9.711 em 2014) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. (d) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. O valor contratado em março de 2009 foi de R\$ 68.573, foi aportado em dezembro de 2012 com atualizações, resultando no montante de R\$ 199.975. O início da utilização do benefício ocorreu em maio de 2009 e por meio do termo que aprovou o aporte financeiro, foi aprovada a possibilidade de utilização até dezembro de 2020. Este incentivo não foi utilizado nos exercícios de 2014 e 2015. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício. De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano. Como obrigação pela fruição do benefício a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 5.250, composto por terrenos, edifícios e benfeitorias. As subvenções para investimento e custeio

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Crédito Outorgado (Lei do Vestuário - GO), TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet, são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 116.451 em 2015 e R\$ 113.992 em 2014) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 18.201 em 2015 e R\$ 19.262 em 2014). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS. Em agosto de 2014, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) de nº 001-155/2014-GSF com a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, procedendo à alteração do TARE já firmado de nº 078/2011-GSF, relativo ao incentivo denominado Crédito Outorgado (Lei do Vestuário), com o objetivo de assegurar a manutenção e captação do referido benefício e doravante os consequentes benefícios de Imposto de Renda e Contribuição Social associados, oferecido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no Estado de Goiás, até o exercício de 2020, a título de subvenção para investimentos, mediante o estabelecimento de contrapartidas relacionadas a realização de investimentos e geração de atividade econômica no estado de Goiás, a saber:

- adimplência para com as obrigações tributárias estaduais;
- realização de investimentos para ampliação de sua atividade no estado de Goiás que resulte no aumento da capacidade produtiva em 5% (cinco por cento), até 2020, dos estabelecimentos fabris, frente à produção realizada no ano de 2013;
- promoção de treinamento e capacitação de mão de obra prioritariamente local a ser aproveitada nos estabelecimentos fabris;
- manutenção de 1.400 (um mil e quatrocentos) empregos diretos, considerados todos os estabelecimentos da Companhia no estado, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Os incentivos de Goiás usufruídos em 2015 foram assim caracterizados como subvenção para investimento e por conseguinte excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R\$ 32.887 (R\$ 30.664 em 2014). O incentivo estadual PROADI (usufruído no Rio Grande do Norte) também configura subvenção para investimento e no mesmo exercício gerou uma redução de R\$ 3.296 (R\$ 3.302 em 2014). O total da redução do Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente das subvenções para investimento em 2015 foi de R\$ 36.183, demonstrado na nota explicativa 34. Caso a Companhia necessite efetuar investimentos em ativo fixo para cumprimento de obrigações do referido benefício fiscal, esse montante será apropriado ao resultado em função da depreciação ou amortização dos ativos relacionados. A Companhia efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais (Proadi, Produzir, Fomentar, TTD e Lei do Vestuário) caracterizados como subvenção para investimento, no montante de R\$ 106.421 em 2015 (R\$ 99.901 em 2014) na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital.

20. PROVISÕES PARA RISCOS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Circulante		Controladora e Consolidado Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Provisões para riscos:				
Trabalhistas (a)	1.700	1.445	2.607	2.539
Tributárias (b)	-	-	3.117	2.915
Cíveis (c)	-	-	3.747	2.092
	1.700	1.445	9.471	7.546
Outras Provisões:				
Despesas comerciais (d)	16.766	16.738	-	-
Despesas administrativas (e)	4.188	3.492	1.788	3.030
	20.954	20.230	1.788	3.030
	22.654	21.675	11.259	10.576

(a) **Trabalhistas** - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconhecem um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

	Saldo em 2013		Adições		Reversões		Utilização		Saldo em 2014		Adições		Reversões		Utilização		Saldo em 2015		
Provisões para riscos:																			
Trabalhistas	3.604	2.961	-	(2.581)	3.984	2.605	(178)	(2.104)	4.307										
Tributárias	2.747	168	-	-	2.915	202	-	-	3.117										
Cíveis	1.829	315	(40)	(12)	2.092	2.765	(1.036)	(74)	3.747										
	8.180	3.444	(40)	(2.593)	8.991	5.572	(1.214)	(2.178)	11.171										
Outras Provisões:																			
Despesas comerciais	18.999	65.159	-	(67.420)	16.738	66.785	-	(66.757)	16.766										
Despesas administrativas	5.405	29.310	-	(28.193)	6.522	32.833	-	(33.379)	5.976										
Provisão participação nos resultados	7.149	6.638	(5.970)	(7.817)	-	3.522	(3.522)	-	-										
	31.553	101.107	(5.970)	(103.430)	23.260	103.140	(3.522)	(100.136)	22.742										
	39.733	104.551	(6.010)	(106.023)	32.251	108.712	(4.736)	(102.314)	33.913										

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da Administração foram realizadas conforme a seguir:

(a) **Operações com pessoal-chave da Administração** - A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27. Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração, representado por seu Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Honorários da Administração	8.544	8.293	8.578	8.315
Benefícios de curto prazo	940	901	940	901
Outros (INSS)	1.705	1.659	1.705	1.659
Plano baseado em ações	4.598	4.162	4.598	4.162
	15.787	15.015	15.821	15.037

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição. (b) **Outras transações com partes relacionadas** - As transações referem-se aos contratos de mútuos. O prazo de vigência destes contratos é indeterminado.

	Ativo não circulante		Controladora Passivo circulante	
	2015	2014	2015	2014
VH Serviços e Construções S.A.	-	239	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	-	-	7
Garema Malhas Ltda.	-	98	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	1.786	4.121
	-	337	1.786	4.128

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou à operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. No ano de 2015, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 3.027 (R\$ 2.428 em 31 de dezembro de 2014), reconhecido no resultado no grupo de custos. Em 24 de novembro de 2014, a Cia. Hering realizou a compra dos créditos referente IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL respectivamente, no montante de R\$ 1.921, de suas empresas controladas (Garema Indústria e Comércio Ltda., VH Serviços e Construções S.A., Têxtil Santa Catarina Ltda. e HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.), conforme avençado em Contrato de Cessão de Créditos entre as partes, para serem utilizados na quitação integral da modalidade de parcelamento previsto no art. 3º da Lei nº 11.941/09, com amparo no art. 33 da Lei nº 13.043/14, observadas as condições ali previstas. A cessão dos referidos créditos ocorreu de forma onerosa, pelo montante registrado contabilmente nas empresas controladas. Em outubro e novembro de 2015 ocorreram algumas operações de venda de pontos comerciais detidos pela Companhia para empresa franqueada relacionada a alguns Administradores da Companhia. O valor total da venda do ponto comercial e fundo de comércio perfaz o montante de R\$ 950. A Companhia entendeu que os termos do acordo apresentavam-se consistentes com os padrões de negócio vigentes. Em 31 de dezembro de 2015, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas. (c) **Vendas para partes relacionadas** - A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 31.412 (R\$ 25.751 em 31 de dezembro de 2014), do qual R\$ 9.724 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 6.952 em 31 de dezembro de 2014). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 15.210, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários, e mantém planos de assistência médica conforme descrito abaixo: **Plano de Previdência Privada** - Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única. O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2015 era de 266 pessoas, tendo contribuído no exercício com o montante de R\$ 1.085 e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não

de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 2.744 (R\$ 2.357 em 31 de dezembro de 2014). (b) **Tributárias** - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, INSS maternidade, Taxa coleta de lixo e ICMS para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. (c) **Cíveis** - principal montante refere-se à ação indenizatória nos autos do processo nº 583.00.1997.207326-0, junto à 17ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, que resulta no montante de R\$ 1.437 e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 2.487. (d) **Provisão para despesas comerciais** - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas e provisões referente a campanhas de vendas. (e) **Provisão para despesas administrativas** - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários advocatícios e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546.

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 173.461 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 196.808 em 31 de dezembro de 2014). Em relação às contingências possíveis tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal através dos Processos Administrativos Fiscais números 13971.721768.2012-37 decorrente de Auto de Infração de CIDE, 13971.721769/2012-71, decorrente de Auto de Infração de IRPJ e CSLL, que somados compõe o montante de R\$ 61.988; 13971.723247/2014-76 e 13971.720699/2011-53, decorrentes de lançamento de Ofício exigindo contribuições previdenciárias, que somados compõe o montante de R\$ 30.127 e; diversas compensações não homologadas relativas a pagamentos a maior de IRPJ e CSLL relativos ao ano calendário de 2010, que somadas resultam no montante de R\$ 6.497, e de COFINS, do ano calendário 2008, no montante de R\$ 4.617 todos apontados como perda possível na opinião dos Advogados patronos dos recursos. A Companhia litiga na esfera administrativa estadual em Goiás, nos processos números 4.01.13.015551.22, 4.01.13.019996.08 e 4.01.13.020196.40, decorrentes de Autos de Infração de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, de Telecomunicações e de Energia Elétrica) no montante de R\$ 5.782, apontados como perda possível na opinião dos Advogados patronos dos recursos. No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito n. 2336991 e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim n. 12.205-5. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim n. 12.205-5 (Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 583.00.2012.195973-0, em trâmite perante a 43ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital). O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA. Em sede de embargos à execução, a Companhia demonstrou que a dívida em questão foi totalmente quitada. Adicionalmente, a Companhia ofertou exceção de pré-executividade arguindo basicamente a ocorrência da prescrição do direito de ação na hipótese. Os embargos à execução ainda não foram processados, aguardando o julgamento definitivo da exceção de pré-executividade. A exceção ofertada foi acolhida pelo juiz da causa, que proferiu sentença extinguindo a execução. A Massa Falida do Banco Santos interpôs recurso contra a sentença. O recurso foi respondido. Por ocasião do julgamento ocorrido em 20 de outubro de 2014, o recurso foi provido pelo Tribunal de São Paulo, que entendeu não ter ocorrido a prescrição. Contra essa decisão a Companhia já interpôs embargos de declaração em 03 de dezembro de 2014, pendente de julgamento, e pretende na sequência interpor recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça. Por último, o quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito nº 2336991 (Ação Monitoria nº 2012.189676-0, em trâmite perante a 28ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital), cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Aos 09 de abril de 2013, a Companhia foi citada para apresentar defesa, o que foi feito no prazo legal. Em sentença de 01 de agosto de 2014 o juiz da causa julgou procedente a monitoria em favor da Massa Falida do Banco Santos. Aos 29 de agosto de 2014 a Companhia interpôs recurso de apelação contra a decisão, o qual aguarda processamento e posterior julgamento. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até dezembro de 2015 (sem o cômputo dos juros legais) resulta em R\$ 101.441. A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R\$ 67.143 e possível para R\$ 34.298.

são contribuintes totalizam, em 31 de dezembro de 2015, 8.893 pessoas, cujo valor contribuído pela patrocinadora referente ao benefício mínimo desses participantes no exercício totalizou R\$ 18. **Plano de Assistência Médica** - A Companhia possui os planos de assistência médica, Unimed e Sul América para seus funcionários (planos de benefício definido). Os participantes dos planos em 31 de dezembro de 2015 estavam assim apresentados:

	Planos	
	Unimed	Sul América
Empregados ativos	1.511	304
Empregados aposentados	27	23
Empregados desligados	54	19

A Companhia faz a avaliação atuarial do plano de assistência médica e contabiliza um passivo, correspondente à estimativa do incremento futuro no custo dos planos de saúde oferecidos aos seus funcionários em decorrência da possibilidade desses funcionários ao se aposentarem ou serem desligados, fazerem a opção por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos. Esta possibilidade está amparada pela Lei nº 9.656/98. No período pós emprego, o valor da mensalidade é custeado pelos beneficiários.

A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2015, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

(a) **Saldos do plano de pensão e assistência médica - benefício definido**

	Previdência		Controladora e Consolidado Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	(27.117)	(22.182)	(14.372)	(10.616)
Valor justo dos ativos do plano	27.927	23.079	-	-
Efeito do teto de reconhecimento de ativo (asset ceiling)	(810)	(897)	-	-
Déficit (superávit)	-	-	(14.372)	(10.616)

A movimentação dos planos de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi a seguinte:

	Previdência		Controladora e Consolidado Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	-	-	(10.616)	(9.507)
Reconhecido no resultado	(325)	(328)	(1.475)	(1.364)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	325	328	(2.281)	255
Saldo em 31 de dezembro	-	-	(14.372)	(10.616)

(b) **Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido**

	Previdência		Controladora e Consolidado Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	22.182	21.492	10.616	9.507
Custos do serviço corrente e juros	348	328	202	197
Juros sobre obrigação atuarial (Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	2.516	2.515	1.272	1.167
Benefícios pagos no ano	4.337	(313)	2.440	(208)
Benefícios pagos no ano	(2.266)	(1.840)	(158)	(47)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	27.117	22.182	14.372	10.616

(c) **Movimentação no valor presente dos ativos do plano**

	Previdência		Controladora e Consolidado Assistência Médica	
	2015	2014	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	23.079	21.733	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	2.646	2.544	-	-
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	4.071	285	-	-
Contribuições de empregador	397	357	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(2.266)	(1.840)	-	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	27.927	23.079	-	-

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2015 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R\$ 27.927, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R\$ 3.490. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Previdência		Controladora e Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custo do serviço corrente	348	328	203	197
Juros sobre as obrigações atuariais	2.516	2.515	1.272	1.167
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.646)	(2.544)	-	-
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	107	29	-	-
Total da despesa reconhecida	325	328	1.475	1.364

(e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Previdência		Controladora e Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Montante acumulado em 1º de janeiro	310	638	(1.621)	(1.366)
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	(325)	(328)	2.281	(255)
Montante acumulado em 31 de dezembro	(15)	310	660	(1.621)

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33(R1) e IAS 19.

(f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Previdência		Controladora e Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	112	348	273	203
Juros sobre obrigação atuarial	3.355	2.516	1.838	1.272
Rendimento esperado dos ativos	(3.490)	(2.646)	-	-
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	107	107	-	-
Remensuração do plano	-	57	-	-
	84	382	2.111	1.475

Em 2015 foi reconhecido em despesa o montante de R\$ 325 e R\$ 1.475 referente aos planos de previdência e assistência médica respectivamente (R\$ 328 e R\$ 1.364 em 2014).

(g) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
	2015	2014	2013	2012	2011
Plano de previdência					
Valor presente das obrigações atuariais	(27.117)	(22.182)	(21.492)	(23.041)	(19.909)
Valor justo dos ativos do plano	27.927	23.079	21.733	21.746	19.616
Efeito do <i>asset ceiling</i>	(810)	(897)	(241)	-	-
(Déficit) superávit para planos cobertos	-	-	-	(1.295)	(293)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(4.337)	313	(1.933)	2.017	2.162
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	(4.071)	284	93	907	(235)
Plano de assistência médica					
Valor presente das obrigações atuariais	(14.372)	(10.616)	(9.507)	(17.826)	(12.862)
(Déficit) superávit	(14.372)	(10.616)	(9.507)	(17.826)	(12.862)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	2.440	(208)	(4.288)	2.505	-

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 425 com os planos de benefícios definidos durante o exercício.

(h) Premissas atuariais - A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	2015	2014	2015	2014	2014
(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida					
Taxa de desconto nominal	13,20%	12,04%	12,89%	12,04%	12,04%
Taxa de aumento nominal do salário	6,92%	6,92%	N/A	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de aumento de pensões	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de desconto nominal (despesa/receita)	12,04%	12,36%	12,04%	12,36%	12,36%
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Health Care Cost Trend Rate	N/A	N/A	3% a.a.	3% a.a.	3% a.a.
Fator de Idade (Aging Factor)	N/A	N/A	0 até 24	0 até 24	0 até 24
			anos: 0,05%	anos: 0,05%	anos: 0,05%
			25 até 54	25 até 54	25 até 54
			anos: 2,0%	anos: 2,0%	anos: 2,0%
			55 até 79	55 até 79	55 até 79
			anos: 4,5%	anos: 4,5%	anos: 4,5%
			80 para cima: 3,0%	80 para cima: 3,0%	80 para cima: 3,0%

(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos

	2015	2014	2015	2014
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	19,6	19,6	19,6	19,6
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	19,6	19,6	19,6	19,6

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 *Male*, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez RRB-1944(EL) e (iii) Tábua de Mortalidade de Inválidos RRB-1944(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada. (i) **Análise de sensibilidade** - As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2015 que demonstram o efeito de um aumento ou uma redução de meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos previdenciários e nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros de custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Previdência			Assistência Médica		
	Cenários Projetados			Cenários Projetados		
	Cenários Base	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%	Cenário Base	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Impactos nas obrigações do plano de benefício definido						
Taxa de desconto	27.117	26.137	28.170	14.372	13.167	15.788
Taxa de inflação	27.117	27.117	27.117	14.372	14.372	14.372
Taxa de custos médicos	-	-	-	14.372	15.879	13.034
Tabela de mortalidade (+1 -1)	27.117	27.551	26.668	14.372	14.994	13.760
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	7,49	7,36	7,62	18,46	18,13	18,79

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) **Gerenciamento de riscos** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 10.317 (R\$ 11.758 em 31 de dezembro de 2014) representativos de 2,01% do saldo de contas a receber em aberto (2,22% em 31 de dezembro de 2014), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(f) **Exposição a riscos de créditos** - O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2015	Consolidado
	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	108.093	182.036
Aplicações financeiras	2.994	2.199
Contas a receber de clientes	513.651	528.899
Outras contas a receber	16.788	10.569
Instrumentos financeiros derivativos	4.620	7.504

(ii) Perdas por redução no valor recuperável - O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	2015	Consolidado
	2015	2014
Contas a receber		
A vencer	494.709	511.042
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	6.312	5.425
De 31 a 90 dias	3.776	3.448
De 91 a 180 dias	2.473	2.826
De 181 a 360 dias	4.080	4.163
Acima de 360 dias	2.301	1.995
	513.651	528.899

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2015	Consolidado
	2015	2014
Saldo no início do exercício	(11.758)	(10.768)
Adições	(5.838)	(5.280)
Baixas	7.279	4.290
Saldo no final do exercício	(10.317)	(11.758)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício. (iii) **Garantias** - A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	2015	Consolidado
	2015	2014
Instrumentos de taxa variável (Ativos financeiros)	101.717	154.393
Instrumentos de taxa fixa (Passivos financeiros)	(1.308)	(23.422)

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2015, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2015:

	Taxa média de juros	Consolidado						Total
		Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Superior a 3 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	108.093	-	-	-	-	-	108.093
Clientes e outras contas a receber	0,85%	185.013	251.296	73.083	-	-	-	509.392
Incentivos fiscais	0,60%	(1.675)	(2.446)	(7.480)	(1.508)	(1.578)	(163)	(14.850)
Fornecedores e outras contas a pagar	1,12%	(96.722)	(56.117)	(13.210)	(118)	-	-	(166.167)
Instrumentos financeiros derivativos	1,22%	2.302	1.577	803	-	-	-	4.682
		197.011	194.982	53.833	(1.626)	(1.578)	(163)	442.459

A Companhia possui junto a instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pelo fornecedor. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3 (m). Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo em relação aos prazos praticados para pagamento. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência da operação realizada. Em 31 de dezembro de 2015, o montante dessa operação totalizava R\$ 43.166 (R\$ 32.935 em 31 de dezembro de 2014).

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	2015	Consolidado
	2015	2014
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	2.614	7.743
Contas a receber (nota explicativa 7)	17.368	11.547
Fornecedores	(14.798)	(34.653)
Instrumentos financeiros derivativos (nacional value)	71.067	74.374
	76.251	59.011

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações de matéria-prima, produto acabado e tecidos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantinha o montante de USD 22.995 mil em cartas de crédito referentes a importações contratadas junto aos fornecedores.

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

(b) **Instrumentos financeiros - valor justo** - O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2015		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	108.093	108.093	182.036	182.036
Custo amortizado:				
Aplicações financeiras restritas - Títulos mantidos até o vencimento	2.994	2.994	2.199	2.199
Clientes e outras contas a receber	500.919	500.919	513.059	513.059
Empréstimos e financiamentos	(1.308)	(1.308)	(23.422)	(23.422)
Fornecedores e outras contas a pagar	(162.911)	(162.911)	(180.812)	(180.812)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	138	138	508	508
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de <i>hedge</i>	4.482	4.482	6.996	6.996

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

(c) Gestão de capital - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se: Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2015 estão abaixo apresentados:

Indicadores de Gestão de Capital	2015	Consolidado 2014
Dívida Curto Prazo	(1.308)	(23.422)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	108.093	182.036
Caixa Líquido	106.785	158.614

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre. **(d) Análise de sensibilidade - Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio** - A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2015 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no exercício de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2015		Provável		Possível		Consolidado Remoto	
	R\$	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	
Caixa em moeda estrangeira	2.614	3,9048	-	4,8810	654	5,8572	1.307	
Contas a receber	17.368	3,9048	-	4,8810	4.342	5,8572	8.684	
Fornecedores	(14.798)	3,9048	-	4,8810	(3.700)	5,8572	(7.399)	
Exposição e ganhos e perdas líquidos	5.184	-	-	1.296	-	2.592	-	

Operação	Valor		Strike	Taxa	Provável		Possível		Consolidado Remoto	
	Saldo 2015 R\$	Nocional 2015 USD			Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	
Instrumentos financeiros derivativos	4.620	18.200	3,5616	3,9048	1.626	4,8810	13.147	5,8572	30.914	
Exposição e ganhos e perdas líquidos	4.620	18.200	-	-	1.626	-	13.147	-	30.914	

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" da tabela acima. **(e) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. A Companhia mantém operações de "compra" de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, designadas como *hedge accounting* a partir de 01 de novembro de 2013, cujo objeto de hedge refere-se às importações e compras futuras de mercadorias para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2015 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Valor Justo Liquidado	Reconhecido em	
						Outros resultados abrangentes	Resultado operacional
27/04/2015	01/12/2015	3.000	3,8506	-	2.220	-	748
27/04/2015	04/01/2016	3.000	3,9048	2.302	-	2.164	-
09/12/2015	01/03/2016	4.000	4,0355	752	-	752	-
09/12/2015	01/03/2016	4.200	4,0355	790	-	790	-
09/12/2015	01/04/2016	4.000	4,0742	776	-	776	-
		18.200		4.620	2.220	4.482	748

(*) O valor reconhecido em Outros resultados abrangentes represado, será realizado contra rubrica de Resultado operacional no momento em que o item objeto de *hedge* afetar o resultado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha um nocional de instrumentos derivativos de USD 18.200 (USD 15.200 referente operações em aberto e USD 3.000 referente a operações liquidadas) e, essas operações acumulavam um saldo credor referente à variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações de valor justo de R\$ 4.620 registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante. Como contrapartida, foram registrados os seguintes valores nas seguintes rubricas: R\$ 4.482 em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R\$ 2.958 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) e R\$ 138 reconhecido como Receita Financeira. Adicionalmente, o montante de R\$ 2.220 foi liquidado gerando ganho de R\$ 1.718 (R\$ 1.134 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) represado em Outros Resultados Abrangentes, R\$ 748 reconhecido como receita em Resultado Operacional e R\$ 246 reconhecido como despesa em Resultado Financeiro.

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 somaram um Nocional de USD 63.660, gerando um valor que representou um ganho de R\$ 21.610 para a Companhia, dos quais, R\$ 10.993 como Receita Financeira (R\$ 10.170 em 2015 e R\$ 823 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 10.617 como receita em Resultado Operacional (R\$ 9.977 em 2015 e R\$ 640 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2014 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Valor Justo Liquidado	Reconhecido em	
						Outros resultados abrangentes	Resultado operacional
24/06/2014	01/12/2014	4.000	2,3406	-	955	-	153
24/06/2014	02/01/2015	3.000	2,3590	950	-	771	-
24/06/2014	02/01/2015	3.000	2,3590	950	-	835	-
24/06/2014	02/02/2015	2.000	2,6680	614	-	611	-
20/08/2014	02/02/2015	3.000	2,3327	932	-	372	-
20/08/2014	02/02/2015	3.000	2,3327	932	-	678	-
20/08/2014	02/03/2015	3.000	2,3496	936	-	936	-
20/08/2014	02/03/2015	4.000	2,3496	1.248	-	1.248	-
20/08/2014	01/04/2015	3.000	2,3676	942	-	942	-
		28.000		7.504	955	6.393	603

(*) O valor reconhecido em Outros resultados abrangentes represado, foi realizado contra rubrica de Resultado operacional no momento em que o item objeto de *hedge* afetou o resultado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha um nocional de instrumentos derivativos em aberto de USD 28.000 e, essas operações acumulavam um saldo credor referente à variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações de valor justo de R\$ 7.504 registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante. Como contrapartida, foram registrados os seguintes valores nas seguintes rubricas: R\$ 6.393 em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R\$ 4.219 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos), R\$ 622 como Receita Financeira e R\$ 489 como receita em Resultado Operacional. Adicionalmente, o montante de R\$ 955 foi liquidado gerando ganho de R\$ 603 (R\$ 398 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) represado em Outros Resultados Abrangentes, R\$ 153 reconhecido em Resultado Operacional e R\$ 199 como Resultado Financeiro. As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 somaram um Nocional de USD 96.200, gerando um valor que representou uma perda de R\$ 6.253 para a Companhia, dos quais, R\$ 407 como Despesa Financeira (R\$ 752 em despesa em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 345 em receita no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013), e R\$ 5.846 como despesa em Resultado Operacional (R\$ 6.043 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 198 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social - O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado é composto por 163.771.187 ações ordinárias (incluídas as 2.892.700 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2015	2014
Coronation Fund Managers Ltd. (*)	24.370.992	24.697.759
Gávea Investimentos Ltda.	16.381.359	-
Investimento e Participação INPASA S.A.	11.964.724	11.964.724
Ivo Hering	11.768.370	11.768.370
Cambuhy Investimentos Ltda.	9.983.500	-
Templeton Asset Management, Ltd. (**)	8.576.300	-
Arx Investimentos Ltda.	8.024.788	8.345.256
Outros	72.701.154	107.835.078
	163.771.187	164.611.187

(*) Gestor com sede na África do Sul
(**) Gestor com sede em Singapura

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social de R\$ 313.086, para R\$ 346.368, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de Reserva Legal no montante de R\$ 33.282. Nessa Assembleia também foi aprovado o cancelamento de 840.000 ações ordinárias de emissão da Companhia no montante de R\$ 15.547, que se referem a parte do saldo das ações que se encontram em tesouraria, sem redução do valor do Capital Social, utilizando parte do saldo da Reserva de Retenção de Lucros. **(b) Ações em tesouraria** - Em 24 de julho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2008. A quantidade a recomprar estava limitada a 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia, que corresponde a 3,88% do total de 128.854.790 das ações ordinárias em circulação. O prazo para a aquisição das ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações Ordinárias iniciou em 24 de julho de 2014, encerrando-se em 25 de julho de 2015. Em 29 de julho de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Novo Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2008. A quantidade a recomprar está limitada a 8.000.000 (oito milhões) de ações ordinárias da Companhia, que corresponde a 6,38% do total de 125.438.290 das ações ordinárias em circulação. O prazo máximo para a aquisição das ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações Ordinárias será de 365 dias, contados a partir de 29 de julho de 2015, encerrando-se em 27 de julho de 2016, cabendo a Diretoria definir as datas em que a recompra será efetivamente executada. Em 31 de dezembro de 2015 as ações em tesouraria possuíam a seguinte composição:

	Quantidade (milhares)	Custo médio - R\$ (*)	Custo total - R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2014	577	20,59	11.882
Recompra (1º Programa)	3.156	14,25	44.988
Cancelamento (1º Programa)	(840)	18,51	(15.547)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.893	14,28	41.323

(*) Inclui corretagem e taxas da BM&FBovespa e CBLC.

(c) Reserva de capital - Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

(d) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício 281.170

Reserva legal 5% 14.059

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante constituído de reserva de retenção de lucros de R\$ 27.601, destina-se para fazer face a novos investimentos em função do orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2016.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais - Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 19) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2015	2014
Lei do Vestuário - GO	186.918	90.190
Pró-Emprego - SC	87.084	87.084
Proadi - RN	80.930	71.236
Fomentar - GO	31.750	31.750
Produzir - GO	6.562	6.562
Lucro Exploração IRPJ	29.449	29.461
Redução Reinvestimento IRPJ	1.605	1.605
	424.298	317.888

Em 2015, constitui-se Reserva de Incentivos Fiscais no montante de R\$ 106.422, referente Subvenção para Investimentos. Adicionalmente, houve o ajuste de R\$ (12) na Reserva de Lucro Exploração IRPJ.

(e) Remuneração aos acionistas - O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício 281.170

(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais (106.410)

(-) Reserva legal (14.059)

Base de cálculo 160.701

Dividendos obrigatórios (25%) - pagos antecipadamente 40.175

Dividendos adicionais e Juros sobre Capital Próprio liberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras 51.870

Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos à aprovação da AGO 92.045

39.994

Durante o exercício de 2015 foi pago o montante de R\$ 92.045, correspondente aos dividendos obrigatórios de R\$ 40.175 e dividendos e juros sobre capital próprio deliberados e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras de R\$ 51.870. Do montante total pago, R\$ 29.988 referem-se a dividendos deliberados em reunião do Conselho de 28 de outubro de 2015 para pagamento em 11 de novembro de 2015, e R\$ 62.057 referem-se a juros sobre capital próprio conforme descrito na nota explicativa 25. A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, adicionalmente ao montante já pago de R\$ 92.045, a Administração propõe o montante de R\$ 39.994 de dividendos adicionais que representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)
27.871	161.569 (*)	0,1725
29.988	160.878 (*)	0,1864
34.186	160.878 (*)	0,2125
39.994	160.878 (*)	0,2487 (**)
132.039		0,8201

(*) A quantidade de ações considerada para cálculo está líquida das ações em tesouraria.

(**) O valor do dividendo por ação poderá ser modificado em razão do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações dentro do Plano de Recompra de Ações da Companhia.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo das reservas de lucros (exceto reservas de incentivos fiscais) excede o capital social em R\$ 26.113, após feitas todas as destinações previstas na legislação societária. Conforme previsto no Art.199 da Lei nº 6.404/76 a Administração irá propor à Assembleia a utilização do montante de R\$ 13.057 para aumento de capital, de parte do saldo da reserva de retenção de lucros.

(f) Outros resultados abrangentes - O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi, Plano de Saúde (nota explicativa 22) e instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 23).

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi pago aos acionistas o montante de: (i) R\$ 23.943 (líquido do IRRF no montante de R\$ 3.928) correspondente ao ano de 2015, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2015; (ii) R\$ 29.602 (líquido do IRRF no montante de R\$ 4.584) correspondente ao ano de 2015, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2015.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2015 não houve provisão para participação nos resultados (R\$ 668 em 31 de dezembro de 2014).

27. PROGRAMA DE STOCK OPTIONS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui em aberto o 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º programa de *stock options* (opções de ações) instituídos no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008. A aprovação em reunião do Conselho de Administração, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa	8º Programa	9º Programa
Data de aprovação	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15
Quantidade de ações outorgadas	184.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112
Preço de exercício - R\$/ação	36,67	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64

As ações outorgadas no primeiro e segundo programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários. O número de ações mencionados no 3º programa refere-se à quantidade de ações antes do desdobramento ocorrido em 29 de outubro de 2010.

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento

das ações para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções. Do número total de 6.196.978 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º programa) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 633.036 durante o exercício de 2010, 708.035 durante o exercício de 2011, 793.785 durante o exercício de 2012, 387.288 durante o exercício de 2013 e 174.000 foram canceladas no exercício de 2009, 47.600 no exercício de 2013 e 365.297 durante o exercício de 2015. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2015, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,70% (1,10% em 31 de dezembro de 2014).

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º programas, e o modelo Binomial para o 6º, 7º, 8º e 9º programa (utilizou-se esse método pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características). O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 5.573 (R\$ 4.787 em 31 de dezembro de 2014).

As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método Black & Scholes para o 1º ao 5º programa e Binomial para o 6º ao 9º programa, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa	8º Programa	9º Programa	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	R\$/ação
Preço de fechamento	10,42	11,04	41,5	33,5	45,91	43,5	30,56	21,79	11,64	R\$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	2,75%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	43,71%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	5,50%	a.a.
Taxa de desligamento (*)	-	-	-	-	-	1,01%	1,01%	1,10%	5,00%	a.a.
Taxa de desligamento (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	15,00%	a.a.
Market to Strike Ratio	-	-	-	-	-	2,33	2,33	2,25	2,25	
Cupom de IPCA (**)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	6,65%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17	11,87	8,8	5,38	3,87	R\$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	3.134	641	5.128	4.404	R\$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento (***)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros.

(**) Taxa de juros livre de risco.

(***) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programas.

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º programas foram obtidas diretamente do serviço Bloomberg e para o 4º programa foram retiradas diretamente do serviço Economatica. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de Derivativos - Taxas de Mercado para Swaps". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das Stock Options. Os períodos analisados foram:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa	8º Programa	9º Programa
Data de início	30/mai/07	29/mai/08	28/mai/09	31/mai/10	09/mai/11	30/set/10	31/ago/10	23/mai/11	29/jul/08
Data de término	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	29/jul/15

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções está demonstrado a seguir:

	2015		2014	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	1.812.122	32,73	858.272	37,97
Opções outorgadas	1.335.112	12,64	953.850	25,05
Opções canceladas (365.297)	27,81	-	-	-
Opções em circulação no final do exercício	2.781.937	26,62	1.812.122	32,73
Opções exercíveis no final do exercício	799.103	39,75	433.418	35,08

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita de venda mercado interno	1.610.456	1.740.446	1.614.267	1.744.029
Receita de venda em lojas próprias	283.714	274.257	283.714	274.257
Receita de venda mercado externo	42.836	35.063	42.836	35.063
Receita de royalties	20.710	21.421	20.710	21.421
Devoluções (61.426)	(61.426)	(63.747)	(61.426)	(63.747)
Receita bruta de vendas	1.896.290	2.007.440	1.900.101	2.011.023
Ajuste a valor presente - Receita	(39.358)	(36.328)	(39.358)	(36.328)
Ajuste a valor presente - ICMS	20	197	20	197
Abatimentos e Repasse IBCC (1.063)	(1.063)	(7.919)	(1.063)	(7.919)
Impostos sobre as vendas (270.596)	(270.596)	(288.477)	(270.811)	(288.679)
Deduções da receita	(310.997)	(332.527)	(311.212)	(332.729)
Receita líquida	1.585.293	1.674.913	1.588.889	1.678.294

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Custos dos bens ou serviços vendidos:		
Matéria prima e material de revenda	575.494	580.179
Salários, encargos e benefícios	163.870	161.816
Depreciação	25.848	20.887
Mão-de-obra	148.919	141.910
Energia	10.865	6.865
Outros Custos	36.339	32.876
	961.335	944.533

30. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas comissões s/ vendas	61.067	66.390	61.067	66.390
Despesas fretes s/ vendas	43.544	39.969	43.544	39.969
Despesas com pessoal	73.991	69.925	73.991	69.925
Despesas com propaganda, publicidade e promoções	58.713	43.157	58.713	43.157
Despesas com locação de imóveis	32.518	28.641	32.518	28.641
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.838	5.280	5.838	5.280
Despesas com amostras e desenv. de produtos	13.878	12.855	13.878	12.855
Despesas com viagens e estadias	6.970	7.173	6.970	7.173
Despesas com serviços de terceiros	16.573	15.771	16.573	15.771
Outras despesas	5.386	2.961	5.402	2.965
	318.478	292.122	318.494	292.126

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas com pessoal	23.357	20.678	23.357	20.678
Despesas com serviços de terceiros	9.004	9.222	9.004	9.222
Despesas com propaganda institucional	1.640	1.771	1.640	1.771
Despesas com serviços de TI	4.533	3.399	4.533	3.399
Despesas com doações	1.005	3.196	1.005	3.196
Despesas com viagens	1.554	1.408	1.554	1.408
Despesas com locação	2.207	2.253	2.207	2.253
Outras despesas	2.204	2.707	2.211	3.038
	45.504	44.634	45.511	44.965

32. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	6.094	168	6.094	168
Indenização recebida de sinistro	1.460	2.264	1.460	2.264
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	1.889	551	1.889	551
Outras	2.411	573	2.411	573
	11.854	3.556	11.854	3.556
Outras despesas operacionais				
Constituições e reversões de provisões trabalhistas e cívicas	(2.387)	(2.770)	(2.531)	(2.770)
Plano de ações	(5.573)	(4.787)	(5.573)	(4.787)
Avaliação atuarial plano de saúde e previdência	(1.800)	(1.692)	(1.800)	(1.692)
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(602)	(766)	(602)	(766)
Provisão perda estoque (b)	(5.838)	-	(5.838)	-
Indenizações trabalhistas (c)	(10.330)	(3.768)	(10.330)	(3.768)
Outras	(3.120)	(2.473)	(3.123)	(2.512)
	(29.650)	(16.256)	(29.797)	(16.295)
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	(17.796)	(12.700)	(17.943)	(12.739)

(a) Refere-se principalmente a créditos de PIS e Cofins de exercícios anteriores, incidentes sobre mercadorias e serviços classificáveis como insumos, sobre imobilizado relacionado ao processo produtivo e edificações/beneficiárias. (b) Refere-se à provisão para perda de estoques de insumos obsoletos e produto acabado de segunda qualidade. (c) Indenização trabalhista referente à reorganização da estrutura.

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	19.475	20.063	19.475	20.063
Juros sobre tributos recuperados	1.877	717	1.877	717
Ajuste a valor presente	37.396	36.092	37.396	36.092
Receita com derivativos	10.062	69	10.062	69
Outras receitas	7.388	7.350	9.151	7.824
	76.198	64.291	77.961	64.765
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(643)	(1.779)	(643)	(1.779)
Encargos financeiros sobre tributos	(2.422)	(3.849)	(2.422)	(3.849)
Ajuste a valor presente	(19.467)	(16.421)	(19.467)	(16.421)
Atualização provisões para riscos	(2.129)	(1.002)	(2.129)	(1.002)
IOF sobre operações financeiras	(1.826)	(100)	(1.826)	(100)
Outras despesas	(6.617)	(4.797)	(7.177)	(4.010)
Varição cambial passiva líquida	(7.471)	(3.257)	(4.821)	(3.257)
	(40.575)	(31.205)	(38.485)	(30.418)
Resultado financeiro líquido	35.623	33.086	39.476	34.347

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Impostos correntes:				
Contribuição social	102	(21.794)	(13)	(22.088)
Imposto de renda	1.939	(51.840)	1.644	(51.954)
	2.041	(73.634)	1.631	(74.042)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	6.456	(166)	6.456	331
Imposto de renda	17.908	(459)	17.908	965
	24.364	(625)	24.364	1.296

(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro líquido antes de impostos	254.765	393.117	255.175	391.613
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(86.620)	(133.660)	(86.760)	(133.148)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	2.324	1.955	-	-
Subvenção para investimento (i)	36.183	33.966	36.183	33.966
Juros sobre capital próprio	21.099	15.589	21.099	15.589
Varição cambial liquidação Euronotes (ii)	53.533	-	53.533	-
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	-	4.109	-	4.109
Redução IRPJ Lucro da Exploração	-	5.527	-	5.527
Outras adições (exclusões) permanentes	(114)	(1.745)	1.940	1.211
Imposto de renda e contribuição social	26.405	(74.259)	25.995	(72.746)
Imposto de renda e contribuição social corrente	2.041	(73.634)	1.631	(74.042)
Imposto de renda e contribuição social diferido	24.364	(625)	24.364	1.296
Alíquota efetiva	(10%)	19%	(10%)	19%

(i) Refere-se aos benefícios fiscais PRODUZIR, PROADI, TTD e Crédito Outorgado (Lei do vestuário), mencionados na nota explicativa 19. (ii) Em setembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa 13, ocorreu a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira Eurobonus, que a Companhia mantém com a sua Controlada Hering Overseas Ltd. A variação cambial passiva decorrente da operação sobre o valor de principal e juros foi de R\$ 157.450, gerando uma redução de R\$ 53.533 na rubrica de provisão com imposto de renda e contribuição social. Em 2010, na aplicação do Pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, amparada no item 39, a Companhia efetuou a reversão do imposto de renda diferido sobre diferença temporária surgida em decorrência do empréstimo em moeda estrangeira mantido com a controlada Hering Overseas, em função de possuir pleno controle sob a periodicidade desta diferença temporária e da remota possibilidade de que esta diferença se revertesse no futuro. Ainda, conforme descrito na nota explicativa 13, em 19 de agosto de 2015 a Administração obteve a aprovação do Conselho de Administração para proceder a dissolução, liquidação e extinção da controlada, assim no mês de agosto a Companhia voltou a efetuar o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a variação cambial do empréstimo.

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Constituição (reversão) sobre adições temporárias	4.104	(906)	4.104	(906)
Reversão sobre exclusões temporárias	1.241	163	1.241	163
Constituição sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	18.901	-	18.901	1.921
Realização da correção monetária do ativo próprio	118	118	118	118
	24.364	(625)	24.364	1.296

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

(a) **Lucro básico por ação** - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	281.170	318.858
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	164.058	164.611
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(2.103)	(29)
	161.955	164.582
Lucro básico por ação - R\$	1,7361	1,9374

(b) **Lucro diluído por ação** - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	281.170	318.858
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	161.955	164.582
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	2.782	1.812
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.737	166.394
Lucro diluído por ação - R\$	1,7068	1,9163

DIRETORIA

Fábio Hering	-	Diretor Presidente
Alessandra Cristina da Costa Morrison	-	Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização
Edson Amaro	-	Diretor de Marcas
Edgar de Oliveira Filho	-	Diretor Industrial
Frederico de Aguiar Oldani	-	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Marciel Eder Costa	-	Diretor Administrativo
Moacyr José Matheussi	-	Diretor de Suprimentos
Ronaldo Loos	-	Diretor Comercial

Cleonice Ghidolin Destri - Contadora CRC-SC nº 27.477/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering	-	Presidente
Anderson Lemos Birman	-	Conselheiro
Andrea Oliveira Mota Baril	-	Conselheira
Fábio Hering	-	Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior	-	Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits	-	Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior	-	Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Cia. Hering
Blumenau - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 84 (87 em 31 de dezembro de 2014) contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2015	2014
Até um ano	24.170	18.875
Acima de um ano e até cinco anos	38.282	33.960
Acima de cinco anos	2.241	1.650
	64.693	54.485

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2015	2014
Despesas com arrendamento mercantil operacional	40.640	36.091

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Varejo, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	2015	2014
Hering	1.415.010	1.482.569
Hering Kids	204.776	213.268
PUC	130.161	155.832
DZARM.	82.428	99.543
Outras	24.890	24.748
Receita bruta mercado interno	1.857.265	1.975.960
Receita bruta mercado externo	42.836	35.063
Receita bruta total	1.900.101	2.011.023

Canal	Consolidado	
	2015	2014
Varejo	815.899	933.326
Franquias	727.018	745.551
Webstore	31.599	25.381
Lojas próprias	257.859	246.954
Outras	24.890	24.748
Receita bruta mercado interno	1.857.265	1.975.960
Receita bruta mercado externo	42.836	35.063
Receita bruta total	1.900.101	2.011.023

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2015	2014
Receita bruta mercado interno	1.857.265	1.975.960
Receita bruta mercado externo	42.836	35.063
Receita bruta	1.900.101	2.011.023
Deduções da receita	(311.212)	(332.729)
Receita líquida	1.588.889	1.678.294

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2015 apenas 2,70% (2,09% em 31 de dezembro de 2014) do total da receita líquida (saldo da controladora e consolidado). Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 145.571 para danos materiais, R\$ 35.318 para lucros cessantes e R\$ 27.000 para responsabilidade civil.

39. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.